



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC- CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS A EDUCAÇÃO- GESTEC  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**JÉSSICA ALVES DE AMORIM SILVA**

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIOS CRIATIVOS:  
Um estudo de caso da comunidade Mutecho/ Acutinga- BA**

**SALVADOR  
2025**

**JÉSSICA ALVES DE AMORIM SLVA**

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIOS CRIATIVOS:  
Um estudo de caso da comunidade Mutecho/ Acutinga- BA**

Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para Banca de defesa em Gestão e tecnologias Aplicadas a Educação, na área de concentração I.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos**

**SALVADOR  
2025**

### FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.  
Dados fornecidos pelo próprio autor.

S586e Silva, Jéssica Alves de Amorim

Educação Quilombola, Ancestralidade e Territórios Criativos:Um estudo de caso da Comunidade Mutecho/Acutinga / Jéssica Alves de Amorim Silva. Orientador(a): Carla Liane Nascimento Santos. Santos. Salvador, 2025.

137 p : il.

Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Salvador. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

1.Ancestralidade. 2.Economia Criativa. 3.Remanescentes Quilombolas. 4.Educação. I. Santos,Carla Liane Nascimento. II. Universidade do Estado da Bahia. Salvador. III. Título.

CDD: 377

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

### **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIOS CRIATIVOS: Um estudo de caso da comunidade Mutecho/ Acutinga- BA**

**JÉSSICA ALVES DE AMORIM SLVA**

Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia, em 25 de setembro de 2025, como requisito para Banca de defesa para obtenção do grau de mestra em Gestão e tecnologias Aplicadas a Educação, na área de concentração I.

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos  
UNEB  
Doutorado em Ciências Sociais  
Universidade Federal da Bahia- UFBA

---

Prof. Dra. Patrícia Lessa Santos Costa  
UNEB  
Doutorado em Ciências sociais  
Universidade Federal da Bahia- UFBA

---

Prof. Dr° Wellington Pereira Santos  
IFBA  
Doutorado em Estudos interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo PPGNEIM  
Universidade Federal da Bahia- UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por permitir a minha caminhada até aqui.

Ao universo por me proporcionar descobertas que levarei para sempre e pela organização de tal forma de fazer com que tudo dê certo.

A minha mãe Noelice Amorim pelo exemplo de vida, superação, força e muito amor.

A minha irmã Jessinaide Amorim pela cumplicidade, fidelidade, amor e compreensão em todos os momentos.

Ao meu companheiro de “outras vidas” Adilton Santana por todo seu incentivo, apoio e pedidos de socorro em que muitas vezes só precisava de uma frase, de uma pergunta ou de um questionamento para que as ideias se arrumassem. Meu amor sem você, a minha caminhada seria muito mais longa e difícil. Gratidão por existir.

A minha família Amorim e Pedreira por compreender que nem sempre podia estar com vocês, por estar lendo, estudando e precisando de silêncio.

A minha amiga irmã Josélia da Hora por todas as contribuições oferecidas para a realização deste trabalho. Você esteve comigo o início, meio e fim desta jornada.

A UNEB por me fazer me sentir sempre em casa e me proporcionar uma educação de qualidade.

Ao GESTEC e aos docentes por me proporcionarem experiências incríveis ao longo desses anos.

Ao meu G3 pelas trocas, desabafos, aprendizagens, momentos de alegria e por não me deixarem desistir. (Cris, Mari, Yndi, Celso, Elane e Marília) vocês foram fundamentais nessa etapa de minha vida.

A minha professora e orientadora Carla Liane, que desde o primeiro contato ainda como aluna especial me incentivou com suas palavras fortes e resistentes, em muitas de suas falas me identifiquei. Sou sua fã.

Gratidão!!!

## RESUMO

Este estudo tem como objeto de pesquisa o tema: Educação Quilombola, Ancestralidade e territórios criativos: um estudo de caso da comunidade Mutecho / Acutinga-BA. A problemática que esta pesquisa busca responder se relaciona às inquietações da pesquisadora e da própria comunidade: Qual a relação entre o modo de reprodução social da comunidade Mutecho/ Acutinga, ancestralidade e economia criativa? Tem como objetivo geral: Compreender os modos de organização, a cultura da produção econômica da comunidade quilombola Mutecho/Acutinga, observando os princípios da ancestralidade e sua inter-relação com a perspectiva da economia criativa. Como metodologia escolhemos a pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, com características exploratória e descritiva, a partir do método de estudo de caso exploratório. As técnicas utilizadas para produção dos dados foram: revisão de literatura, análise documental, rodas de conversa a partir dos círculos de cultura e observação participante, com aplicação dos seguintes instrumentos: roteiro de questões e diário de campo. Os dados foram analisados utilizando a técnica análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontaram para produção de uma cartilha e uma página do Instagram demonstrando os saberes locais quilombolas da comunidade Mutecho/Acutinga com seu potencial de criatividade na produção e comercialização local de produtos nativos gerados a partir do conhecimento ancestral articulados à perspectiva da economia criativa. Com isso, tornou-se possível sistematizar e disseminar as experiências exitosas desenvolvidas na comunidade com vínculo com a economia criativa, e identidade do quilombola revelando que tais experiências das produções locais representam conquistas e legados das lutas dos movimentos sociais.

Palavras Chaves: Ancestralidade, Economia Criativa, Remanescentes Quilombolas.

## RESUMEN

Este estudio tiene como objeto de investigación el tema: Educación Quilombola, Ascendencia y territorios creativos: un estudio de caso de la comunidad Mutecho/Acutinga-BA. El problema que busca responder esta investigación está relacionado con las preocupaciones del investigador y de la propia comunidad: ¿Cuál es la relación entre el modo de reproducción social de la comunidad Mutecho/Acutinga, la ascendencia y la economía creativa? Su objetivo general es describir los modos de organización y reproducción social de la comunidad quilombola Mutecho/Acutinga, observando, desde sus prácticas sociales, los principios de ancestralidad y su interrelación con la perspectiva de la economía creativa. Como especificidades, se propone analizar registros documentales que informen la historia de la comunidad Mutecho/Acutinga, para producir círculos de cultura con el objetivo de describir las formas de organización social de la comunidad en articulación con los principios de ancestralidad y economía creativa, para producir informes de investigación participativa colaborativa a partir de experiencias con la comunidad, informando su relación con la ancestralidad y la economía creativa a partir de saberes, costumbres y cosmovisiones, socialmente producidas/reproducidas. Como metodología tendremos una investigación cualitativa, estudio de caso exploratorio, con el instrumento del grupo focal (círculos de cultura) y diario de campo. Al finalizar esta investigación pretendemos construir una cartilla como producto y divulgar una página de Instagram que demuestre el saber local quilombola de la comunidad Mutecho/Acutinga con su potencial de creatividad en la producción y comercialización local de productos nativos generados a partir de saberes ancestrales articulados a la perspectiva de la economía creativa. Esperamos así sistematizar y difundir las experiencias exitosas desarrolladas en la comunidad que se vinculan con la economía creativa y la identidad quilombola, porque entendemos que la riqueza de experiencias de las producciones locales y de la economía creativa es un logro centrado en las luchas de la sociedad movimientos.

Palabras claves: Ascendencia, Economía Creativa, Remanentes Quilombolas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Área em Estudo.....	19
Figura 2 - Localização dos Antigos Engenhos do Vale do Iguape.....	24
Figura 3 - Comunidades Quilombolas da Bacia e Vale do Iguape na Bahia .....	28
Figura 4 -Rio e Escola das Comunidades.....	30
Figura 5 - Território Quilombola Mutecho/Acutinga.....	32
Figura 6 - Azeite- iguaria da culinária baiana.....	34
Figura 7 - Fachadas da capela de São Roque.....	34
Figura 8 - Fachadas da capela de São Roque.....	34
Figura 9 - Fachada do Centro.....	35
Figura 10 - Organização Cultural.....	35
Figura 11- Almanaque Pedagógico.....	42
Figura 12- A Economia Criativa e a dinâmica de funcionamento dos seus elos.....	50
Figura 13- A Economia criativa brasileira e seus princípios norteadores.....	51
Figuras14 – Tiragem do dendê.....	62
Figura 15 e 16 – Catagem do dendê.....	63
Figura 17- O bater do dendê.....	64
Figura 18 - O mexer do dendê.....	64
Figura 19 e 20 - Imagem do azeite pronto para comercialização.....	64
Figura 21 – Imagem de Representantes da Comunidade.....	71
Figura 22 – Investimento do Fundo Baobá.....	73
Figura 23 e 24 – Construção de Produção Artesanal.....	77
Figura 25 e 26 – Fachada da Escola Municipal na Comunidade.....	79
Figura 27 – Reunião com Professores.....	81

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Quilombos Certificados pela Fundação Cultural Palmares nos Municípios da Baía de Todos os Santos.....	22
TABELA 2 - Quadro Teórico Ancestralidade.....	38
TABELA 3 - Quadro Teórico Remanescentes Quilombolas.....	42
TABELA 4 - Quadro Teórico Economia Criativa.....	57
TABELA 5 – Procedimentos Metodológico da Pesquisa.....	69
TABELA 6 – Quantitativo de Habitantes.....	78

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABA - Associação Brasileira de Antropologia  
ACASI - Associação Cultural e Artística de Santiago do Iguape  
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CECVI - Centro de Cultura do Vale do Iguape  
CIEAC - Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand  
COSPE - Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
GESTEC - Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação  
MPF - Ministério Público Federal  
ONG - Organização não Governamental  
PETI - Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil  
REDA - Regime Especial de Direito Administrativo  
RSF - Rodas de Saberes e Formação  
SEC - Secretaria da Economia Criativa  
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>16</b>
1.1 Objetivos: Geral e Específicos.....	17
1.2 Abordagem Metodológica.....	17
1.3 Organização do Trabalho .....	17
<b>2. O RECONCAVO DA BAHIA MARCO HISTÓRICO ANCESTRAL.....</b>	<b>18</b>
2.1 Distritos da Bacia Santiago do Iguape.....	26
2.2 Comunidade Mutecho/Acutinga.....	29
2.3 Características, Território, Povo E Cultura.....	33
2.3.1 Religiosidade.....	34
2.3.2 Sincretismo Religioso na Comunidade.....	35
<b>3. ANCESTRALIDADE E IDENTIDADES DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>36</b>
3.1 Identidade Quilombola.....	38
3.2 Educação Escolar no Contexto Quilombola.....	42
3.3 Abordagens Sobre a Economia Criativa no Território.....	47
3.4 Cenário da Educação Criativa no Brasil.....	49
3.4.1 Diversidade Cultural.....	51
3.4.2 Sustentabilidade.....	52
3.4.3 Inovação.....	53
3.4.4 Inclusão Social.....	54
3.5 Criatividade e Ancestralidade.....	55
3.6 Construção de um Modelo Econômico Para o Desenvolvimento Local Sustentável.....	57
3.7 Artesania Ancestral: A produção do Azeite na Comunidade.....	61
3.7.1 Ciclo Produtivo do Azeite.....	62
<b>4. TRAJETÓRIAS E PERCURSOS METODOLOGICOS.....</b>	<b>64</b>
4.1 Pesquisa Bibliográfica.....	67
4.2 Pesquisa Documental.....	68

<b>4.3 Análise de Conteúdo.....</b>	<b>70</b>
<b>5. COMUNIDADE QUILOMBOLA MUTECHO/ACUTINGA: ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS LOCAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>5.1 Quilombolas em Defesa (Vidas, Direitos e Justiça) .....</b>	<b>73</b>
<b>5.1.1 Finalidade.....</b>	<b>74</b>
<b>5.1.2 Competências.....</b>	<b>74</b>
<b>5.2 Descrição da Comunidade.....</b>	<b>78</b>
<b>5.3 Descrição da Escola Municipal general Alfredo Américo da Silva.....</b>	<b>78</b>
5.3.1 Identificação Equipe Diretiva.....	80
5.3.2 Identificação da Escola.....	80
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>94</b>
<b>PRODUTOS.....</b>	<b>114</b>

## **MENSAGEM**

### **Mutecho/Acutinga**

Nas margens da rodovia que liga o município de Santo Amaro e Cachoeira, no início da estrada de acesso ao amplo arquipélago quilombola do Iguape, “Mutecho e Acutinga” foi invisibilizada pela fábrica Opalma, pois a saga capitalista da exploração humana e dos recursos naturais consumiram no tempo e espaço a história ancestral da comunidade. Mutecho/Acutinga, um território em que podemos inferir que significa o rio que nasce e o rio que passa, um córrego nasceu em Mutecho e outro que passa por Acutinga, assim nascer e passar é a história deste território quilombola, da mesma forma que nasce este trabalho acadêmico para passar conhecimentos ancestrais e resgatar, mostrar e expor a rica história de quem nasceu para resistir e passar conhecimentos ancestrais.

Peço licença aos meus ancestrais para contar um pouco de suas histórias.

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso que ora apresentamos, é fruto de um processo de aprendizagem e construção de conhecimentos sobre educação e suas implicações nas escolas de comunidades periféricas de Santo Amaro na qual, iniciei minha experiência como profissional da educação.

Inicialmente não tinha interesse em atuar como professora mesmo já estando cursando Pedagogia, até iniciar os estágios e está numa sala de aula com todas as adversidades de uma comunidade e uma escola na periferia da cidade de Santo Amaro.

Sempre tive o interesse por estudos nas pós-graduações, para compreender melhor meu saber fazer profissional e contribuir melhor com a educação em minha cidade ou em qualquer outro espaço educativo, assim, conheci a comunidade quilombola conhecida como Opalma, na qual, a liderança comunitária explicou a história da constituição do território denominado e já certificada como Mutecho/Acutinga.

Desta forma, este trabalho de pesquisa se propõe a registrar um processo pessoal e profissional de crescimento e tomada de consciência das lutas, dos desafios e das conquistas de uma comunidade, esquecida, abandonada e merecidamente corajosa em se sustentar de forma responsável num território marcado por perseguições e abandono de políticas públicas.

Portanto, ao longo dos estudos definimos finalmente o tema: Educação Quilombola, Ancestralidade e territórios criativos: Um estudo de caso da comunidade Mutecho/Acutinga, que culminou com um modelo de Desenvolvimento Local Sustentável.

A partir dessa temática, encontramos histórias significativas onde o leitor pode apreciar ao longo do texto, um modelo de uma comunidade tradicional, fruto da diáspora Africana ocorrido no recôncavo da Bahia, um recorte histórico etnográfico da comunidade Mutecho/ Acutinga e finalmente uma cartilha com saberes locais e sugestões de atividades pedagógicas.

## INTRODUÇÃO

Este objeto de pesquisa nasce com minha história de mulher, negra, professora, especialista em educação em um território que historicamente inscreve-se no centro das lutas para a independência de um país, o recôncavo baiano, especificamente nos municípios de Santo Amaro e Cachoeira que carregam “em si” as marcas do período colonial.

A educação, gestão e a economia transversalizam a cultura e as práticas da convivência humana no território pesquisado, as aprendizagens e os fazeres constituíram um modelo de sociedade comunal que hoje são denominadas de quilombolas, pois esse modelo de aprendizagens e construção de conhecimentos perpassam a ancestralidade e a identidade de um povo.

Em um estado como a Bahia, com uma vasta diversidade cultural, reconhecemos que várias demonstrações culturais cumprem papéis pedagógicos importantes dentro da sociedade. No recôncavo baiano podemos notar muitos exemplos nesse sentido.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser e até para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.  
(BRANDÃO, 2013. p. 07).

Devemos sempre olhar a educação em suas inúmeras definições, em nossa sociedade é muito fácil criticar e colocar a culpa nos educadores, como se eles por si só tivessem a responsabilidade de educar. Muitos não sabem ou fingem não saber que não há uma forma única nem um único modelo de educação: a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor não é o único praticante.

Este estudo tem por finalidade investigar como a comunidade Quilombola Mutecho Acutinga localizada nos limites dos municípios de Cachoeira e Santo Amaro-Ba se organiza, gerencia e produz sua subsistência, baseada em princípios de ancestralidade e da economia criativa na localidade. Desta forma, nesta comunidade existe uma única escola que oferta educação básica que vai desde a educação infantil a educação de jovens e adultos (EJA) em que a comunidade busca sua formação inicial e intermediária.

Somente considerando a educação como prática e valor social, é possível pensa-la de maneira indissociável da cultura e das relações sociais, pois resulta como produto e processo de ambas as dimensões interativamente,

sendo, portanto, uma criação do ser humano histórico, social e cultural para formar sujeitos ideais. (BRANDÃO, 1996. P.32.).

Neste contexto, buscamos também dialogar sobre o papel da educação escolar formal e a cultura local, por ser uma comunidade quilombola, a educação em relação a construção da identidade ancestral, discutindo os processos pelos quais um grupo social valoriza e pratica formas de tornar efetivo os comportamentos socialmente aceitos como válidos.

Nasci no recôncavo baiano, na cidade de São Félix, as margens do Rio Paraguaçu, a 110 km de Salvador-BA. Ao final da minha primeira infância, minha família mudou-se para Santo Amaro da Purificação, e neste trajeto fui percebendo e construindo minha história de menina, mulher do recôncavo baiano.

Em 1998 iniciei o ensino médio com o curso científico no CIEAC, (Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand) no município de Feira de Santana, momento em que desenvolvi uma visão crítica e passei a compreender um pouco a nossa articulação do ensino com a sociedade e sua complexidade inclusive no meu percurso de mulher negra, marcado por uma ancestralidade e identidade do povo negro.

Em 2004, passei no vestibular da UNEB, para Pedagogia, após um ano de greve da universidade iniciei os estudos no Campus XI, no município de Serrinha-Ba. Foram 5 anos de aprendizagens e reflexões exitosas e assim, em agosto de 2009, o dia tão esperado por mim e por todos que viveram todos esses momentos comigo, minha formatura, foi o dia mais maravilhoso da minha vida, pois estava concluindo uma etapa importante na minha formação acadêmica.

Nesse mesmo ano, minha vida tomou um novo rumo, retornei para Santo Amaro e comecei a minha experiência profissional no ensino fundamental. Foi mais uma experiência de muito valor para mim e como resultado do meu compromisso no ano seguinte fui convocada para coordenar o Programa Mais Educação do município.

A experiência na coordenação me provocou a buscar novos conhecimentos e, assim, iniciei minha primeira especialização em Gestão, Coordenação e Orientação Educacional, concomitante com a formação denominada de Progestão, um programa do governo do Estado oferecido para gestores e coordenadores do município de Santo Amaro.

Em 2016 quando fui convocada para trabalhar na rede Municipal de Salvador pelo processo seletivo (REDA). Essa foi mais uma experiência ímpar na minha história. Trabalhei na Escola Municipal Jandira Dantas Costa na periferia de Salvador no bairro da Palestina onde fui incentivada pelo meu gestor e hoje meu companheiro a continuar os estudos e reiniciar minha vida acadêmica.

Em 2018 e 2019 cursei duas disciplinas como aluna especial do programa de pós-Graduação Gestão e tecnologias Aplicadas a Educação (GESTEC) vinculado à UNEB. A primeira GTE-025 políticas públicas, direitos humanos e educação e a segunda disciplina GTE-033 Pesquisa Aplicada a Gestão Universitária. Essas duas disciplinas foram de grande importância para construir o meu projeto de pesquisa para ingressar como aluna regular do GESTEC, fato que aconteceu no ano de 2022.

Neste mesmo ano, mais precisamente na mesma semana do resultado final do GESTEC, fui convidada para gerir a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Santo Amaro. Era muita informação em tão pouco tempo, mas acredito que o universo quis assim.

Como professora, mulher, negra, militante, especialista em educação, e coordenadora de projetos educacionais, sociais para jovens e adultos no recôncavo baiano fui em busca dos meus objetivos para a construção e solidificação do meu objeto de pesquisa que perpassa pelas questões dos direitos humanos, da ecologia dos saberes populares e da informalidade econômica das comunidades quilombolas.

Considerando o contexto em que atuo profissionalmente, destaco que não poderei me furtar de pensar nas questões que me inquietam a buscar na ciência empírica e teórica as razões para a problemática levantada, como também encontrar no seio deste contexto as respostas para a superação da complexa situação em que vivem os povos dessas comunidades.

Contudo, em meio a tantas novidades, surgiu um vírus devastador que se espalhou fazendo com que aprendêssemos novas formas de estudar e trabalhar. Entre máscaras, telas e confinamentos, iniciamos o ano com aulas remotas sem o olho no olho, sem o contato presencial, sem as trocas ao pé de ouvido, mas era o que poderíamos ter no momento.

Há cinco anos o mundo foi surpreendido com a pandemia da covid-19, e essa amarga e letal novidade, que ceifou a vida de milhões de indivíduos ao redor do planeta (só aqui no Brasil quase 700 mil brasileiros perderam a vida), obrigou

mudanças radicais no comportamento ao redor do planeta e exigiu de professores e alunos novos métodos de ensinar e aprender.

Ninguém estava preparado para mudanças tão radicais no nosso cotidiano e essas, implicaram num rendimento escolar muitíssimo abaixo da normalidade, o que deixou toda a sociedade apreensiva, afinal ainda não foi possível perceber o estrago, a devastação na educação provocados pelos efeitos dessa pandemia, mas ao longo prazo essa conta vai aparecer e a nossa educação, já tão historicamente questionada, entregará ao país futuras gerações de profissionais com qualificações muito baixo da média dos que hoje encontram-se no mercado de trabalho.

O isolamento social foi a maior característica dessa pandemia, e como o homem não veio ao mundo para viver em isolamento, isso acarretou numa avalanche de problemas nas relações interpessoais, principalmente entre os jovens estudantes acostumados aos encontros diários com colegas e professores e aos burburinhos em corredores de escolas em tempo de intervalos de aulas.

Na verdade, poucos alunos adaptaram-se ao isolamento social forçado e muito menos à nova modalidade de ensino aprendizagem, as aulas remotas ou on-line como preferem alguns.

Paralelo a esse sentimento de impotência por parte dos professores para conduzirem o planejamento escolar de forma virtual, estão os alunos que, surpreendidos com novas determinações e exigências do Ministério da Educação, não se adaptaram a essa nova modalidade de ensino.

A insatisfação e, mais do que isso, o desapontamento por não poderem estar incluídos na dinâmica de inclusão que o ambiente escolar permite e a frustração de não poder dividir as emoções e descobertas que a sala de aula oferece no dia-a-dia, gerou não somente uma inevitável e gigantesca onda de evasão escolas ao tempo que doenças emocionais começaram a dar sinais em milhares de jovens.

A necessidade de se flexibilizar a disponibilização de internet às comunidades mais vulneráveis enquanto a situação de distanciamento social se fez necessária, para tentar elevar o acesso de estudantes à rede e buscar reduzir potenciais efeitos na desigualdade educacional. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 9)

Neste período pandêmico a comunidade Mutecho/ Acutinga, também sofreu as consequências do isolamento social, e dos cuidados com a contaminação da doença, mais o trabalho artesanal continuou quase que normalmente, pois as comunidades no seu interior já faziam os produtos e viviam comunitariamente quase

que isolada da ampla maioria da sociedade, por outro lado na escola as atividades foram suspensas para evitar a contaminação em massa.

Segundo a liderança da Associação comunitária Sra. Josélia da Hora, o período pandêmico foi enfrentado com a organização social da comunidade que se utilizou de ervas nativas, em que as lideranças religiosas, dentre elas as rezadeiras, como a Sra. Vardé apelido da rezadeira Valdelice Mota com 91 anos e do Sr. Erasmo Costa um dos mais antigos praticantes terapêuticos da comunidade.

Essas lideranças organizaram chás, sucos e garrafadas que foram distribuídas gratuitamente na comunidade para aumento da imunidade e combater as infecções respiratórias fato este que apenas uma pessoa que apresentava comorbidades pulmonares foi a óbito em todo o período de confinamento social.

Desta forma, a produção e o comércio de azeite e de todas as iguarias produzidas na comunidade tiveram os melhores resultados com as vendas e distribuição nas cidades circunvizinhas, tanto pela qualidade como pelas oportunidades de distribuição nos centros das cidades do recôncavo baiano.

Portanto, o modelo social de subsistência da comunidade, proporcionou a superação das dificuldades enfrentadas pelo isolamento social com solidariedade, o cooperativismo, e a cultura ancestral dos moradores locais.

Logo a seguir passamos a apresentar o problema da pesquisa e sua contextualização histórica, temporal, econômica e cultural.

## **1. CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA**

O território do recôncavo baiano ao longo da história teve seu protagonismo especificamente na região de Cachoeira, São Felix e Santo Amaro em que predominou no início do século XXIII e XIX as principais vias de navegação pelo rio Paraguaçu e Baía de todos os Santos.

Buscamos apresentar a história das comunidades remanescentes quilombolas dos engenhos Mutecho/Acutinga, em meio às conjunturas socioeconômicas e culturais vivenciadas no Recôncavo da Bahia, desde sua luta pelo reconhecimento e certificação a partir das memórias dos moradores da localidade, que vivenciaram as transformações dessa região, sofrendo influências nos seus modos de viver, nas relações de trabalho, no lidar com a natureza, sobretudo inventando um novo cotidiano.

Neste período da diáspora africana este território apresentava a pujança econômica do estado da Bahia sendo um dos maiores produtores de cana de açúcar, fumo, farinha, e produtos agrícolas que eram comercializadas por todo o estado.

Entretanto, a problemática que esta pesquisa busca responder se relaciona às inquietações da pesquisadora e da própria comunidade: Qual a relação entre o modo de reprodução social da comunidade Mutecho/Acutinga, ancestralidade e economia criativa?

### **1.1 OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS**

Considerando o contexto histórico e social da comunidade Mutecho/Acutinga e suas relações com a ancestralidade, a cultura e a economia local, temos como objetivo geral: Compreender os modos de organização, a cultura da produção econômica da comunidade quilombola Mutecho/Acutinga, observando os princípios da ancestralidade e sua inter-relação com a perspectiva da economia criativa.

Este estudo procurou cumprir ainda os seguintes objetivos específicos, os quais complementaram o desenvolvimento da pesquisa:

- ✓ Analisar registros documentais que informem a historicidade, a ancestralidade e a regularidade da comunidade Mutecho/Acutinga.
- ✓ Verificar a inter-relação da ancestralidade com a perspectiva da economia criativa e a educação local.
- ✓ Produzir cartilha informativa e formativa a partir das vivências, saberes e cosmovisão produzidos socialmente e sugestões de atividades pedagógicas.
- ✓ Criar uma página no Instagram para a difusão do conhecimento, e divulgação da comunidade evidenciando os saberes locais, sua cultura, organização e produção econômica.

### **1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Este trabalho de investigação científica apresenta uma articulação organizada para demonstrar todo o percurso desenvolvido desde a concepção do objeto de pesquisa aos procedimentos, caminhos e escolhas para que pudéssemos finalizar com um produto viável e exequível para apreciação de gestores e professores

escolares, com o propósito de fortalecer as relações comunitárias e sociais na comunidade local.

No capítulo introdutório, apresentamos a pesquisa, bem como minhas principais motivações. Contextualizando com meu percurso profissional e formativo, trazemos também a problemática e o aporte metodológico.

O segundo capítulo traz uma abordagem histórica do território do recôncavo baiano como um marco ancestral, e sua relação com a economia produzida por engenhos, além das riquezas culturais e organizacionais.

O terceiro capítulo expõe o caminho metodológico da pesquisa, os procedimentos para coleta de dados, e a análise de conteúdo com um quadro teórico e metodológico.

No quarto capítulo, abordaremos o objeto empírico, o território Mutecho/Acutinga, sua história e construção social, a escola, igrejas e centros, os dados das coletas realizadas, especialmente o cenário da pesquisa.

No quinto capítulo, abordaremos o produto, sua metodologia, fundamentação e planejamento didático para execução.

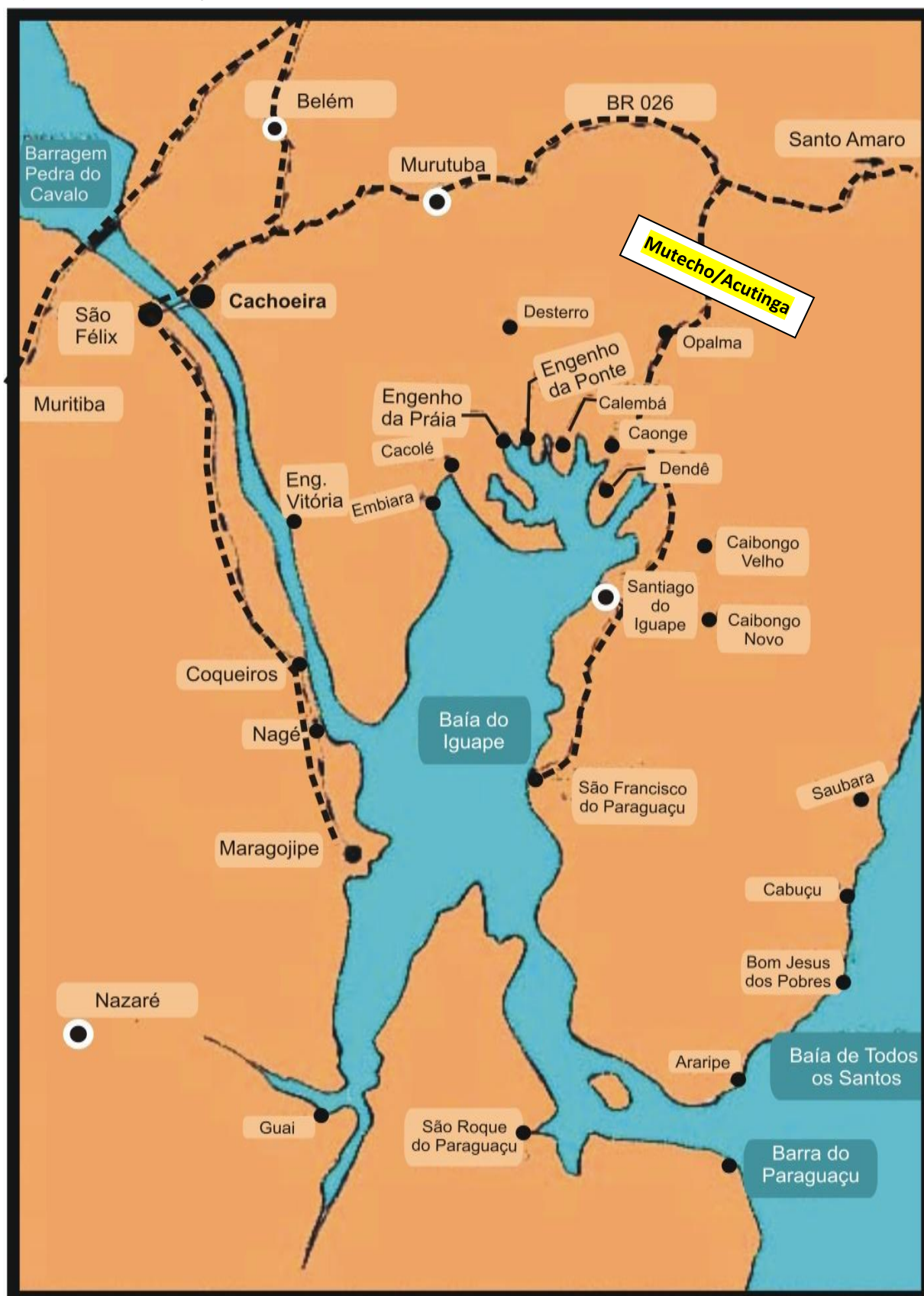
Por fim, apresentamos algumas considerações e as referências com seus anexos e apêndices e produtos.

## **2. O RECÔNCAVO DA BAHIA, MARCO HISTÓRICO ANCESTRAL**

O Recôncavo da Bahia, espaço de análise em questão, entre 1970/90 foi lugar de transformações socioeconômicas. BRANDÃO (2007) informa que até a primeira metade do século XX, o Recôncavo foi cenário de um complexo socioeconômico centrado ainda na produção e exportação do açúcar e do fumo, apesar de incluir várias outras atividades distribuídas entre diferentes segmentos da região.

Mas que, a partir de 1950, essa região foi perdendo progressivamente sua importância econômica e política, pois, ao contrário do ocorrido no período colonial, o Recôncavo não sediava atividade alguma internacionalmente significativa e que revelasse potencial para mudar o quadro da região.

Figura 1 - Localização da área em estudo



Fonte: Acervo particular de Ivan Faria

Podemos analisar a figura do território que apresenta um arquipélago de engenhos que proporcionou a constituição de comunidades remanescentes quilombolas estudados na contemporaneidade, fruto de um processo histórico, de lutas e sobrevividas de um povo escravizado desde a diáspora africana.

O recôncavo baiano desde o período colonial apresentava-se com um território de crescimento e pujança econômica que predominou até o início do século XX, tornando a Bahia um cenário de resistência as invasões externas, desde o início das lutas pela independência do Brasil.

Em análise mais economicista, PEDRÃO (1988), argumenta que o Recôncavo passou a ser sinônimo de pobreza na segunda metade do século XX, em especial as regiões próximas ao estuário do Paraguaçu, principalmente pela falta de movimento econômico suficiente para produzir alterações significativas em extensão e duração que mobilizassem intensamente seus recursos humanos e naturais. Destaca, contudo, a continuidade do fascínio da região, principal detentora das tradições culturais do regime escravista.

Esse mesmo autor salienta que na segunda metade do século XX o Recôncavo apresentava-se como região sem muitas perspectivas de emprego, resultando na migração de homens e mulheres, qualificados ou não, em busca de trabalho em outros locais.

E afirma ser esta a razão de a região ter sido excluída dos movimentos de urbanização e industrialização que atingiram a Bahia, a partir de Salvador, na década de 1950. Na sua análise, o período de lançamento da industrialização do estado foi também o de declínio mais brusco das agroindústrias canavieiras e do fumo, com os engenhos e as plantações de açúcar e fumo passando por processos de envelhecimento tecnológico.

Quanto a outras atividades econômicas como a pesca artesanal, a extração de vegetal e a pequena produção agrícola de alimentos, o autor ressalta que não sofreram muitas alterações.

Referente ao período do pós-abolição, FRAGA (1870-1910), que pesquisou acerca dos escravizados e libertos da Bahia no pós-emancipação, buscou os caminhos trilhados por egressos da escravidão nos engenhos do Recôncavo da Bahia. Ele argumenta que muitos dos antigos engenhos do Vale do Iguape, no pós-abolição, transformaram-se em comunidades rurais de egressos da escravidão, que permaneceram nesses espaços por diversos motivos:

As informações colhidas sobre o Engenho Pitinga e sobre outros engenhos do Recôncavo mostram que as populações oriundas da escravidão nas localidades rurais formavam comunidades sólidas. Forjados ainda sob a vigência da escravidão, os laços comunitários, tecidos a partir do parentesco entre ex-escravos do mesmo engenho ou de engenhos vizinhos, foram fundamentais para os egressos da escravidão recomporem a vida em liberdade. No pós-abolição, essas comunidades foram a base sobre a qual os ex-escravos e seus descendentes buscaram novas alternativas de sobrevivência. (FRAGA 2006, P. 296).

A ênfase do autor citado incide na permanência por “direitos” conquistados ainda no período escravista e na construção de laços familiares, a partir da perspectiva thompiana de “direitos costumeiros”. Para FRAGA (1870-1910), os territórios dos antigos engenhos representaram, para os egressos da escravidão e seus descendentes, a manutenção de “direitos” adquiridos ao longo do cativeiro. O autor ressaltou que os antigos engenhos se tornaram *locus* de comunidades negras, nas quais os vínculos comunitários e familiares forjados no período do cativeiro constituíram-se como importantes fatores de fixação nas localidades:

As comunidades eram socialmente diferenciadas. Os libertos emergiram da escravidão em situações diversas. A condição de acesso às roças foi importante fator de diferenciação nas comunidades de ex-escravos. Os registros da época, quase sempre, faziam distinção entre roceiros e lavradores. A possibilidade de acesso a um lote de terra assegurava maiores alternativas de subsistência, embora os roceiros fossem obrigados a prestar serviços nas terras dos ex-senhores. Para estes, era possível ter acesso às feiras locais e diversificar o cultivo de gêneros de subsistência. Vimos que o direito a parcelas de terras talvez tenha sido o grande fator de permanência nos engenhos. FRAGA (1870-1910, p 68),

Este historiador encontrou evidências de que aquela população egressa da escravidão formou comunidades sólidas no ambiente rural, sendo essas a base sobre a qual os ex-escravos, foram libertos e seus descendentes criaram alternativas de sobrevivência no pós- abolição. Os dados do quadro 1 mostram que na região do Vale do Iguape, com o declínio dos engenhos, muitos povoados foram se formando.

Entre os séculos XVI e XX, o Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape-Recôncavo baiano, se destacou pelo processo de colonização do Brasil como centro de constituição e exportação de capital. Para PEREIRA (2020), esse destaque trouxe como base a economia e o regime agro escravagista utilizando-se de atividades de produção e beneficiamento da cana de açúcar, exploração do fumo e comercialização de negros escravizados trazidos do continente africano.

Durante esse trajeto, observa-se embricado a trajetória histórica um percurso formativo de grupos comunitários quilombolas, que instiga a colaboração e a produção de novos conhecimentos. Por exemplo, observa-se a formulação de ações que tem por embasamento a troca de saberes, o respeito à diversidade e a construção de instrumentos que muito colabora para a organização destes povos.

Desta forma, considerando as tradições ancestrais exercidas até os dias de hoje, abarcamos como ponto importante de destaque durante esse processo as ações de conscientização e preservação dos modos de vida e o respeito aos saberes ancestrais dessas comunidades.

Os dados disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares, 11 em agosto de 2019, apontam para a existência de 55 comunidades quilombolas certificados, que se encontram distribuídas por nove municípios da Baía de Todos os Santos, conforme podemos analisar no quadro 1 especificado, a seguir.

**TABELA 1. Quilombos Certificados pela Fundação Cultural Palmares nos Municípios da Baía de Todos os Santos, agosto de 2019**

<b>Município</b>	<b>Quilombos</b>
<b>Cachoeira</b>	• Brejo do Engenho de Guaíba; Kalolé; Engenho da Cruz; Engenho da Vitória; Imbiara; Kaibongo Velho; Kalembá; Kaonge; Dendê; Engenho da Ponte; Engenho da Praia; Engenho Novo do Vale do Iguape; Santiago do Iguape; São Francisco do Paraguaçu; Tombo
<b>Maragogipe</b>	• Angolá; Girau Grande; Quizanga; Tabatinga; Sítio Dendê; Buri; Enseada do Paraguaçu; Salamina; Zumbi; Guaruçu; Guerem; Porto da Pedra; Baixão do Guai;
<b>Salinas da Margarida</b>	• Conceição de Salinas
<b>Salvador</b>	• Bananeiras; Martelo; Ponta Grossa; Porto dos Cavalos; Praia Grande; Alto do Tororó
<b>Santo Amaro</b>	• Alto do Cruzeiro e Acupe; São Braz; Cambuta
<b>São Felix</b>	• Engenhoca; Pau Grande; Quilombo; Santo Antônio da Jaqueira; Subahuma; Terreno do Governo; Engenho São João; Santo Antônio; Vidal
<b>São Francisco do Conde</b>	• Monte Recôncavo; Porto de Dom João
<b>Simões Filho</b>	• Dandá; Pitanga dos Palmares; Rio dos Macacos

<b>Vera Cruz</b>	<b>• Maragogipinho; Tereré</b>
------------------	--------------------------------

Fonte: adaptado da Fundação Cultural Palmares (2019).

Além dessas que já se encontram certificadas, segundo localização por município apresentada no quadro, neste momento, outras três já foram certificadas, sendo estas: Mutecho/Acutinga, no município de Cachoeira; Caboto, no município de Candeias; Topá de Cima, no município de Maragogipe.

Neste trabalho acadêmico iremos tratar especificamente da última comunidade certificada Mutecho/Acutinga, que são duas comunidades próximas pertencentes ao mesmo território e que construíram uma única associação de beneficiamento e desenvolvimento local sustentável.

Esse retorno à revisão no pós-abolição visa demarcar as comunidades do Vale do Iguape enquanto territórios historicamente ocupados por populações negras, descendentes do cativo. O mapa abaixo demonstra a localização dos antigos Engenhos do Recôncavo da Bahia, focando-nos da Região do Iguape. Eles são, na atualidade, comunidades circunvizinhas que mantêm redes de relações socioculturais e econômicas.

Conforme, a figura abaixo apresentada neste trabalho para exemplificar o contexto e a localização como as denominações dos antigos engenhos que deram surgimento histórico das comunidades tradicionais. Como podemos observar este arquipélago de engenhos se formou ao longo do território do recôncavo baiano entre as margens do rio Paraguaçu, e sempre entrecortadas pelas lagoas que serviriam de fonte de alimento e subsistência dos povos que habitam as comunidades.

Este território apresentou ao longo do tempo um espaço de difícil acesso, pois suas estradas eram apenas caminhos de terra por onde passavam apenas animais de carga e transporte, assim ao longo do tempo esses caminhos deram origem as estradas construídas pelo estado e municípios circunvizinhos.

Figura 2 - Localização dos Antigos Engenhos do Vale do Iguape.

# Localização dos Engenhos



Fonte: Acervo do NEAB-Recôncavo

Dentre estas comunidades, ao redor do Engenho Central formou-se a de Santiago do Iguape, foco desta análise, como relatou uma das herdeiras das terras, senhora Maricélia, a partir de um “lugar de memória”: “Esse bueiro aí era a Chaminé do Engenho, na gerência, por final uma das relíquias que todo o Vale do Iguape tem, essa Chaminé do Engenho. Engenho Central de Santiago do Iguape”.

A análise do quadro da página anterior evidencia que parte das terras que compunham o Engenho Brandão pertence à extensão territorial da atual comunidade de Santiago do Iguape, e, precisamente nela, localiza-se atualmente o “Quilombo”. Esta é a denominação dada às terras conquistadas pelo movimento quilombola da comunidade.

O Quilombo divide-se em aproximadamente 40 lotes de terras, distribuídos entre famílias locais. Este espaço é rememorado na localidade como o lugar de produção tradicional de pequenas roças.

De acordo com a senhora Maricélia a comunidade vivia de roça e pescaria, aqui em Santiago era inclusive no grande centro como Salvador conhecido como a terra do quiabo, porque as pessoas plantavam muito aqui no massapé né, todo esse massapé aí era plantação de quiabo, maxixe, jiló.

Grande parte das terras, que atualmente compõem a comunidade de Santiago do Iguape, até a década de 1930 pertencia a Elvira Novis. Conforme o registro de terras de Cachoeira, a senhora Novis também possuía outras propriedades além da Fazenda Monte Alegre, a exemplo da comunidade circunvizinha, Engenho da Ponte.

Segundo relato da depoente dona Maria São Pedro, Elvira Novis herdou o Engenho da Ponte por morte de seu marido: “Era viúva, da família dos Novis, dali da Campinas. O marido dela era irmão do dono da Campinas, eu não alcancei ele não, mas ela eu alcancei muito, ela era velhinha o nome dela era Elvira Novis, era dona de tudo aqui”.

No ano de 1933, a senhora Elvira Novis desfez-se da Fazenda Monte Alegre, vendida para Pedro Paulo Rangel através de escritura pública de compra e venda, lavrada no tabelionato de contas em 12 de maio de 1933. Os limites partiam do lado da fazenda Catu até a fazenda Caibomgo. A Fazenda denominada Monte Alegre ou São Tiago situada no Distrito do Iguape, deste termo, com casa residencial, um barracão e casa de Fazenda, adquirida por compra a Dona Elvira Alves Novis, escritura pública lavrada no livro 137 às folhas 77, dividindo-se por um lado com a Fazenda Catu de Abrantes.

Pedro Paulo Rangel possuía, além de terras, imóveis e comércio na Vila de Santiago do Iguape: “quatro casas de telhas, um armazém, móveis, um barco a vela denominado ‘Ima’, um dito a vela denominado ‘Cisne-II’, três canoas usadas e os estoques de mercadoria do armazém”. O seu armazém movimentava o comércio no local. Também era proprietário de barcos que transportavam mercadorias para Salvador e voltavam com outras para abastecer o seu estabelecimento.

Dona Maricélia Bacelar Bulcão Rangel, 40 anos, professora de História na Escola Rural de Santiago do Iguape e casada com um dos netos herdeiros de Pedro Paulo Rangel, aponta para alguns dos seus usos das terras: “ele era um comerciante e plantava muito, o mesmo também lucrava com as terras arrendadas, as pessoas arrendavam as terras plantavam muita mandioca, muito feijão, tinha casa de farinha, fazia azeite e o lucro era dividido”. No depoimento de dona Maricélia, emerge também relações sociais de trabalho e usos tradicionais das terras, definidos nos costumes locais em Santiago do Iguape.

Essa mesma senhora buscou explicar como funcionava o arrendamento de terras em Santiago do Iguape. “ Pedro Paulo Rangel era dono da vila de Santiago do Iguape, essa área de terra, que em daqui do Engenho, sobe aqui o Monte Alegre e vai até onde é o Catu, então essa mata toda que você vê aqui, ao nosso redor, pertencia à família Rangel, mas com o decorrer dos anos muitas áreas já foram vendidas a terceiros, assim ocorrendo o desmembramento”.

Busco apresentar a história de Santiago do Iguape, em meio às conjunturas socioeconômicas e culturais vivenciadas no Recôncavo da Bahia na segunda metade do século XX. Faço isso a partir das memórias dos moradores da localidade, que vivenciaram as transformações dessa região, sofrendo influências nos seus modos de viver, nas relações de trabalho, no lidar com a natureza, sobretudo inventando um novo cotidiano.

## **2.1 Distritos da Bacia Santiago do Iguape**

A Bacia ou vale do Iguape envolve terras dos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, no Recôncavo da Bahia, abrangendo a região estuarina do Rio Paraguaçu que forma a Baía do Iguape, por sua vez inserida na Baía de Todos os Santos.

A Baía do Iguape constitui parte dessa região estuarina que abrange uma superfície de aproximadamente 10.000, hectares, incluindo extensas faixas de manguezais. Está localizada na foz do Rio Paraguaçu, sendo alimentada por dois grandes canais, o canal do Baixo Paraguaçu, responsável pela quase totalidade da água doce, e o Canal de São Roque, que permite o acesso da maré oceânica (GENZ, 2006; CRUZ et al, 2003).

O distrito, denominada de Santiago do Iguape é configurada como um arquipélago de quilombos no recôncavo da Bahia, fica às margens da Baía do Iguape, constituída por aproximadamente, 2.500 habitantes divididas em vários núcleos familiares que se interligam por laços de parentesco e afinidade. Santiago do Iguape já é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombos e está em processo pela titulação das terras quilombolas.

Santiago do Iguape comunidade remanescente de quilombo, localiza-se a 40 Km do município de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia e a 110 Km da cidade de Salvador.

A comunidade Santiago do Iguape é um amplo distrito que possui energia elétrica, água tratada, telefone público e residencial, algumas ruas pavimentadas, nove Igrejas evangélicas, uma Igreja Católica que é uma das igrejas matriz da Bahia, um centro espírita, uma Igreja messiânica e uma casa de candomblé. Possui três escolas sendo duas municipais e uma estadual, além de possuir um posto policial, porém está desativado, assim como um posto médico, programas sociais como o CRAS-Quilombola e o PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil). Disponibiliza um serviço de rádio comunitária, possui uma associação de moradores ACASI, (Associação Cultural e Artística de Santiago do Iguape), associação quilombola e uma associação de pescadores, além de existir na comunidade times de futebol, grupos de samba de roda, de dança afro e outras atividades culturais.

Santiago do Iguape, comunidade histórica teve na construção da Associação Quilombola de Santiago do Iguape, um papel central na organização coletiva, pois através dessa associação tornou-se possível a compreensão do processo de construção e consolidação de uma identidade quilombola na comunidade.

Conforme imagem da figura 03 apresentada abaixo, observamos que a construção da CECVI (Conselho Quilombola do Vale do Iguape) teve uma ampla participação dos moradores da região envolvendo todas as comunidades certificadas

e não certificadas para fortalecimento da luta pela regularização e valorização histórica do seu povo.

Figura 3: Comunidades Quilombolas da Bacia e Vale do Iguape na Bahia



Fonte; acervo da Associação Mutecho/Acutinga ano 2015

Além desse importante equipamento, vale destacar a formação do CECVI (Centro de Cultura do Vale do Iguape) idealizado pelo Senhor Ananias Viana, coreógrafo, que trabalha com dança e com economia solidária em algumas comunidades remanescente da Bacia do Iguape. Através dos projetos do CECVI Viana concretizou-se à formação do Conselho Quilombola do Vale do Iguape, com a justificativa dos problemas econômicos que a comunidade estava passando, devido em especial ao declínio da Fábrica Opalma.

A Fábrica Opalma, localizava-se na comunidade de Acutinga, que atualmente leva o nome de Opalma, que produzia azeite, óleo e sabão. Segundo a presidente atual da Associação, moradora do Engenho da Ponte, 61 anos, os moradores da região do Vale do Iguape, em sua maioria trabalhavam para a fábrica muitos trabalhavam na plantação de dendê, outros na produção dos produtos industriais e até as mulheres e as crianças trabalhavam, de forma doméstica, quebrando coco de dendê. O fechamento da fábrica legalmente impulsionou a criação de grupos de

produtores artesanais que perpetuam a cultura e as formas de gestão, geração e difusão de conhecimentos e produtos.

Dessa forma, podemos perceber a importância da formação do CECVI para a fundação do Conselho Quilombola de Santiago do Iguape que tem por objetivo agregar todas as associações quilombolas do Vale do Iguape, até as fundadas antes mesmo da formação do Conselho, fundadas por iniciativa do CECVI. Devido a essas discussões em comunidades circunvizinhas, que no ano de 2006 os integrantes do conselho quilombola começaram a pensar sobre o discurso de comunidades quilombolas em Santiago do Iguape.

A fábrica Opalma, fundada para produzir o azeite industrialmente, provocou um falso desenvolvimento na comunidade, pois no período em que funcionou apenas explorou a mão de obra local, sem produzir nenhum impacto social e ambiental positivo, e conseqüentemente seu fechamento ampliou a exploração das reservas por aventureiros e herdeiros ilegítimos do território. Desta forma, a associação foi criada para dar um novo sentido a comunidade, como também reconstruir historicamente e culturalmente o processo natural e ancestral da produção do azeite e de outras culturas locais.

Portanto com a parceria e o apoio do CECVI e de apoiadores comunitários a associação encontrou uma base para se desenvolver e buscar alternativas para a regularização do território como também sua demarcação e certificação que ocorreu recentemente.

## **2.2 COMUNIDADE MUTECHO/ACUTINGA**

As comunidades Mutecho e Acutinga, com cerca de 300 famílias, constituem os membros mais recentes do Conselho Quilombola a última certificada pela Fundação Palmares.

Estas comunidades estão situadas nas margens da BA-880 (Acutinga, à direita e Mutecho, à esquerda, na direção São Francisco do Paraguaçu), na área do que antes era o Engenho da Acutinga, que sediou a fábrica de azeite Opalma.

Figura 4 – Rio e Escola das Comunidades

# Mutecho e Acutinga

Número de famílias: 300

Processo na Fundação Cultural Palmares aberto em 12/12/2016, em andamento.

Etapa processual no INCRA: aguardando certificação da Palmares

Patrimônio Cultural: Igreja de São João Batista, Vestígios dos antigos engenhos e das casas dos antigos moradores

Infraestruturas: Escola General Alfredo Américo Silva (Educação Infantil, Ensino Fundamental)

Associação: Associação de Moradores do Quilombo Mutecho/Acutinga



Ruínas da represa do antigo Engenho Caldeirão de Dentro



Rio Mutecho



Escola General Alfredo Américo Silva

Por isso, esses povoados também são denominados de Opalma, designação que os moradores não mais aceitam. Com o declínio e posterior encerramento das atividades da Opalma, muitos moradores retornaram a desempenhar suas atividades de origem: a pesca e roça.

A comunidade certificada recentemente em 2020 é reconhecida pelos moradores que historicamente e culturalmente afirmam que significa o encontro do rio Mutecho que nasce na comunidade com o rio Acutinga que passa na própria comunidade, pois esta comunidade apresenta no seu território nascentes próprias e correntezas de rios que simplesmente passam.

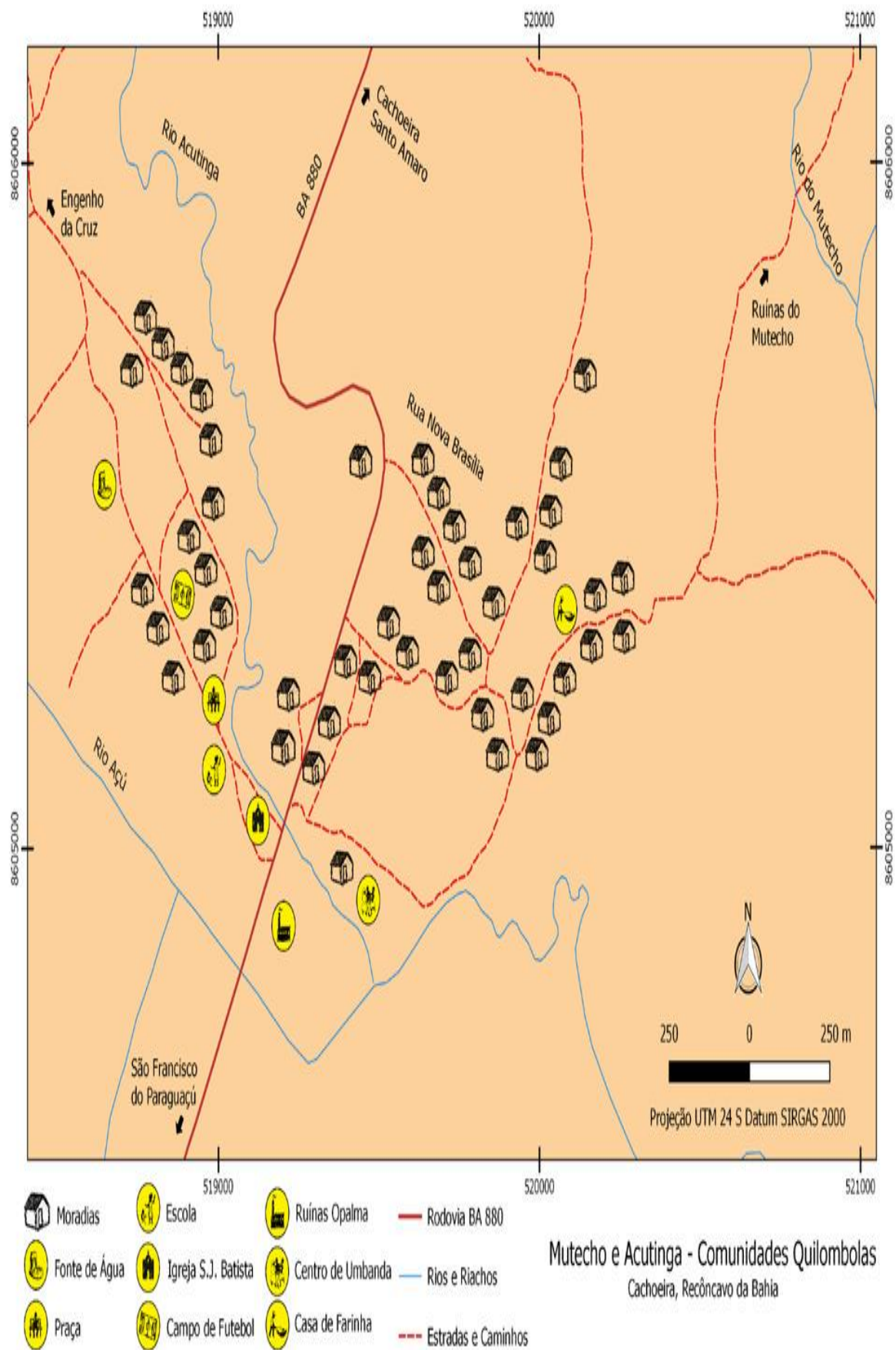
Neste encontro e desencontro duas comunidades buscam seu sentido de existência e subsistência num mesmo território marcadas por uma história de exploração humana e do capital, transversalizada por um povo negro, resistente e histórico.

A comunidade Quilombola de Mutecho / Acutinga, localizada no município de cachoeira/ BA, e situada no território da Bacia e vale do Iguape, recôncavo baiano, teve sua certidão de auto definição pela Fundação Cultural Palmares no dia 02 de janeiro de 2020. As comunidades deram entrada pela primeira vez junto ao CECVI (centro de educação e cultura do vale do Iguape) em 26 de setembro de 2016.

As extensões territoriais das comunidades apresentam uma variedade de riquezas naturais que são preservadas pelos remanescentes quilombolas com o desenvolvimento de uma cultura da permanência, que de forma criativa e preservativa retiram da natureza sua subsistência para mais de 300 famílias na localidade.

As comunidades Mutecho/ Acutinga são uma só organização política, pois a certificação em nome das duas comunidades. Nas mesmas existiram engenhos de cana de açúcar, e no Mutecho ainda existem ruínas e alguns utensílios preservados.

Figura 05 -Território Quilombola



O Mutecho está desenvolvendo a construção de uma unidade simplificada de beneficiamento do dendê, projeto sócio ambiental do Bahia produtiva. Há 06 anos o projeto de agricultura familiar desenvolvido com a ONG Humana Brasil atua de forma técnica e assiste aos núcleos produtivos como o projeto BABARZINHO voltado para mulheres da comunidade.

O Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. Nós temos direito ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é disso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. **A terra é meu quilombo.** Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. NASCIMENTO (1989,p.32).

Beatriz sugere que os quilombos, se organizam a partir do princípio da continuidade histórica mesmo com o fim da escravização não como uma sobrevivência puramente cultural, mas como uma autoafirmação, correção de nacionalidade, identidade étnica e possibilidade de revisão dos conceitos históricos estereotipados NASCIMENTO (1982). Quilombo não é escravidão, mas liberdade. É uma atitude na busca pela valorização, pelo lugar. É um olhar e uma "categoria ideológica". NASCIMENTO (1985).

É com esse auto reconhecimento que a comunidade Mutecho/Acutinga pensa na continuidade do aquilombamento e na ocupação do espaço em busca de realizações que sempre lhes foram negadas. Esse movimento de acolhimento, de autocuidado e auto aceitação, vem sendo construído pela associação de moradores do quilombo Mutecho/Acutinga sob a liderança de Josélia da Hora.

### **2.3 CARACTERÍSTICAS, TERRITÓRIO POVO E CULTURA**

As comunidades Mutecho/Acutinga apresentam um território rico em manguezais, bambuzais, árvores frutíferas diversas e uma rica variedade de palmeiras de dendê, ou coqueiros de dendê, conhecida como dendezeiros. É deste universo que é produzida uma das iguarias que mais fazem sucesso na culinária baiana. Conforme podemos observar na figura abaixo:

Figura 6 - Azeite- iguaria da culinária baiana



Fonte: rural produtivo TVE Bahia 2020

### 2.3.1 RELIGIOSIDADE

Outra riqueza do território são as igrejas e especialmente a mais antiga delas Igreja São Joao Batista na Acutinga. Frequentada por católicos da comunidade grupos de irmandade, mãe rainha, terço dos homens e grupos de orações.

Figuras- 07 e 08 Fachadas da capela de São Roque.



Fonte: Produzido pela Autora

Apresentamos também Centro de matriz Africana e Umbanda São Roque. Que congrega a maioria dos moradores da comunidade e que perpetuam uma cultura religiosa iniciada pelos ancestrais no século XVIII.

Figura 9 - Fachada do Centro



Fonte: <https://g.co/about/eeprj2> acesso 19/04/23

Figura 10 - Organização Cultural



### 2.3.2 SINCRETISMO RELIGIOSO NA COMUNIDADE

A comunidade quilombola apresenta um sincretismo religioso em que não foram diagnosticados intolerância religiosa entre os moradores, pois uma parte pequena migrou da religião de matriz africana para as religiões protestantes, e segundo relatos da liderança da associação, cada organização funciona em dias específicos e em horários que não colidem com as manifestações das outras vertentes religiosas.

As lideranças religiosas das igrejas protestantes não vivem na comunidade, simplesmente os pastores moram nas cidades de cachoeira e Santo Amaro, no território vivem as lideranças religiosas de matriz africana que permanecem com sua cultura e rituais religiosos há décadas na localidade.

Dentre eles, estão as rezadeiras e rezadeiros que são conhecidos por apresentarem um ritual ancestral de curas pelas plantas medicinais que são

conhecidas e utilizados pela maioria da população como também das rezas que também curam pela fé.

### 3. ANCESTRALIDADE E IDENTIDADES DO TERRITÓRIO

Falar de Ancestralidade na comunidade Mutecho/Acutinga é discorrer sobre as experiências dos antepassados que deixaram o seu legado em uma comunidade quilombola como ensinamentos presentes até hoje e que serve de um perene orgulho para esses povos.

Ancestralidade é, então, mais que um conceito ou categoria do pensamento. Ela se traduz numa experiência de forma cultural que, por ser experiência, é já uma ética, uma vez que confere sentido às atitudes que se desdobram de seu útero cósmico até tornarem-se criaturas nascidas no ventre-terra deste continente metafórico que produziu sua experiência histórica, e desse continente histórico que produziu suas metonímias em territórios de além-mar, sem duplicar, mas mantendo uma relação trans-histórica e trans-simbólica com os territórios para onde a sorte espalhou seus filhos. (OLIVEIRA, 2012, p.40).

Refletindo sobre o conceito de ancestralidade acima citado, este por sua vez, traduz o sentimento de pertença dos povos que habitam o território que ancestralmente foi constituído como um espaço de encontros para resistência, sobrevivência, vivências, culturas e modo de produção social, política e econômica da comunidade Mutecho/Acutinga.

Desta forma, a transmissão oral de saberes e conhecimentos desses quilombolas são compartilhados por sucessivos descendentes e essa resistência cultural é reafirmada com seus princípios e costumes por constantemente se recriarem e reafirmarem a sua organização social desses espaços com seus símbolos de luta e libertação.

Seguindo essa mesma compreensão podemos observar que a comunidade Mutecho/ Acutinga se baseia em forma organizativa visto que seus costumes e tradições remetem a uma reminiscência ancestral que é continuamente renovada pela organização de suas manifestações e formas de viver em coletividade.

A ancestralidade não é um conjunto rígido de sanções morais, mas um modo de vida. Ela é gramática e semântica ao mesmo tempo. É a interface entre estrutura e contexto. Esta relação entre enunciado e sentido, significante e significado é polifônica porque assim é a ancestralidade, ou seja, essa relação pelo princípio da senioridade e como tal é construída através da tradição. (OLIVEIRA, 2007, p.42).

Contudo o sentimento de pertença onde os remanescentes vivem, criam seus filhos, manifestam padrões diversos. Compreender, assumir e se orgulhar de que o passado dos antigos foi de muita luta e escravização não significa simplesmente um assunto de tomada de consciência, mas de se aceitar e se orgulhar como negro quilombola e cidadão.

Desta forma com essa organização fica mais fácil para a comunidade fomentar o respeito, defender a herança ancestral e ressignificar as vivências, constituindo pensamentos, emoções, ações e quebrando com os padrões culturalmente estabelecidos.

A comunidade Mutecho/Acutinga tem um diálogo que aproxima e une as pessoas e enriquece o saber e esse processo ocorre em um ambiente informal pois o sujeito vive em comunidade e o ato educativo se estabelece a partir do olhar desse povo desde o seu surgimento.

A ancestralidade se configura e permanece num processo sucessivo de movimentos, logo se restaura a todo momento, unindo e re-unindo o passado e presente, permitindo um futuro. A ancestralidade conecta o concreto e o imperceptível, propagando em suas culturas os ensinamentos e o encanto reconhecendo o encanto de suas origens.

Portanto, falar de ancestralidade e encantamento entendendo-os como inspirações formativas, se faz possível desde a cosmovisão africana por esta ter um modo outro de pensar, um olhar para a sensibilidade, educar o olhar, assim como reconhecimento da sua potência, a consciência da formação como um processo epistêmico, político e moral (FLOR DO NASCIMENTO, 2006 – 2007,p.68), como um processo contínuo de reconhecimento e valorização .Reconhecimento e valorização da potência de modelos outros de organização social, política e econômica, onde “a cosmovisão africana, destacadamente a mitologia, serve como reflexão para aproximação ou reconciliação da tradição, com a cultura, com a Ciência, com a Filosofia, com a Psicologia moderna e com a vida numa outra perspectiva de mundo” (MACHADO ,2013,p.13).

A percepção de ancestralidade, pode ser representada por um passado de imensidão e tradições de várias histórias escritas e contadas por tantas comunidades, onde o reconhecimento perpassa por todos os caminhos, identificando os saberes, o empoderamento desses sujeitos para o orgulho das relações de união e o pertencimento local.

Devemos ser cuidadosos com o modo de entender a historicidade. Ela pode ser definida como o uso do passado para ajudar a moldar o presente, mas

não depende de um respeito pelo passado. Pelo contrário, historicidade significa o conhecimento sobre o passado como um meio de romper com ele – ou, ao menos, manter apenas o que pode ser justificado de uma maneira proba. A historicidade, na verdade, nos orienta primeiramente para o futuro. O futuro é visto como essencialmente aberto, embora como contrafactualmente condicional sobre linhas de ação assumidas com possibilidades futuras em mente. (Giddens ,1991, p.62).

Entretanto, a sabedoria dos antepassados com toda uma experiência milenar acumulativa é um presente cultural deixado, para que se forme um futuro de transformação social para essas comunidades que reconhecem os valores e tradição local constituindo assim uma memória coletiva, acumulando histórias diversas caracterizadas por matrizes culturais resistentes.

Ao refletir sobre este recorte conceitual da ancestralidade, podemos inferir, ou seja, perceber no território que a comunidade ora pesquisada se configura num potente espaço de construção e reconstrução de sua identidade, historicidade e ancestralidade própria e apropriada.

Com base nas pesquisas bibliográficas realizadas ao longo dos estudos buscamos elencar as contribuições de alguns autores que estão organizadas neste quadro teórico e para isto escolhemos realizar um recorte temporal de no máximo 10 anos das produções teóricas sobre o conceito de ancestralidade.

Desta forma, escolhemos as obras de Carvalho Lima(2020) cujo tema “Ancestralidade e parentalidade na rede de saberes quilombolas” um artigo potente que retrata sobre a parentalidade observada na comunidade, como também o artigo sobre a “Pedagogia da Ancestralidade” de Moreira (2021) que aborda uma pedagogia ancestral com princípios e formas específicas do povo quilombola, e a dissertação de EC, SACRAMENTO(2019) que apresenta uma bela pesquisa sobre “Ancestralidade e protagonismo de mulheres quilombolas”, além de obra de Eduardo Oliveira (2017) “filosofia da ancestralidade” pois na comunidade estudada as mulheres são a ampla maioria de trabalhadoras artesanais, ou seja, o núcleo de produção Mutecho/Acutinga é formado por 10 mulheres e 03 homens apenas.

**TABELA 2 - TEÓRICO ANCESTRALIDADE**

<b>Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Contribuições</b>	<b>Referência</b>
<b>VI. de Carvalho Lima</b>	<b>2020</b>	<b>Ancestralidade e parentalidade na rede de saberes quilombolas</b>	<b>Artigo</b>

<b>MOREIRA, E. M</b>	<b>2021</b>	<b>Pedagogia da Ancestralidade</b>	<b>Artigo</b>
<b>LEAL, Ana Angélica</b>	<b>2020</b>	<b>Comunidades quilombolas e suas (re) existências.</b>	<b>Bibliográfica</b>
<b>NASCIMENTO, F.R</b>	<b>2020</b>	<b>Ancestralidade e educação e resistência.</b>	<b>Dossiê</b>
<b>OLIVEIRA, D. Eduardo</b>	<b>2017</b>	<b>Filosofia da ancestralidade</b>	<b>Bibliográfica</b>
<b>EC, SACRAMENTO</b>	<b>2019</b>	<b>Ancestralidade e protagonismo de mulheres quilombolas</b>	<b>Dissertação</b>

Fonte: Produzido pela Autora

### 3.1 Identidade Quilombola

A identidade quilombola, refere-se às formas como esses grupos relacionam-se com sua comunidade, assim como com sua ancestralidade, tradições e práticas culturais, sabendo-se que território e identidade seriam indissociáveis.

A presença de uma territorialidade específica desses grupos relaciona-se à ocupação da terra baseada no uso comum e vem sendo construída em face de trajetórias de afirmação étnica e política ALMEIDA (2002). De acordo com Carvalho & LIMA (2013), “[...] a noção de quilombo não se restringe apenas aos casos de fuga em massa e refúgio de escravos, mas refere-se, sim, à formação de grupos familiares que, buscando uma produção autônoma e livre, baseada na cooperação, faziam frente ao sistema escravocrata”.

Essa ampliação de sentido ao termo “quilombo” não destitui seu caráter de resistência negra, mas o resignifica e constitui novos aparatos de mobilização social.

Na legislação republicana [...] o conceito “quilombo” passa por suas mais radicais ressemantizações, quando começa a ser utilizado pelo discurso político vigente como um símbolo de resistência. O autor cita três principais formas dessa nova ressemantização, sendo que a primeira, utilizada até as décadas de 1950 e 1960, é caracterizada pelo uso do termo como resistência cultural, na afirmação da construção de uma cultura negra no Brasil, oscilando, assim, entre uma interpretação histórica e uma interpretação antropológica. A segunda forma, que só seria empregada em fins dos anos 1950, é marcada pela relação do termo com a resistência política, o quilombo servindo de base para se pensar nas formas potencialmente revolucionárias de luta popular frente a ordem dominante. A terceira e última forma torna-se de fato sistemática quando usada pelo

movimento negro, ao longo dos anos 1970; ela nomeia o quilombo como forma de resistência negra, unindo assim os aspectos culturais a uma perspectiva política. (CARVALHO & LIMA ,2013, p.332).

Desta forma, a comunidade de Santiago do Iguape se caracteriza por este aspecto, pois além de serem reconhecidos como remanescentes de comunidades quilombolas, apresentam características mais organizadas de criação, produção e disseminação de diversos produtos e serviços amplamente reconhecidos localmente e regionalmente.

Diante de vários impasses e da não identificação com a alcunha “remanescentes”, as movimentações e debates em torno de uma definição mais próxima às suas histórias de vida, suas organizações sociais, políticas e culturais geraram uma mobilização para pensar a temática.

Na busca dessa “formalização”, foi realizado um trabalho em parceria entre o Ministério Público Federal – MPF e a Associação Brasileira de Antropologia – ABA (extinto Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais) que, em 1994, apresentou um documento tratando do termo “quilombo”:

Nesse processo de identificação, ressignificação, organização político-social e expansão do movimento quilombola, especificar demandas para efetivar políticas tornou-se premente. No âmbito das políticas públicas que visam a promoção da igualdade racial, a SEPPIR apresenta a seguinte definição de Comunidades Quilombolas:

Comunidades quilombolas são grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca da prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. Em todos os casos, o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade (SEPPIR, s/d 2018.p.72).

Esse reconhecimento, seja pelos grupos envolvidos, seja pelo Estado e sociedade de modo geral, foi necessário para que reivindicações do Movimento Quilombola, como as concernentes ao acesso à educação e, mais que isso, acesso à uma educação em que estas populações se sintam incluídas física e socialmente, começassem a ser pautadas e constituídas em forma de leis e diretrizes que agenciam mudanças efetivas.

Segundo SOU (2012), pensar a identidade de uma população implica buscar compreender os valores por detrás da lógica de pensamento e de sua vida cultural.

Saberes, costumes e a cosmovisão integram os laços indeníveis e reafirmam a experiência de um grupo social.

Ao refletir sobre a questão da identidade quilombola, partimos da compreensão de que essas comunidades tiveram uma luta histórica e significativa para o reconhecimento e a reparação dos danos provocados pela sua condição de excluídos dos processos de inclusão social, educacional e economicamente justa e sustentável.

Voltando ao conceito de ancestralidade, partimos da compreensão do pensamento de DENISE FERREIRA (2016) em sua obra “A dívida impagável”, pois o passivo social, histórico, e cultural do povo quilombola, está assentada em questões sociais negadas pelas políticas públicas brasileiras, tornando-se impagável mesmo que tentem reverter com os incentivos as políticas mínimas de valorização e reconhecimento, estas ações infelizmente não apagam as cicatrizes históricas do sofrimento e da exclusão social em que vivem esses povos.

Entretanto, esta abordagem busca um entendimento de civilização negada, um resgate de historicidade invisibilizada, ainda que tardio de luta e da resistência de um povo que teve desde o surgimento deste país denominado de Brasil, seu espaço subjugado, explorado e expropriado.

Desta forma, o quadro teórico abaixo apresentado representa de forma detalhada as obras escolhidas para discutirmos sobre o conceito de identidade cultural e as políticas públicas que fortalecem esta identidade, por exemplo destacamos as obras de HALL(2000) “Identidade cultural, mudanças do conceito de sujeito e identidade no século XX.”, BARBOSA(2013) “Processos Educativos Formais e Não Formais na Constituição das Identidades Quilombolas: o caso do Kaonge”, SOUZA, LAURA (2018) “Quilombos: Identidade e história” estas obras foram de suma importância para a discussão e compreensão da identidade, história com as sutilezas e crenças entre política e organização social comunitária.

TABELA 3 - TEÓRICO REMANESCENTES QUILOMBOLAS

Autores	Ano	Contribuições	Referência
SANTOS, Z. Ferreira	2016	Implementações de políticas públicas para juventude quilombola	Dissertação
MORBECK, N. Belo	2014	Contribuições educativas a luz Freireana na população adulta quilombola	Tese
SANTOS, J. R. Pontes	2018	Construções e identidades desenvolvidas pelos quilombolas	Dissertação
SOUZA, Laura Olivieri	2018	Quilombos: Identidade e história	Bibliográfica
GROCORRISKI, C. Ricardo	2012	Sutilezas, entre ciência, política e vida prática nas comunidades quilombolas	Dissertação
HALL, Stuart	2000	Identidade cultural, mudanças do conceito de sujeito e identidade no século XX.	Bibliográfica
BARBOSA, Júlio Cezar	2013	Processos Educativos Formais e Não Formais na Constituição das Identidades Quilombolas: o caso do Kaonge.	Dissertação mestrado acadêmico

Fonte: elaboração da autora (2025)

### 3.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS CONTEXTOS QUILOMBOLAS

Figura 11- Almanaque Pedagógico

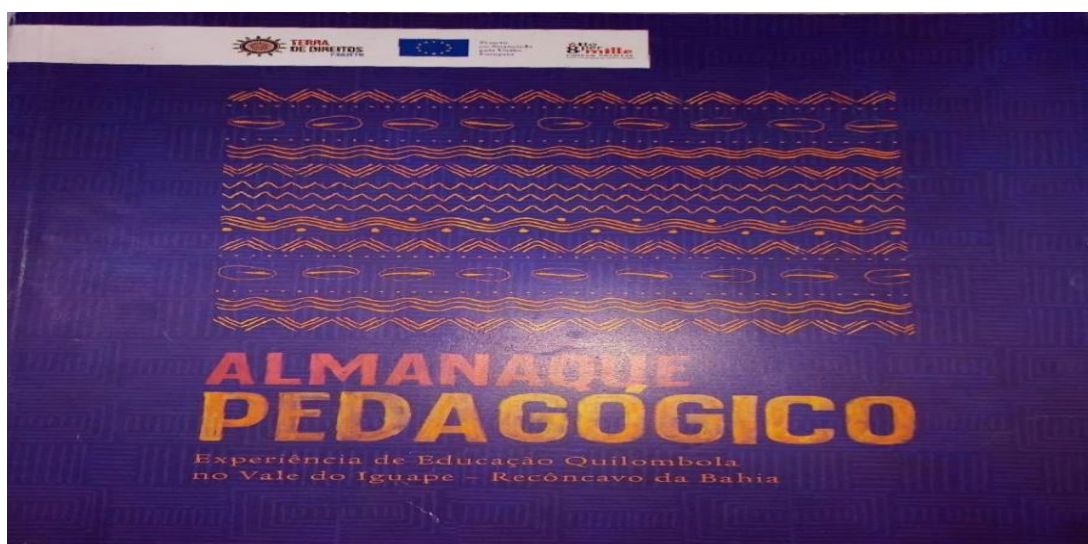


Imagem da capa do almanaque publicado

O Almanaque Quilombola apresenta experiências e atividades pedagógicas relativas à história, à cultura, e a identidade quilombola, nas comunidades do Vale do Iguape, no Recôncavo da Bahia. Este material foi construído coletivamente por meio da tecnologia pedagógica, das Rodas de Saberes e Formação (RSF).

Apresenta temas e conteúdo que articulam os saberes e os fazeres das comunidades, com as práticas de ensino e aprendizagem, as abordagens pedagógicas, e as vivências socioculturais de professoras, professores e estudantes.

O trabalho desse Almanaque contribuiu para repensar e reconstruir os currículos e as práticas de formação das escolas, o desafio decorrente da conquista e implantação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, e das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola, que impactam na promoção da educação das relações etnicorraciais, da história africana e da cultura afro-brasileira.

Assim encontramos nos movimentos de lutas do conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape – (CQVBI) e também conhecido como Rede Cidadania Quilombola, é uma organização que representa 14 (ou 19, dependendo da fonte) comunidades quilombolas localizadas nos distritos de Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, na Bahia. Desta forma, posturas de grande valorização dos saberes escolares/acadêmicos, de como a inserção do povo quilombola nos espaços escolares/acadêmicos podem reverberar em desenvolvimentos local e social sustentável e com equidade.

Desde a autorização para a realização de pesquisas nas Comunidades, à definição de propostas de implementação de políticas para as mesmas, o CQVBI exerce papel fundamental, ao mesmo tempo em que apresenta uma forma de organização e gestão do que é coletivo pautada em princípio ancestrais, diaspóricos, com tecnologias da atualidade, do contemporâneo.

Como já descrito anteriormente, essa pesquisa foi realizada em plena crise sanitária do COVID-19, o que nos apresentou alguns entraves, sobretudo por se tratar de uma metodologia etnográfica qualitativa, ainda assim foi possível termos alguns contatos com reuniões ordinárias do Conselho, e foi possível perceber o alto nível de engajamento, propositividade e articulação dos seus membros, bem como da presença significativa de intelectuais quilombolas nesse espaço.

Poderia aqui nascer uma outra pesquisa, que trouxesse a representação e participação desses intelectuais e como isso tem reverberado para Cachoeira e Bahia.

O primeiro núcleo de difusão escolar na comunidade, é a ESCOLA SÃO COSME E SÃO DAMIÃO, a qual já foi objeto de pesquisas, inclusive de intelectuais quilombolas, que deu grande visibilidade aos processos de escolarização, o que hoje se estende para outras comunidades, a exemplo da Escola Municipal Engenho da Ponte.

Em seu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, 2018, Tiago Bispo Silva, quilombola, professor e poeta,

“Ficava me indagando como os povos dessa comunidade fizeram para implantar no Quilombo do Kaonge uma escola na década de 1990, em uma localidade esquecida pelo poder público. Como esta escola conseguiu desenvolver um trabalho tão importante dentro da comunidade.”

A indagação do professor Tiago, nascido em comunidade quilombola, tem pertinência até hoje, pois as narrativas feitas pelo Líder quilombola, espiritualista e ativista fundadora da Escola, Juvani Viana, ainda traduzem os entraves para o funcionamento escolar, desde falta de materiais de consumo, à suporte para implantação efetiva de uma educação quilombola, como preconiza, através do Decreto Legislativo nº 143/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola.

Ainda nas pesquisas de Tiago Silva, ele retrata a história do embrião e construção da escola São Cosme e São Damião através das vozes de “coautoras” que ele denomina, uma delas, de GRIÔT, a qual narra detalhadamente a trajetória da escola, inclusive com o detalhamento de como, via articulação e enfrentamentos políticos, a escola foi efetivamente construída e reconhecida institucionalmente.

Tiago Silva registra, na sua pesquisa, as falas de GRIÔT, “foi o chamamento dado a Juvani Viana Juvelino, matriarca da comunidade, Guia religiosa do Centro de Umbanda existente no Kaonge, ativista, professora leiga, fundadora e mãe da atual gestora da Escola”. Como um concreto movimento de dar voz aos instituintes da sua pesquisa, ao mesmo tempo em que corporeifica raça, gênero, militância, sabedoria ancestral e visão de futuro em uma única pessoa, a qual, historicamente vem construindo outras narrativas e colocando o Kaonge na rota da resistência através da formação escolar e acadêmica.

Como já mencionada nesse texto, é muito difícil falar do Kaonge sem fazer alusão as outras comunidades quilombolas da Bacia do Iguape, principalmente pelos movimentos atuais do CQVBI e das pessoas alfabetizadas na década de 90 e anos

2000 à 2010 na Escola São Cosme e São Damião, as quais eram (muitas ainda são) moradoras dos 18 quilombos do Vale, e que hoje são as professoras da escola, as lideranças e ativistas das comunidades, as/os intelectuais do Recôncavo e do Mundo, pessoas que se consideram quilombolas da Bacia e Vale do Iguape.

Acompanha essa pesquisa, citação de sites que contém as falas de inúmeras coautoras da pesquisa, as quais narram também a trajetória da escola e dos enfrentamentos para implantação efetiva e oficial da mesma.

O que muito nos interessa aqui é dizer do lugar que a Escola enquanto instituição formadora e mobilizadora ocupa no Kaonge, é apresentar os impactos que esse micro embrião provocou no cenário local e regional no que tange aos processos de escolarização, acrescentando aí a instalação de uma Universidade Federal atenta as pretensões da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como Decretos e Portarias e Resoluções diversas que vem, principalmente nessas duas últimas décadas, aumentando expressivamente o número de homens e mulheres no Ensino Superior e Pós Graduação na região do Recôncavo da Bahia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais trazem:

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. DCNE (2003.p.16).

Ainda no início da década de 90, o espaço já preconizava antes da promulgação da citada Lei, bem como realizou ações concretas para implantação desse espaço que traz para ao centro dos debates a educação quilombola, a educação do povo preto, inclusive em espaços de identidades ancestrais, religiosas e de pertencimentos, pois, encontramos nas falas de lideranças quilombolas a sensação de rupturas quando saem da Escola São Cosme e São Damião e passam a ter aulas com professores diversos, sem a observância do que traz as DCNs.

A Resolução nº 8 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no seu artigo 1º diz que “deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade”, e nesse sentido a existência de uma escola em uma comunidade quilombola, no ano de 1997, atendendo 68 crianças e

adolescentes TIAGO SILVA (2018) exercia o que posteriormente definiu essa Resolução.

Para traçar o Roteiro Pedagógico e desenhar o site do Kaonge, acessamos inúmeras páginas na internet para listar as postagens já existentes, e percebemos a presença significativa de instituições de Ensino Superior na produção e difusão de conteúdos que retratam a cultura da comunidade, com recortes em gênero, em cultura e religiosidade, expressões musicais e culinária. Encontramos dezenas de publicações, inclusive com alto nível de qualidade técnica e visual, resultados de parcerias com a Universidade Federal do Recôncavo:

Em 2017, com o apoio da Secretaria de Educação de Cachoeira, encontramos os/as docentes e diretores/as das escolas quilombolas do Território do Iguape com o objetivo de compreender progressos e dificuldades na implementação da Lei nº 10.639/2003. Se, de um lado, é de conhecimento geral a existência dessa Lei, por outro, a ausência de material didático e paradidático de apoio às atividades de ensino, currículo e formação, adequado à realidade local, dificulta sua efetivação.

A partir dessa reflexão, foi se consolidando a parceria com docentes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da UFRB, que implicou a institucionalização de um projeto de extensão-pesquisa-formação que, com base em uma abordagem colaborativa, propiciou a construção deste material paradidático. Ao longo do ano de 2018, foram realizadas as Rodas de Saberes e Formação (RSF), com a participação de professoras e professores, diretores/as das escolas e representantes das comunidades e da Secretaria Municipal de Educação. Esses encontros foram fundamentais para a reflexão, os debates, as trocas, a valorização dos contextos e saberes dos/as participantes (antropólogos/as, pedagogos/as, historiadores/as, professores/as de ensino fundamental e universitários/as, griots, lideranças comunitárias, assistentes sociais, estudantes e representantes da sociedade civil organizada). Foi um processo de valorização dos professores e das professoras, assim como dos propósitos das escolas, dos projetos pedagógicos, referentes à inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos, e na prática pedagógica nas salas de aula. (ALMANAQUE PEDAGÓGICO 2019, p.9-10.).

Temos alguns documentos publicados e vídeos na internet que evidenciam parcerias com a UFRB e outras instituições de Ensino e Pesquisa, que se comprometem em fazer educação nos pilares da diversidade, da multirreferencialidade, e, mais especificamente Educação do Campo (Parecer 03/2008), Educação Quilombola ( Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, Parecer CNE-CEB 016/2012) e outros dispositivos legais vem fundamentando e sustentando as proposições de uma educação para a diversidade e suas especificidades.

Enquanto pesquisadora, professora e ativista analisamos as ações do Kaonge, no campo dos enfrentamentos políticos para implantar processos formativos como elemento fundamental na construção e reconstrução de identidades pautadas na educação quilombola e antirracista, sobretudo valorizando os saberes ancestrais e indenitários do povo negro.

Ainda nesse contexto do lugar da escola no CQVBI, encontramos inúmeras publicações e citações que referendam a educação escolar, aja vista a quantidade expressiva de intelectuais e estudiosos que compõe o Conselho. O percurso dessa pesquisa nos revelou o potencial produtivo das comunidades quilombolas do Recôncavo.

Precisamos refletir sobre os desafios da educação diferenciada no contexto multiétnico que caracteriza o território. Acredito que uma das dificuldades para o ensino quilombola na comunidade, reside na disponibilização de material de ensino.

Tomando a escola como o primeiro espaço de socialização da criança, e assumindo que o sujeito parte do seu próprio contexto sociocultural e histórico para construção de sua aprendizagem BRANDÃO (2002) e FREIRE (2006) de fato é necessário que as escolas quilombolas incorporem ativamente as especialidades dessa cultura em seus conteúdos e sua metodologia.

### **3.3 ABORDAGENS SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA NO TERRITÓRIO**

O brasileiro é conhecido por gerar valor através da arte, da criação, da interação humana e isso nos promove uma perspectiva de economia criativa. A economia criativa é palpável tanto para quem produz como para quem consome, podemos vê-la como estimulante econômico.

A economia criativa é um termo criado na Austrália e que nomeia uma série de segmentos que tem por base o conhecimento ou o capital intelectual para gerar trabalho, renda e impulsionar o desenvolvimento local, regional ou nacional.

O conceito de Economia Criativa surgiu da denominação de indústrias criativas, iniciado em países industrializados a partir dos anos 1990, para caracterizar os departamentos em que a criatividade é um elemento essencial do negócio MONTAG, MAERTZ e BAER (2012).

Relacionado ao reposicionamento das indústrias culturais e à sua revitalização no contexto de desenvolvimento urbano da Inglaterra, surge o conceito de cidade criativa COMUNIAN (2011).

Seu enfoque, até o final dos anos 1990, estava no aprimoramento de cidades, com evidência em potenciais retornos econômicos obtidos por meio de atividades e interferências culturais. A aceção do conceito de “indústrias criativas” implicou uma interpretação da concepção de “cidade criativa” como um local que concentra e apoia indústrias criativas, COMUNIAN (2011). Assim, o termo “criativo”, com o foco de espaço geográfico, vem alastrando e envolvendo diversas perspectivas teóricas.

No Brasil, LIMA (2011) salienta que o desafio de promover o desenvolvimento do Brasil diante de sua extensão continental e das diferenças sociais, econômicas, regionais, organizativas e culturais dos seus territórios. Entretanto, acredita-se ser necessário que a discussão sobre economia criativa incorpore conceitos que contemplem as configurações sociais locais.

Assim, esta pesquisa expõe e defende o conceito de território criativo como forma de romper com as barreiras dos conceitos já existentes de cidade e polo criativo. Essa ideia baseia-se em SAQUET (2011), que sugere a necessidade de uma nova concepção de geografia, de desenvolvimento, de planejamento e de gestão do território para orientar processos participativos e democráticos de gestão e desenvolvimento local.

Para SANTOS (2007), devemos entender o território como lugar onde se realizam todas as ações, paixões, poderes, forças e franquezas; sendo ele o lugar onde a história do homem se realiza a partir da manifestação da sua existência.

Segundo a UNESCO, em seu relatório em 2013 a economia criativa é uma força poderosa e transformadora nos dias de hoje, porque além do crescimento é também uma das áreas mais rentáveis em termo de geração de renda, emprego e exportação. A riqueza nos dias de hoje está centrada na criatividade e inovação tanto individual como coletiva. O foco da economia criativa está centrado no potencial do indivíduo ou do coletivo que produz bens e serviços criativos.

A economia criativa e solidária tem um forte traço desta comunidade e que foi desenvolvida ao longo do tempo pelas mulheres negras que assumiram a liderança das organizações para além das famílias e as multitarefas femininas.

### 3.4 CENÁRIO DA EDUCAÇÃO CRIATIVA NO BRASIL

O conceito de economia criativa e seu estabelecimento como uma disciplina de estudo ganhou expressão e relevância a partir da década de 2000. A partir de iniciativas isoladas no começo do século XXI, o que se observa atualmente é que economia criativa se estende em uma ampla gama de áreas de responsabilidade política e administração pública; inclusive, muitos governos criaram ministérios, departamentos ou unidades especializadas para lidar com as indústrias criativas – o que é o caso do Brasil, que atualmente conta com uma Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura (SEC/MinC).

HOWKINS (2001) sustenta a ideia de que a economia criativa se assenta sobre a relação entre a criatividade, o simbólico e a economia. Assim, economia criativa é o conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo simbólico nele incluído a criatividade quilombola baseado no conhecimento ancestral como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços.

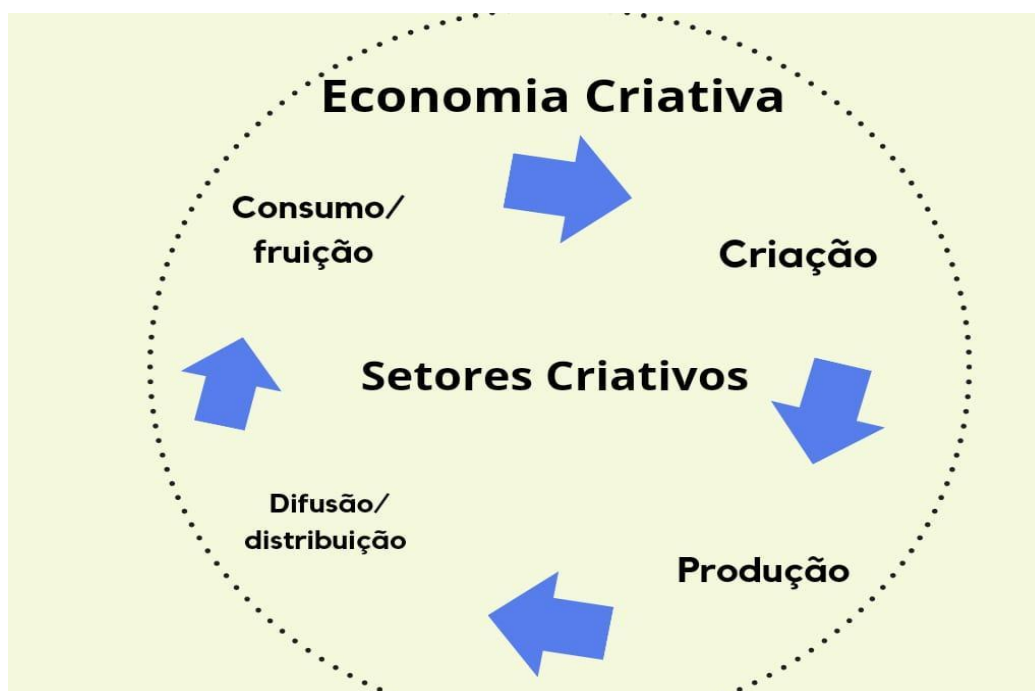
Produtos e serviços baseados em criatividade e conhecimento têm elasticidade-renda elevada, e mesmo durante a crise seu comércio mundial não foi tão negativamente afetado conforme esperado e segundo relatado em HOWKINS (2001).

Segundo REIS (2008) a economia criativa no Brasil tornou-se intensa em 2004, quando Gilberto Gil na época Ministro da cultura, defendeu a diversidade brasileira com base na criatividade.

Logo depois em 2005, foi realizado em Salvador o Fórum Internacional de indústrias criativas, com isso foi fortalecido o debate sobre economia criativa por instituições e pesquisadores para investigar um conceito. Depois disso surgiram algumas discussões sobre esse assunto, porém, só foi priorizada essa pauta com a gestão de Gilberto Gil.

Em 2011 foi criada a secretaria da Economia Criativa no Ministério da Cultura, o objetivo do MinC era transitar a proposta nas políticas e ações dos outros Ministérios, nas outras áreas políticas. Logo, foi criado o “plano da Secretaria da Economia Criativa- políticas, diretrizes e ações 2011-2014” com desafios e estratégias para o desenvolvimento do país e propulsão da Economia Criativa, como levantamento de dados, estímulo e empreendimento criativo e entre outras deliberações a criação de marcos legais para os setores criativos.

Figura 12 - A Economia Criativa e a dinâmica de funcionamento dos seus elos.



Fonte: Produzido pela Autora

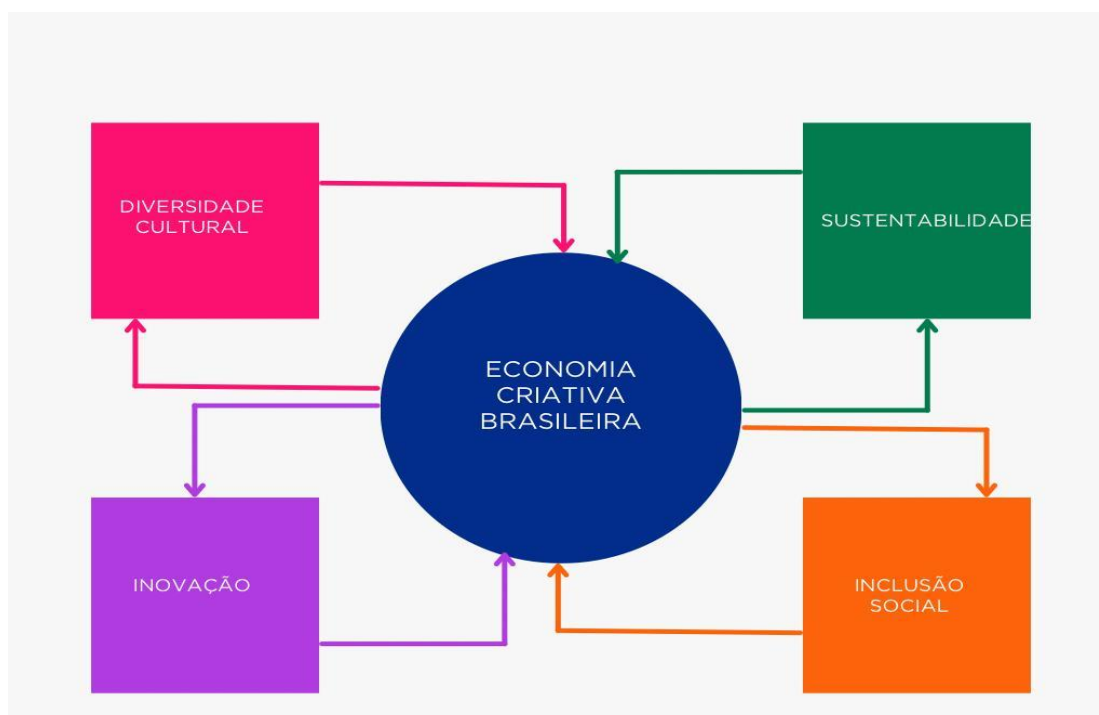
A economia criativa é apresentada pelo plano como economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos. Por se caracterizar pela abundância e não pela escassez, a nova economia possui dinâmica própria e, por isso, desconcerta os modelos econômicos tradicionais, pois seus novos modelos de negócio ainda se encontram em construção, carecendo de marcos legais e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos

O processo de planejamento estratégico, entendido como um processo de reflexão de cenários, possibilidades, capacidades e potenciais de desenvolvimento da Secretaria da Economia Criativa – SEC, gerou a necessidade de ultrapassarmos conceitos e definições dos setores criativos e da economia criativa brasileira para estabelecermos princípios norteadores e balizadores das políticas públicas de cultura a serem elaboradas e implementadas pela SEC.

Desta forma, foi definido que a Economia Criativa Brasileira somente seria desenvolvida de modo consistente e adequado à realidade nacional se incorporasse na sua conceituação à compreensão da importância da diversidade cultural do país, a percepção da sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional, a

inovação como vetor de desenvolvimento da cultura e das expressões de vanguarda e, por último, a inclusão produtiva como base de uma economia cooperativa e solidária. Assim, conforme pode ser analisado na figura 13 a seguir, a Economia Criativa Brasileira se constitui e é reforçada pela intersecção destes princípios.

Figura 13 - A economia criativa brasileira e seus princípios norteadores



Fonte: Produzido pela autora

### 3.4.1 Diversidade cultural

Pensar numa economia criativa brasileira é pensar numa economia cuja base, ambiência e riqueza se dão graças à diversidade cultural do país. A criatividade brasileira é, portanto, processo e produto dessa diversidade. Na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da UNESCO (2007), essa compreensão é reforçada: A diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações.

A Economia Criativa Brasileira deve então se constituir numa dinâmica de valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais nacionais

como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento.

Desta forma, a diversidade cultural observada na pesquisa e desenvolvida no território quilombola Mutecho/Acutinga, configura-se e desenvolve-se nas artesanias da produção do azeite como também no modo de vida da comunidade, através da cultura da cura pelas ervas e chás medicinais feitas pelos mais velhos e rezadeiras locais.

Portanto, a comunidade em questão apresenta um modelo de diversidade cultural que promove a sustentabilidade do território e perpetua a cultura ancestral da produção econômica desde o azeite até as demais produções artesanias locais.

### **3.4.2 Sustentabilidade**

O debate sobre o tema desenvolvimento nas últimas décadas vem sendo ampliado, indo além das tradicionais concepções econométricas e quantitativas. Promover e avaliar o nível de desenvolvimento de um país tem se tornado uma tarefa bastante difícil, afinal outras dimensões passaram a ser evidenciadas como importantes, demonstrando que muitas práticas desenvolvimentistas, mesmo gerando ganhos econômicos elevados, acabaram por impactar negativamente as condições de vida da humanidade. O uso indiscriminado de recursos naturais e de tecnologias poluentes nas estruturas produtivas, com o objetivo de obter lucros e garantir vantagens competitivas no curto-prazo, acabou por gerar grandes desequilíbrios ambientais

Segundo o plano da secretaria da economia criativa (2011-2014), a proliferação de uma cultura de consumo global massificou mercados com a oferta de produtos de baixo valor agregado, destituídos de elementos originais e identificadores de culturas locais. Desta forma, aqueles que têm maior capacidade produtiva passam a dominar um mercado que se torna compulsivo e pouco crítico. A homogeneidade cultural passa a oprimir a diversidade, impossibilitando o desenvolvimento endógeno.

Em função dessas considerações, é importante definir qual tipo de desenvolvimento se deseja, quais as bases desse desenvolvimento e como ele pode

ser construído de modo a garantir uma sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica em condições semelhantes de escolha para as gerações futuras.

Entretanto, a comunidade quilombola pesquisada busca de todas as formas resgatar e manter seu modelo alternativo e criativo de desenvolvimento local sustentável, contrapondo ao modelo de desenvolvimento capitalista que outrora foi implementado, explorando as reservas naturais em prol da acumulação de capital dos antigos donatários do território.

Portanto, a relação da comunidade com o território local, vem se dando nas lutas da associação comunitária e pelos projetos de desenvolvimento dos arranjos produtivos artesanais, criativos e alternativos com o foco de promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade do território.

### **3.4.3 Inovação**

O conceito de inovação está essencialmente imbricado ao conceito de economia criativa, pois o processo de inovar envolve elementos importantes para o seu desenvolvimento. A inovação exige conhecimento, a identificação e o reconhecimento de oportunidades, a escolha por melhores opções, a capacidade de empreender e assumir riscos, um olhar crítico e um pensamento estratégico que permitam a realização de objetivos e propósitos.

Se antes o conceito de inovação tinha uma correspondência direta com crescimento econômico, quantitativamente falando; hoje ele é compreendido tanto como aperfeiçoamento do que está posto (inovação incremental), quanto como criação de algo totalmente novo (inovação radical). Incremental ou radical, a inovação em determinados segmentos criativos (como o design, as tecnologias da informação, os games etc.) tem uma relação direta com a identificação de soluções aplicáveis e viáveis, especialmente nos segmentos criativos cujos produtos são frutos da integração entre novas tecnologias e conteúdos culturais. Ela pode dar-se tanto na melhoria e/ou na criação de um novo produto (bem ou serviço) como no aperfeiçoamento e redesenho total de um processo.

No campo das artes, a inovação possui outros significados que não se referem aos demais segmentos criativos anteriormente citados. Pelo contrário, no campo da cultura, a inovação pressupõe a ruptura com os mercados e o status quo. Por isso, a inovação artística deve ser apoiada pelo Estado, o qual deve garantir, através de

políticas públicas, os produtos e serviços culturais que não se submetem às leis de mercado.

Assumir a economia criativa como vetor de desenvolvimento, como processo cultural gerador de inovação, é assumi-la em sua dimensão dialógica, ou seja, de um lado, como resposta a demandas de mercado, de outro, como rompimento às mesmas.

Nesta questão, a inovação no território quilombola pesquisado se dá pela construção de uma usina de produção artesanal do azeite e de todos os produtos que são criados artesanalmente e produzidos em pequena escala no seio de algumas famílias, por exemplo, os licores, os doces, bolos, garrafadas medicinais e outros produtos que poderão ser desenvolvidos com base na cultura local.

Portanto, a unidade de produção que vem sendo construída o local, só se tornou realidade por aceitação e doação de um espaço da liderança local da associação como também por sua luta diária pela manutenção do projeto de produção do azeite, resguardando a cultura de produção que respeita a natureza e dialoga com o modelo sustentável de desenvolvimento local.

#### **3.4.4 Inclusão Social**

No Brasil, onde a desigualdade de oportunidades educacionais e de trabalho ainda é evidente, onde o analfabetismo funcional atinge um percentual considerável da população, onde a violência é uma realidade cotidiana, onde o acesso à cultura ainda é bastante precário (quando comparado com o de países desenvolvidos), não se pode deixar de assumir a inclusão social como princípio fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas culturais na área da economia criativa.

A implantação de uma unidade de produção organizada e sistematizada no território será o equipamento mais potente para a inclusão social de jovens e adultos tanto no setor produtivo como na construção de novos conhecimentos para todos que participarem dos processos produtivos de uma economia criativa e culturalmente sustentável.

A efetividade dessas políticas passa pela implementação de projetos que criem ambientes favoráveis ao desenvolvimento desta economia e que promovam a inclusão produtiva da população, priorizando aqueles que se encontram em situação

de vulnerabilidade social, por meio da formação e qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e renda.

Para REIS (2008), além deste processo de inclusão produtiva, basilar para a inclusão social, o acesso a bens e serviços criativos também emerge como premissa para a cidadania. Uma população que não tem acesso ao consumo e fruição cultural é amputada na sua dimensão simbólica. Nesse sentido, inclusão social significa, preponderantemente, direito de escolha e direito de acesso aos bens e serviços criativos brasileiros.

Desta forma, a comunidade organizada pela associação com a utilização da unidade de produção artesanal que oferecerá um processo sistematizado de processamento garantindo os protocolos sanitários adequados, fortalecerá o escoamento dos produtos como também aumento de qualidade e valor agregado para a comercialização.

Estes princípios precisam, estar interligados para dar sustentação ao projeto de economia criativa que foi proposto pelo Plano da Secretaria e Economia Criativa, que foi elaborado pelo ministério da cultura e que a comunidade foi contemplada para sua implementação.

Portanto, a inclusão ocorrerá tanto pelo processo de produção sistematizada na unidade construída, tanto pela valorização dos produtos como pela qualidade de seu processamento, e ainda poderá ser um modelo de referência para outras comunidades tradicionais no estado da Bahia.

### **3.5 CRIATIVIDADES E ANCESTRALIDADE**

Existem várias definições propostas de “criatividade” nos diversos campos dos estudos científicos, mas nenhuma que consiga abranger todas as várias dimensões deste fenômeno. De fato, mesmo no campo da psicologia, em que a criatividade individual foi mais estudada, não há acordo quanto ao fato de a criatividade ser um atributo de pessoas ou um processo pelo qual as ideias originais são geradas.

No entanto, as características de criatividade em diferentes áreas da atividade humana podem ser articuladas em três grandes áreas: 1) A criatividade artística, que envolve a imaginação e a capacidade de gerar ideias originais e novas maneiras de interpretar o mundo, expressa em texto, som e imagem. 2) A criatividade científica,

que envolve curiosidade e uma vontade de experimentar e fazer novas conexões em resolução de problemas. 3) A criatividade econômica, que é um processo dinâmico conducente à inovação em tecnologia, práticas de negócios, marketing, e está intimamente ligada à obtenção de vantagens competitivas na economia,

Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade. (FURTADO, 2008, P 47.).

Desta forma, a criatividade comunitária quilombola Mutecho/Acutinga, foi gestada nas lutas e necessidades de existência e resistência do povo, que em sua perspectiva histórica foi obrigada a se reinventar em todos os aspectos desde as crenças religiosas até as produções de sua própria subsistência.

Portanto, Mutecho/Acutinga, significados do rio que nasce e do que passa, nasceu um novo modelo de sobrevivência calcada na criatividade e na inventividade que foi produzida culturalmente pelos povos originários do território que permanecem até os dias atuais.

O quadro abaixo foi desenvolvido para explicitar os conceitos utilizados na pesquisa como também serve para sistematizar o processo, a escolha e sua relação com a própria pesquisa realizada, pois o texto da dissertação de Vasconcelos (2017) "Quilombolas: economia criativa em favor da identidade do Recôncavo baiano- um estudo de caso, serviu para explicitar a construção de uma identidade cultural através do modelo de produção do azeite na comunidade, o artigo "Economia criativa e territórios usados; um debate baseado nas contribuições de Milton Santos" .

Os autores inspiram um debate sobre economia criativa e territórios baseado nas contribuições de Milton Santos, além do artigo "Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento" em que a autora REIS (2017) apresenta um debate atual e necessário sobre a economia criativa como estratégia para o desenvolvimento local, estes textos fundamentaram minhas escritas e reflexões sobre o território pesquisado.

**TABELA 4 - TEÓRICO ECONOMIA CRIATIVA**

<b>Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Contribuições</b>	<b>Referência</b>
<b>SOUZA, T. Vasconcelos</b>	<b>2017</b>	<b>Quilombolas: economia criativa em favor da identidade do Recôncavo baiano- um estudo de caso</b>	<b>Dissertação</b>
<b>CLOSS, Lisiane; OLIVEIRA, Sidnei Rocha</b>	<b>2017</b>	<b>Economia criativa e territórios usados; um debate baseado nas contribuições de Milton Santos</b>	<b>Artigo</b>
<b>JM Oliveira, BCPO Araújo, LV Silva</b>	<b>2013</b>	<b>Panorama da economia criativa no Brasil</b>	<b>Bibliográfica</b>
<b>MORI. B LUCAS, FG César</b>	<b>2022</b>	<b>Estudo da utilização da economia criativa pelas comunidades negras da cidade de Piracicaba – SP - Brasil</b>	<b>Artigo</b>
<b>REIS, A. Carla</b>	<b>2008</b>	<b>Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento</b>	<b>Artigo</b>

Fonte: Produzido pela Autora

### **3.6 CONSTRUÇÃO DE UM MODELO ECONÔMICO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.**

Buscamos compreender o significado de Educação para o desenvolvimento sustentável, a qual foi instituída em 2002, pela assembleia Geral das Nações Unidas, publicada pela resolução 57/254, e sua relação com um modelo desenvolvido na comunidade de resgate de uma cultura para o desenvolvimento local sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo GADOTTI (2006), só aparece em 1987, no relatório de Brundtland, com importantes antecedentes históricos, especificamente no ano de 1968, em que foi fundado o Clube de Roma, grupo de economistas e cientistas que advertiram a humanidade sobre o ritmo do crescimento econômico que poderia levar a um limiar que, se ultrapassado, poria em risco a sobrevivência da própria espécie.

A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável foi instituída em dezembro de 2002 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução 57/ 254. Esta resolução encomenda

à UNESCO a elaboração de um Plano que enfatize o papel da educação na promoção da sustentabilidade. (GADOTTI ,2007, P.71.).

O papel da educação mesmo sendo comunitária e familiar na promoção da sustentabilidade vem sendo uma discussão necessária e fundamental desde as conferências e resoluções dos países, que governos e pesquisadores diversos cobram ações estratégicas para a promoção do desenvolvimento sustentável, principalmente em todos os espaços educativos formais e não formais.

Na comunidade Mutecho/Acutinga a associação comunitária e as famílias locais vêm desenvolvendo ao longo da história projetos que visam à promoção do desenvolvimento local sustentável, provocadas pelas parcerias com ONG's, apoiadores e a UFRB e pelo próprio Ministério Público através de campanhas para o cuidado com a cultura local, e seu desenvolvimento local que pelas observações das ações em articulação com as organizações da sociedade civil organizada e com associações de moradores da comunidade promovem um modelo de desenvolvimento local sustentável.

Esse conceito esteve presente também em 1972 na **Conferência de Estocolmo** (Suécia). A Conferência de Estocolmo preocupou-se também com o problema da pobreza e da distribuição de renda, mas o foco das discussões foi mesmo a poluição causada pelas atividades humanas, particularmente pelo desenvolvimento industrial, que degradavam o meio ambiente. (GADOTTI ,2007, P.83.).

O problema da distribuição de renda no início do século provocou uma grave crise no Brasil a qual culminou com mudanças políticas profundas e agravou a exclusão social em todo o país. Nesse período, a comunidade que tinha a fábrica OPALMA, foi fechada sem oferecer nenhuma alternativa aos trabalhadores locais, assim, os nativos iniciaram atividades artesanais de pesca, caça e produção de alimentos incluindo os doces, e o azeite para comercialização.

A construção de sociedades sustentáveis tem como pressuposto o alcance de metas também previstas para o desenvolvimento local sustentável. São elas:

a) satisfação das necessidades básicas da população;  
b) solidariedade para com as gerações futuras; c) participação da população envolvida; d) preservação dos recursos naturais; e) elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e f) efetivação dos programas educativos e culturais que apoiem a sociedade a buscar soluções para os conflitos socioambientais vivenciados no processo de desenvolvimento local/territorial. (MUTIM,2007, P.48.).

Refletindo com as palavras de MUTIM (2007) citadas acima, podemos inferir que todas as ações desenvolvidas pela comunidade liderada pela associação comunitária construída, pregam justamente estas etapas sendo em primeiro lugar

satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, através de atividades econômicas de forma participativa e criativa, buscando a preservação do meio ambiente e provocando a construção de um sistema social, cultural e econômico que provoca o desenvolvimento local sustentável.

Portanto, os processos formativos coletivos através de metodologias participativas e estratégias específicas em cada local podem e devem ser a chave para a formação de um novo sujeito que compreenda sua história e sua responsabilidade na participação para a transformação do seu próprio espaço de convivência.

Os processos educativos coletivos hoje compreendidos como espaços de formação como a Agenda 21, o Plano Nacional de Educação Ambiental/PRONEA, Orçamento Participativo/OP, os Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável/DLIS, além de outros, precisam integrar a formação de educadores, técnicos e outros segmentos representativos da sociedade para que possam atuar como agentes de desenvolvimento na consolidação do Desenvolvimento Local Sustentável. (MUTIM,2007, P.64.).

A educação para o desenvolvimento sustentável deve buscar se completar na formação para o empreendedorismo social e também promover a compreensão da economia criativa e solidária, nas soluções coletivas e combater o individualismo como estratégia natural da sobrevivência nas comunidades quilombolas.

A concepção sustentável-solidária parte da premissa segundo a qual, em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local, as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual. Mas, ao contrário, considera-se que se as razões para o problema da falta de trabalho encontram motivos, sobretudo, de natureza estrutural. Logo, suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas, isto é, baseadas em novas formas de regulação das relações econômico-sociais. FRANÇA, 2008, P.37.).

A concepção sustentável-solidária não é promovida pelas escolas públicas na comunidade pesquisada, mas já existe na comunidade, desde seu surgimento, pois a ocupação só foi possível por haver uma forte necessidade de sobrevivência e de união para o enfrentamento das dificuldades econômicas vividas pela comunidade Mutecho/Acutinga e adjacências. Assim, a informalidade e a solidariedade e a criatividade foram a mola mestra que norteou as relações humanas desde a diáspora até a constituição das comunidades quilombolas.

Ainda segundo FRANÇA (2008), tal concepção enfatiza a importância dos territórios; ou seja, aposta-se na capacidade de os territórios serem sustentáveis, mesmo aqueles aparentemente mais carentes. Considera-se como premissa fundamental, nessa visão, a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de

que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas.

Portanto, a concepção sustentável-solidária passa pela ideia de reorganização das chamadas economias locais, que poderão se desenvolver por estruturas formais e informais com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária, enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local sustentável.

DOWBOR (2006) retrata o paradoxo da Globalização e das iniciativas locais, quanto mais o mundo se globaliza, mais surgem experiências de desenvolvimento locais, pois a qualidade de vida na comunidade é um problema local que deve ser pensado de forma global, embora a ação deva ser local com os atores envolvidos com as problemáticas locais.

Educação Gestão e Desenvolvimento Local, através de exemplos claros de que é possível não só pensar, mas é possível agir, agir inicialmente com os atores que querem e assim a ação coletiva ganhará força ao longo do tempo e todos poderão ser envolvidos numa nova proposta de construção da cidadania e do conhecimento e da sustentabilidade de nosso planeta DOWBOR, (2006.P.42;).

Para compreender essas mudanças é necessário investigar os usos costumeiros da terra em Santiago do Iguape, no desvendar de espaços de trabalho, moradia e cotidiano dos moradores da localidade. Para THOMPSON, o “uso costumeiro” está diretamente relacionado com o tempo de uso, constância, interação e multiplicação que, quando praticados várias vezes, acabam adquirindo força de lei.

No período focado, os moradores da Bacia do Iguape desenvolviam várias atividades de subsistência: a pesca, a mariscagem, as roças tradicionais, o carregamento de saveiros, a feitura de redes e barcos, a coleta de quiabo e o trabalho na Fábrica Opalma – atividades que se complementavam na produção da renda familiar. As fontes evidenciam que, durante o período de funcionamento da Opalma, o trabalho nesta fábrica passou a representar uma fonte de renda fixa para as famílias da região do Iguape. Algumas atividades foram colocadas em segundo plano, como a pescaria e a produção nas roças.

Com a implantação da filial da Fábrica Opalma em 1962, os moradores dessa região, em especial das comunidades mais próximas a Acutinga, antigo nome, foram perdendo progressivamente o acesso às terras que ocupavam como espaço de plantação, pois essas terras passaram a ser utilizadas para o cultivo do dendê. Com

o declínio da Opalma na década de 1990, alguns dos trabalhadores migraram para cidades próximas. Outros optaram pelo retorno às atividades desempenhadas anteriormente, sendo a pesca e a roça as primordiais.

As discussões sobre direitos quilombolas ganharam mais visibilidade no Brasil, especialmente no ano de 1988 com o centenário da abolição da escravatura. No Vale do Iguape, na década de 1990, o contexto de desemprego, o declínio da Fábrica Opalma e a perda progressiva dos espaços destinados à produção de roças contribuíram na organização política das comunidades locais no processo de lutas pela titulação das terras quilombolas.

Aproprio-me do argumento de GOMES (2006), que o discurso das comunidades quilombolas é também uma luta por acesso às terras historicamente ocupadas por esses sujeitos que, no novo momento de remodernização, no final do século XX, vêm perdendo espaço nos seus lugares de origem. Tal como acontecia com as comunidades do Vale do Iguape e nessa disputa, o reconhecimento destas enquanto comunidades quilombolas foi operacional para manter ou alcançar a posse fundiária.

### **3.7 Artesania Ancestral: A Produção do Azeite na Comunidade**

Artesania ancestral é um conceito gestado pela pesquisadora e percebido nas observações exploratórias para denominar um processo cultural e ancestral de produção do azeite na comunidade, ou seja; todo o processo de produção apresenta um ritual sagrado que só nesta comunidade foi passado de geração em geração até chegar nos dias atuais.

Do fruto vermelho escorre o líquido dourado chamado azeite que é base das mais variadas delícias da culinária afro baiana e também um sustento de toda uma comunidade criada literalmente com o dendê.

Desta forma, o processo de produção artesanal é passado de geração para geração presentes nas memórias das pessoas que hoje produzem, sendo motivo de orgulho para os moradores da comunidade. Depois de uma capacitação da Humana Brasil, mas sem perder a essência, a comunidade continua a produzir o azeite da mesma forma, porém agora com a logomarca e identidade visual e rótulos adesivos e embalagens de vidro passam a dar uma segurança para o consumidor. Hoje o azeite é bastante procurado e raramente conseguem estocar.

Mesmo com a tecnologia que é fundamental para a divulgação dos produtos, a maneira de produção continua sendo a mesma a tiragem, a catagem, o bater são mantidos na fabricação sem perder a maneira artesanal do fazer. O saber local envolve praticas tradicionais e dimensão ontológica na esfera das interações entre saberes ancestrais e ensino formal de crianças e jovens quilombolas, onde existe uma preocupação das lideranças que veem muitos de seus jovens distantes das tradições locais.

Neste contexto que a arte de criar, reinventar e explorar novas possibilidades antes e jamais pensadas fazem da comunidade e de sua cultura um modelo de desenvolvimento local.

A força da organização comunitária e a energia espiritual e histórica perpassam todos os processos e etapas da localidade, sentimos e percebemos que apesar das dificuldades e necessidades as comunidades se reúnem, regularmente, planejam as ações coletivamente, mantem viva a chama da solidariedade humana que só podemos evidenciar em comunidades tradicionais e ancestrais.

Desta forma, a Artesania ancestral que aqui denominamos se traduz numa trama, ou seja, numa justa trama do homem com a natureza, das tradições históricas dos ancestrais com a energia e a pujança cultural na contemporaneidade.

A comunidade consegue viver em paz com os vizinhos, com as culturas, as escolhas, a natureza, a tecnologia e com a própria história que outrora era negada e hoje se valoriza, produz sonhos de pertencimento e reencontro com a raiz da própria existência.

### 3.7.1 CICLO PRODUTIVO DO AZEITE

Figura 14- Tiragem do Dendê



Fonte: Rural produtivo TVE Bahia 2020

Figura 15– Catagem do Dendê



Fonte: Rural produtivo TVE Bahia 2020

Figuras16- Catagem do dendê

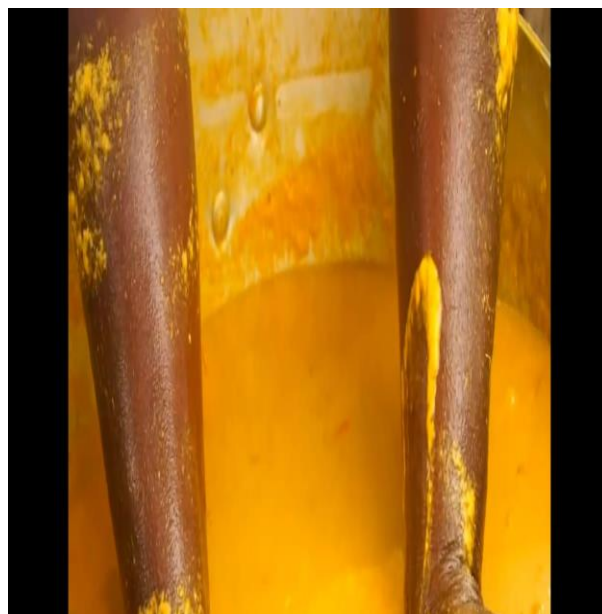


Fonte: Rural produtivo TVE Bahia 2020

Figura 17- O bater do dendê.



Figura18- o mexer do dendê



Fonte: Rural produtivo TVE Bahia 2020

Figuras 19 e 20: imagens do azeite pronto para comercialização



Fonte: Rural produtivo TVE Bahia 2020

#### 4. TRAJETÓRIAS E PERCURSOS METODOLÓGICOS

Adotamos o percurso metodológico da pesquisa de natureza qualitativa e abordagem exploratória e descritiva, como ressalta LÜDKE E ANDRÉ (1986), a

abordagem qualitativa mostra-se mais adequada para a problemática enunciada, uma vez que se trata de um estudo que abarca a realidade vivenciada em três escolas num mesmo território e que constroem um capital social, promovendo o desenvolvimento social, através da educação oferecida e da articulação com a comunidade local.

O estudo foi de natureza exploratória, devido à necessidade de utilizar diversas fontes de evidências. Para alcançar os objetivos da pesquisa, optei pela análise documental, fundamentada nos estudos de LUDKE E ANDRÉ (1986) e DECROP (2004). Que definem esse procedimento como um conjunto de operações que visa representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original. Além disso, foram realizadas a pesquisa bibliográfica e a observação participante.

Desta forma, a estratégia de pesquisa adotada é o estudo de caso na comunidade da comunidade Mutecho/Acutinga, envolvendo os povos de dois engenhos num mesmo território.

A opção pelo estudo de caso dá-se devido a alguns aspectos recomendados para esse tipo de estratégia de pesquisa. Para YIN (2001), uma das aplicações para o estudo de caso é tornar compreensível o objeto em estudo dentro do seu contexto, de um modo descritivo, além de fornecer ao pesquisador a liberdade de constituir seu procedimento, conforme as circunstâncias do caso.

Frequentemente, a bibliografia sobre metodologias e estudos de caso recomenda o trabalho de campo com utilização preferencialmente da observação participante e entrevistas como instrumentos complementares básicos e necessários à análise documental na pesquisa, o que é corroborado a partir de: LÜDKE; ANDRÉ (1986) e YIN (2001).

O aporte teórico escolhido está baseado em autores OLIVEIRA 2012; Dowbor (2000), SOUZA, T. (2017) NASCIMENTO, F.R(2020) GOERGEM (2010), entre outros por serem teóricos que discutem a base teórica que fundamenta esta pesquisa. Também, foram exploradas teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos que abordam temáticas próximas a este estudo, as quais trouxeram contribuições para o desenvolvimento da pesquisa. Finalmente, as ações planejadas para execução dessa pesquisa foram:

- I. Levantamento de documentos das comunidades e escola: essa ação teve como objetivo realizar um levantamento minucioso dos documentos relevantes e seleção daqueles que tinham vínculo com o objeto de estudo.

- II. Observação participante na comunidade e escola ao longo de todo o processo desde o início da pesquisa.
- III. Entrevistas com questionários para registro dos indicadores que puderam evidenciar elementos importantes.
- IV. Interpretação e análise: ação que teve como finalidade dialogar com os atores envolvidos para diagnosticar elementos para serem trabalhados das relações com professores da escola, lideranças comunitárias, mulheres, jovens, etc.
- V. Criação de cartilha informativa e formativa para professores, comunidade e parceiros interessados em conhecer e apoiar as atividades da comunidade.
- VI. Criar uma página no Instagram para a difusão do conhecimento, e divulgação da comunidade evidenciando os saberes locais, sua cultura, organização e produção econômica.

Portanto, ao concluir esta pesquisa desenvolvemos como produto uma cartilha e uma página do Instagram demonstrando os saberes locais quilombolas da comunidade Mutecho/Acutinga com seu potencial de criatividade na produção e comercialização local de produtos nativos gerados a partir do conhecimento ancestral articulados à perspectiva da economia criativa.

Esperamos assim, sistematizar, dar o leque de experiências exitosas desenvolvidas na comunidade que tenham vínculo com a economia criativa, e identidade do quilombola, porque compreendemos que a riqueza das experiências das produções locais e a economia criativa é uma conquista focada nas lutas dos movimentos sociais.

Analisando as táticas metodológicas para buscar uma concepção do objeto de pesquisa que me propus a averiguar, optei pela pesquisa qualitativa, pois permitiu um aprofundamento das questões subjetivas dos sujeitos e atores envolvidos no cenário do objeto proposto, além do levantamento bibliográfico, análise documental, pesquisa participante e colaborativa para chegar a possíveis resultados finais conforme esboçado primeiramente. Utilizamos o grupo focal (círculos de cultura) e diário de campo.

Para FLICK (2009), “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas da vida”, desta forma, a abordagem pela pesquisa qualitativa busca responder a pluralização das vertentes de investigação em ciências sociais e as representações subjetivas emergentes que transversalizam o contexto social político econômico e educacional.

A escolha da observação participante interliga-se à capacidade desta técnica de acessar com realismo a situação estudada GHUNTER (2003), permitindo a apreensão de condutas, códigos e normas sociais que não seriam apreendidos por

meio de outras técnicas. Nesse sentido, o processo dessa pesquisa a observação participante se deu por meio do grupo focal (círculos de cultura) com os integrantes da comunidade.

A escolha da observação participante interliga-se à capacidade desta técnica de acessar com realismo a situação estudada GHUNTER (2003), permitindo a apreensão de condutas, códigos e normas sociais que não seriam apreendidos por meio de outras técnicas.

Desta forma, a comunidade Mutecho/ Acutinga, existe potente cultura de modos de viver, de relações humanas, familiares e convivência humana que apesar do ambiente precário e com inúmeras necessidades, tem um modo especial de se relacionar, aprender, crescer e esperar.

Portanto a natureza da pesquisa não poderia ser diferente da pesquisa qualitativa, até por acreditar que não existe objetividade e neutralidade sem a imersão do sujeito que pesquisa e que ao mesmo tempo é participante e atuante na comunidade. Acreditamos que só uma pesquisa qualitativa busca dar conta de uma visão peculiar e subjetivo seja do pesquisador, ou seja dos sujeitos envolvidos pesquisados, entrevistados e envolvidos na pesquisa.

#### **4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Ao realizar minhas buscas nos bancos de dados de artigos, teses, dissertações e periódicos separei por categorias: ancestralidade, remanescentes quilombolas, identidade e economia criativa porém nas pesquisas não encontrei nada sobre a comunidade onde estamos desenvolvendo a pesquisa, a não ser falando da certidão de Autodefinição esse acontecimento torna a pesquisa mais instigante.

A revisão de literatura e a pesquisa bibliográfica favoreceram a construção da fundamentação teórica, e nos deram subsídios para uma nova abordagem sobre o tema em estudo como também servirá para produção de artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica, que tem como finalidade segundo LAKATOS (2001) “Colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito ou dito sobre o assunto”. Nem sempre é possível ver tudo, mais uma parte importante dos

conceitos e suas origens permitirá um redirecionamento para articularmos com a contemporaneidade e sua complexidade atual.

A partir dessas leituras foi possível construir uma problemática, baseada numa argumentação consubstanciada por elementos práticos profissionais e referenciais teóricos, o que possibilitaram a estruturação deste trabalho de pesquisa.

A opção pelo estudo de caso partiu das reflexões e estudos em sala de aula, no componente curricular de pesquisa aplicada, em que foram estudadas as técnicas de pesquisas e suas relações com objetos de estudos. Pensando na comunidade quilombola com sua particularidade foi possível identificar um território ricos de histórias de resistência e superação, com uma cultura rica baseada na ancestralidade.

Segundo YIN (2002), o estudo de caso como estratégia de pesquisa a compreende um método que abrange tudo com lógica de planejamento, incorporando abordagens específicas à coleta de dados e a análise de dados.

## **4.2 PESQUISA DOCUMENTAL**

Já para o estudo exploratório documental, que consiste em analisar documentos que se constituem em fontes primárias de dados (MARCONI & LAKATOS, 2009) se refere ao levantamento da bibliografia publicada sobre o assunto e tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com a literatura pertinente, permitindo reforço na análise das informações (MARCONI & LAKATOS, 2009).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, ou seja, desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

A análise documental desta pesquisa se deu pelas leituras e interpretações dos documentos, órgãos oficiais do IBGE, ofícios, Atas, Estatutos, certidões, projetos, recibos entre outros.

TABELA 5 - Procedimentos Metodológico da Pesquisa

Procedimentos	Fontes	Objetivos
<b>Pesquisa Bibliográfica</b>	<b>Banco de teses, dissertações, artigos, publicações, livros, periódicos</b>	<b>Realizar levantamento bibliográfico do território.</b>
<b>Pesquisa documental</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Projeto político pedagógico.</li> <li>2. Almanaque Quilombola</li> <li>3. Cadastro Nacional da pessoa jurídica</li> <li>4. Alvará de licença</li> <li>5. Certidão de Autodefinição.</li> <li>6. Estatuto da Associação de moradores do quilombo Mutecho Acutinga</li> <li>7. ATA da Assembleia geral de eleição e posse.</li> </ol>	<b>Analisar documentos encontrados na comunidade e nos órgãos oficiais.</b>
<b>Pesquisa Exploratória (Território)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Observação participante</li> <li>2. Conversas informais com moradores</li> <li>3. Visitas aos monumentos históricos.</li> <li>4. Visitas a unidade de produção de Azeite.</li> </ol>	<b>Conhecer e aprofundar os relacionamentos e aproximações para futuras entrevistas estruturadas.</b>

<p><b>Pesquisa Aplicada Futura</b></p>	<p><b>Os produtos a serem desenvolvidos.</b></p>	<p><b>Construir uma cartilha demonstrando os saberes locais quilombolas da comunidade Mutecho/Acutinga com seu potencial de criatividade na produção e comercialização local de produtos nativos gerados a partir do conhecimento ancestral articulados à perspectiva da economia criativa.</b></p>
--	--	---

Fonte: Produzido pela Autora

Simultaneamente com a busca por documentos realizamos grupos focais (círculos de cultura) com os grupos organizados na comunidade, incluindo a associação, escola municipal, organizações comerciais e lideranças comunitárias.

Segundo FREIRE (2004) o círculo de cultura, é um método criado que parte do pressuposto da construção do conhecimento por meio do diálogo, ele cita o diálogo, a participação, o respeito ao outro, ao trabalho em grupo, a dinâmica de um constructo contínuo. Portanto os círculos de cultura são espaços no qual se ensina e aprende.

### **4.3 Análise de Conteúdo**

Análise de conteúdo é um método de pesquisa que envolve a sistematização e a interpretação de dados a partir de uma análise sistemática e objetiva do conteúdo de um conjunto de dados. Pode ser aplicado em diversos tipos de dados, como entrevistas, textos, imagens, vídeos, entre outros. As técnicas da Análise de Conteúdo, por sua vez, são procedimentos específicos utilizado para realizar a análise do conteúdo dos dados coletados:

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependendo do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados [...] BARDIN, (2016, P.62.).

Dessa forma, os dados produzidos nas pesquisas com abordagem qualitativa precisam ser analisados de forma coerente, utilizando-se de técnicas que oportunizem o olhar reflexivo, compreensivo e dinâmico. A análise de conteúdo (AC), compreendida como um conjunto de técnicas que busca a compreensão dos sentidos manifestos pelos sujeitos participantes de uma pesquisa, dos documentos analisados, entre outras formas de expressão, tem se apresentado como um dos métodos mais empregados nos estudos no âmbito educacional.

Compreendo que na comunidade Mutecho/ Acutinga proporcionamos momentos de construção conhecimento coletivo através das vivencias, das experiencias, e de troca mútua, onde todos puderam interagir e participar por meio do diálogo.

## **5. COMUNIDADE QUILOMBOLA MUTECHO/ACUTINGA: ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS LOCAIS**

A comunidade quilombola Mutecho/Acutinga, é fruto da resiliência de famílias tradicionais, ou seja, descendentes de escravizados que conseguiram se libertar da exploração dos senhores de engenho implementadas no início do século XIX. Assim, o surgimento e fortalecimento da comunidade se deve aos mananciais de rios que nasce e do rio que passa no território, como também da riqueza agroflorestral da região que apresenta um rico e fértil solo que deu margem ao surgimento de diversas árvores frutíferas especialmente o dendê.

Figura 21 – Representantes da Comunidade



Fonte: Produzido pela Autora

O território pertenceu ao Sr. Petrônio Silva Bulcão de origem Portuguesa, um dos herdeiros dos donatários, filho do Sr. do engenho com uma das mucamas negras da fazenda, neste período histórico haviam 02 engenhos no território sendo denominado de “engenho caldeirão I e II pertencente a comunidade do Mutecho, que fica na divisa dos municípios de Cachoeira e Santo Amaro.

Por outro lado, no território da comunidade de Acutinga, que fica no distrito de OPALMA, especificamente dentro do município de Cachoeira temos o herdeiro do engenho de Acutinga Sr. Jarbas Acioly que fundou a antiga fábrica de OPALMA, para o beneficiamento industrializado do Dendê.

O processo de transformação do “engenho de Acutinga”, transformou-se numa “usina de Acutinga”, em seguida na “Agroindústria Opalma” e assim, se instala na comunidade a unidade de beneficiamento do dendê, uma fábrica moderna que é fruto de um processo histórico e ancestral de exploração capitalista da mão de obra de escravizados e trabalhadores rurais assalariados.

Desta forma, a fábrica de beneficiamento do dendê fundada por Jarbas Acioly, foi um empreendimento que não gerou desenvolvimento local sustentável na comunidade em que produziu por décadas o azeite de dendê e uma riqueza patrimonial da família, o modelo de produção capitalista atuou com a exploração de mão de obra dos assentados locais, quilombolas que trabalhavam desde a extração dos frutos a fabricação do azeite na fábrica.

Após denúncias de degradação ambiental e exploração ilegal dos recursos ambientais a fábrica encerrou suas atividades fechando no ano de 1994, deixando diversas famílias dos quilombolas sem sustento laboral, oportunizando assim, a criação, ou seja, a invenção de um modelo de produção artesanal do dendê pelos quilombolas que permaneceram no território.

Na contemporaneidade o filho do Sr. Jarbas Acioly, conhecido como Marcos Acioly herdeiro do patrimônio familiar construído pela exploração ambiental e da população local, tornou-se o atual explorador e sabotador da organização comunitária e das lutas dos moradores, especialmente da associação na legalização, no reconhecimento, e na implementação de projetos financiados por organizações de apoio da comunidade quilombola.

## 5.1 QUILOMBOLAS EM DEFESA (VIDAS/DIREITOS E JUSTIÇA)

A associação de moradores do quilombo Mutecho/Acutinga, ao tomar conhecimento do edital de chamada pública n. 014/2019 do Fundo Baobá para equidade Racial, voltada para seleção de subprojetos socioambientais voltados para conservação e uso sustentável da biodiversidade, buscou apoio para participar do processo seletivo com uma proposta de construção de uma unidade simplificada de beneficiamento do dendê e seus derivados.

O Fundo Baobá para Equidade Racial é o primeiro e único fundo dedicado, exclusivamente, para a promoção da equidade racial para a população negra no Brasil. Criado em 2011, o Fundo Baobá é uma organização sem fins lucrativos que tem por objetivo mobilizar pessoas e recursos, no Brasil e no exterior, para o apoio a projetos e ações pró-equidade racial para a população negra.

Figura 22 – Investimento do Fundo Baobá



Fonte: Produzido pela Autora

Para alcançar sua missão, o Fundo Baobá trabalha fortalecendo e investindo, prioritariamente por meio de editais, em organizações e lideranças negras comprometidas com o enfrentamento ao racismo, a promoção da equidade racial e da justiça social. Parte significativa das doações feitas pelo Fundo Baobá concentra-se na região nordeste do país. Para a organização essa região é estratégica para a promoção da equidade racial, por sua composição demográfica, seu histórico de resiliência e inovação neste campo.

O Fundo Baobá implementa uma agenda filantrópica baseada nos valores ética, efetividade na gestão, transparência e justiça social. A sua atuação pode ser apresentada em três grandes dimensões: articulação social, mobilização de recursos e investimento programático.

Esse fundo promove editais para beneficiamento de comunidades tradicionais liderada pela CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, conforme finalidade e competências abaixo listadas.

#### **5.1.1 FINALIDADE:**

Com personalidade jurídica de direito privada com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, a CAR tem por finalidade coordenar e promover a execução das políticas públicas integradas de desenvolvimento regional do Estado, exclusive na Região Metropolitana de Salvador.

#### **5.1.2 COMPETÊNCIAS<sup>1</sup>**

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR de 2024 do Estado da Bahia compete:

- Planejar, negociar financiamento, executar programas, projetos e atividades de desenvolvimento regional, territorial e local;
- Articular-se, sistematicamente, com os órgãos programadores e executores das políticas municipal, estadual e federal de desenvolvimento regional, territorial e local, visando à consecução de sua finalidade;
- Acompanhar e avaliar a execução de políticas, programas e projetos de desenvolvimento regional integrado, no sentido de assegurar a eficiência e resultados;
- Elaborar estudos e projetos de apoio aos programas regionais, territoriais e locais de desenvolvimento integrado e sustentável;
- Identificar, negociar e celebrar acordos com fontes de financiamento, internas e externas, destinadas aos programas e projetos integrados de desenvolvimento promovendo os meios necessários à obtenção dos recursos correspondentes e observando a legislação pertinente;
- Executar obras e serviços de infraestrutura econômica e social necessários aos programas e projetos;

---

<sup>1</sup>Fonte: <http://www.sdr.ba.gov.br/noticias>

- Adquirir, alienar e ceder bens e serviços, nos termos da legislação vigente, praticando os atos necessários à execução dos programas e projetos;
- Prestar apoio às cooperativas, associações e demais formas de organização dos produtores, ainda que informais;
- Opinar, quando solicitado, sobre projetos de alienação excepcional de terras públicas do Estado da Bahia;
- Promover desapropriações necessárias à consecução de sua finalidade;
- Celebrar convênios, contratos, instrumentos de qualquer natureza com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a consecução de sua finalidade;
- Apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural (ATER) para os agricultores familiares e suas organizações, sob a responsabilidade de outros Órgãos estaduais;
- Planejar e executar, de forma subsidiária e mediante convênios específicos, programas integrados de desenvolvimento regional que beneficiem a população de baixa renda do Estado da Bahia;
- Promover eventos que estimulem ou favoreçam o desenvolvimento regional e o aumento das capacidades humanas para propor, executar, monitorar e avaliar ações de políticas públicas de interesse da população;
- Realizar ações, ainda que emergenciais, de convivência com as seca e apoio às populações que sofreram desastres naturais em cooperação com outros órgãos dos governos federal, estadual e/ou municipal, mediante solicitação do sistema Estadual de Defesa Civil.

Desta forma, em setembro de 2021 a comunidade foi contemplada no eixo 1- Recuperação e Sustentabilidade Econômica das Comunidades Quilombolas, com a aprovação do projeto de implantação de uma unidade simplificada de beneficiamento do dendê no território escolhido pela associação e que foi cedido para a empresa responsável pela construção da unidade.

Entretanto, para evitar conflitos e perseguições do Sr. Marcos Accioly que se considera dono das terras, mesmo a comunidade já certificada por lei federal de comunidade quilombola, a diretoria da associação encaminhou ofício informando do projeto e solicitando apoio para que a unidade fosse construída sem nenhuma intercorrência por parte do mesmo que sempre se utilizou de seu poder econômico para interferir no funcionamento da associação comunitária.

O ofício foi recebido no endereço mais não houve nenhuma devolutiva referente ao ofício encaminhado, mesmo assim, após o início das construções, logo nos primeiros dias o Sr. Marcos Accioly realizou o crime de apropriação indébita dos materiais de construções do local, como ferro de construção, tábuas, estacas, blocos e etc.

O fato ocorreu na comunidade, em que os moradores relataram a presidente da associação, que adentrou no local carros com homens armados que destruíram o cercado do espaço cedido e com máquina escavadeira furtou os materiais que seriam utilizados na construção da unidade simplificada de beneficiamento do dendê, este fato foi registrado na delegacia do município de Cachoeira conforme boletim de ocorrência n. 00734056/2022 em 21/12/2022.

O Ministério Público abriu processo defesa de posse da comunidade, fruto da ocorrência policial registrada pela presidente da Associação Sra. Josélia da Hora, segundo relato da mesma o delegado deu apoio mais apresentou argumentos de que o Sr. Marcos Accioly não cometeu nenhum crime apenas apreendeu os materiais que estavam em seu terreno para posterior devolução, o que nunca ocorreu.

Neste processo de ameaças veladas e intimidação da comunidade o Sr. Marcos Accioly praticou abusos e desmandos no território ocupando espaços para a construção de Haras e plantio para a criação de gado de corte, segundo moradores e a presidente da associação é difícil resistir mais não abrirá mão de defender os direitos da comunidade e da organização social de mulheres que produzem o azeite de dendê.

Após o registro deste fato, que a obra não foi mais reiniciada e a comunidade aguardou o posicionamento da justiça sobre o caso para que haja paz e permissão definitiva da construção da unidade de produção local do dendê até o final do ano de 2024, com a demora das decisões judiciais a liderança da comunidade ofereceu uma parte do seu lote familiar, para que a unidade finalmente fosse reiniciada e concluída.

Desta forma, no início do mês de abril, especificamente no dia 08 de abril de 2025 as obras foram reiniciadas e a obra está em fase de finalização, conforme a liderança todo o processo teve que ser realizado em sigilo para evitar maiores investidas contra a implantação da unidade de produção.

A unidade de produção artesanal de azeite e derivados tem previsão de ser inaugurada ainda neste ano de 2025 para que sejam iniciadas as demais etapas de

organização, treinamento e sistematização da produção para maior alcance e comercialização dos produtos.

Figura 23 – Construção da Unidade de Produção Artesanal



Fonte: Produzida pela autora

Figura 24 – Construção da Unidade de Produção Artesanal



Fonte: Produzida pela autora

## 5.2 DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE

Segundo Josélia da Hora, presidente da Associação de Moradores Quilombolas de Mutecho/Acutinga, a diretoria da entidade realizou um levantamento do quantitativo de residências nas comunidades como também uma breve contagem de residentes fixos que vivem diretamente na localidade em julho de 2023. Conforme especificado na tabela abaixo;

**TABELA 6 – Quantitativo de Habitantes**

<b>COMUNIDADES</b>	<b>RESIDENCIAS</b>	<b>MORADORES</b>
<b>MUTECHO</b>	<b>134</b>	<b>310</b>
<b>ACUTINGA</b>	<b>87</b>	<b>195</b>
<b>TOTAL</b>	<b>221</b>	<b>505</b>

Fonte: Produzido pela Autora

A Associação de Moradores do Quilombo Mutecho/Acutinga foi contemplada no edital Quilombola com R\$300 mil, para a unidade de beneficiamento do dendê e um viveiro, para 25 mil mudas de dendezeiro e espécies nativas. A quilombola Maria Bade destaca que a ação tem uma extrema importância, pois reconhece a comunidade como herança cultural e ancestral: “A gente não sabe fazer outra coisa na nossa comunidade ao não ser o azeite de dendê. Entendemos a necessidade desse projeto para a nossa comunidade, que precisa fomentar e aumentar a renda daquelas famílias”.

## 5.3 DESCRIÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA

A Escola Municipal única na comunidade foi fundada em 02/03/1913, uma escola que foi criada para atender a comunidade e que ao longo da história vem formando os filhos e filhas dos remanescentes como também se tornou o colégio eleitoral com mais de 3.000 eleitores da região.

Por se encontrar dentro de um Quilombo, foi preciso repensar um currículo e a matriz curricular da escola Municipal General Alfredo Américo da Silva. Para que esse diálogo acontecesse foi criado o Almanaque para discussão e conhecimentos acerca das diretrizes aplicadas a educação escolar quilombola, para que assim

possa melhorar as práticas pedagógicas e possibilitar um diálogo mais direto e constante entre os processos e práticas educativas formais e não formais.

Figuras 25 e 26 – Fachadas da Escola Municipal na comunidade



Fonte: Produzido pela Autora



Fonte: produzido pela Autora

A escola General Alfredo Américo da Silva pertencia a fábrica que fechou, onde o gerente era o General Alfredo e o prédio foi cedido para o prefeito da época Ariston. Segundo a gestora o vereador da comunidade Laelson (Roxo) tem a documentação da escola, porém não tem interesse em repassar para a gestora.

A escola atende quatro comunidades quilombolas: Mutecho/ Acutinga, Engenho da Cruz, Engenho Novo e Cobi. Atualmente estão matriculados e frequentando 198 alunos, no total de 12 turmas, educação infantil G4 e G5, fundamental I do 1º ao 5º ano, fundamental II do 6º ao 9º ano e EJA ciclo 4 e 5. A escola possui o projeto político pedagógico, porém precisa de algumas atualizações entre elas acrescentar as turmas da EJA.

Essas famílias vivem principalmente da agricultura familiar, da pesca, mariscagem, da fabricação do azeite de dendê e do subsídio do governo federal como o Auxílio Brasil, Defeso e Bolsa Verde para a sobrevivência. Segundo a gestora Elisângela Guimarães “Hoje eles se aceitam. No São Francisco do Paraguaçu, última comunidade quilombola da Bacia do Iguape, eles colocavam nas portas das casas, NÃO SOU QUILOMBOLA”.

A gestora Elisângela Guimarães tem um serviço prestado de 30 anos na escola. A princípio como professora e há 13 anos como gestora. Foi afastada durante 1 ano no início do último governo municipal, mas depois de algumas manifestações da comunidade retornou ao cargo. A mesma relatou que todos os professores e equipe gestora irão participar do Encontro Territorial em Educação do Campo e Quilombola durante 1 ano. Começando no dia 15/12/ 2023 na cidade de Amargosa intitulado: Educação Quilombola, os encontros serão 1 vez por mês.

A secretaria de educação do município começou um projeto na escola intitulado SOU QUILOMBO e a cada 2 meses oferece um curso diferente: Dança de rua, dança afro, musicalidade, artesanato e pintura. Durante todo o ano de trabalho a identidade Quilombola. Trabalham sobre a educação antirracista e a educação do campo que já existe no município.

### 5.3.1 IDENTIFICAÇÃO EQUIPE DIRETIVA

Quadro: equipe de profissionais da escola

ELISANGELA GUIMARÃES SANTANA DE JESUS	DIRETORA
CRISTIANE NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO	COORDENADORA

### 5.3.2 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

**Nome:** Escola General Alfredo Américo da Silva

**Município:** Cachoeira/Ba

**Endereço:** Povoado Acutinga, S/N, Opalma Cachoeira-Ba

**Níveis de Ensino Ofertados:** Ensino Fundamental I e II

**Modalidades:** Educação Infantil Unificado (04 e 05 Anos), Fundamental I (1º ao 5º Ano), Fundamental II (6º ao 9ºano) e EJA I (Eixo IV e Eixo V)

**Turno Matutino:** 09 Turmas (01 Turma de Educação Infantil Unificado, 01 Turma do Fundamental I (5º Ano), 4 Turmas do Fundamental II (6º ao 9º Ano), 2 Turmas do EJA I (Eixo IV e Eixo V).

**Turno Vespertino:** 03 Turmas do Fundamental I (1º, 2º e 4º Ano)

**Quantidade De Professores Em Exercício Da Docência (Efetivos E Temporários):** 08 Efetivos e 06 Contratos Temporários

**QUANTIDADE DE SERVIDORES:** 12

A Escola General Alfredo Américo da Silva está situada na comunidade da Acutinga 22 km da sede do município de Cachoeira. A escola é classificada Quilombola por estar numa área composta prioritariamente por descendentes de quilombolas que após muitas lutas conseguiram se afirmar como “remanescentes de Quilombolas”.

Por conta disso as práticas educacionais essa escola acaba sendo influenciada pela realidade dos alunos, por muitas vezes desintegrando a relação entre a escola, família e alunos e a própria comunidade. Apesar de todas as dificuldades a gestora Elisângela reitera que busca métodos que se adaptem à realidade existente com o objetivo de alcançar o êxito.

Segundo a gestora Elisângela a escola participa das formações continuadas (cursos, palestras, reuniões), oferecidos pela Secretária Municipal de educação de Cachoeira e pela Secretária do Estado. Também acontece os plantões pedagógicos (momento de entregas de notas e momento em que o professor tem contato maior com pais/responsáveis) todo final de unidade.

Figura 27 – Encontro com professores



Fonte: Produzido pela autora.

Segundo a coordenadora Cristiane Conceição a escola desenvolve inúmeros projetos durante o decorrer do ano, dentre eles pode destacar: Projeto de leitura, Projeto de recreio, Projeto de Identidade Cultural, jogos e brincadeiras pais e filhos, Formação Continuada de Professores, caça talentos, Oficinas: leitura, danças, musica entre outros.

Ela salienta que a educação deve ser considerada como processo para o desenvolvimento humano integral, cuja finalidade é formar cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, com uma visão reflexiva, crítica, solidária e participativa.

No entanto após as entrevistas e análises de conteúdo registradas nas visitas realizadas, complementando com as observações no interior da unidade educativa, não percebemos registros escritos e imagéticos das atividades alusivas ao território, a cultura local, os saberes ancestrais e nem conhecimento das iniciativas das lideranças na luta pela construção de uma unidade de beneficiamento do dendê, foram relatados pelos professores e gestão escolar.

Desta forma, percebemos, observamos e verificamos que o discurso pedagógico tem até alguns elementos de identidade, mais as práticas, os projetos e as evidências da relação com a comunidade não foram encontradas pela pesquisadora.

Portanto, reiteramos a necessidade de construir e apresentar uma cartilha formativa com o registro da história do arquipélago quilombola, da comunidade local investigado e suas riquezas culturais e ancoradas na ancestralidade e ainda propomos um plano semanal e algumas atividades educativas para potencializar e ser um marco inicial na construção de um currículo indenitário, que fortaleça e oportunize a oferta de uma educação quilombola transformadora.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema de nossa pesquisa versa sobre a educação e sua inter-relação com a economia criativa dos remanescentes quilombolas da comunidade Mutecho/Acutinga, que é transversalizada pela ancestralidade e a necessidade da construção de uma educação quilombola no território.

Iniciamos questionando o problema de pesquisa refletindo sobre a relação entre o modelo de reprodução social da comunidade Mutecho/Acutinga, ancestralidade e economia criativa que percebemos logo no início desta jornada investigativa.

Nossos objetivos traçam uma necessidade de compreender os modos de organização, a cultura da produção econômica da comunidade pesquisada observando os princípios da ancestralidade e a sua inter-relação com a perspectiva da economia criativa, para isso percorremos as seguintes etapas, analisar os registros documentais, verificar a inter-relação da histórica ancestralidade com a perspectiva da economia criativa e seus impactos na educação regular no território.

Ao finalizar todo o percurso metodológico investigativo, as leituras documentais e a observação participante com as entrevistas realizadas, propomos construir uma cartilha pedagógica e fazer a difusão do conhecimento via redes sociais.

O trajeto que perpassa a proposta de uma pesquisa em seu caminhar é necessário a flexibilidade do olhar do pesquisador para não se distanciar do verdadeiro sentido da sua pesquisa.

Durante todo o processo de pesquisa, foi necessário compreender minimamente os quilombolas e sua ancestralidade, ressignificar conceitos e perspectivas de economia criativa e sobre quem são e como vivem as pessoas dessa comunidade.

Tendo em vista que a economia criativa vai além da lógica do mercado a dinâmica interna do fazer artesanal compõe a lógica do mercado como toda atividade econômica, com os passos de produção, venda e lucro para a comunidade e essa ação colaborativa tem um grande alcance social.

Todo o ciclo produtivo: tiragem, Catagem, o bater e o mexer está diretamente relacionado a uma ação social que não se limita a uma família apenas, mas sim toda uma comunidade.

Para a pesquisadora ficou, além de um grande ganho acadêmico, o aprendizado no exemplo de trabalho colaborativo, que trouxe uma grande lição de humanidade.

Para a comunidade ficou o sentimento de valorização de um trabalho reconhecido, onde está sendo visto e despertando interesses da pesquisa acadêmica, podendo gerar visibilidade e novos olhares da sociedade.

Com este estudo e com as pesquisas exploratórias, pode-se perceber a riqueza de ações dessa comunidade que durante décadas foram excluídos e invisibilidades de pertencer um lugar, um direito, uma identidade, uma sociedade.

Neste caminhar fizemos novas visitas, conversas e realizações de grupos focais (círculos de cultura) para buscar, descrever e compreender o processo cultural e ancestral de viver e sobreviver da comunidade.

Entretanto no percurso das andanças e percepções podemos inferir que a Artesania ancestral, a cultura, os saberes ancestrais constituem um modelo de gestão do território que promove o desenvolvimento local sustentável, um conceito que utilizei no escopo teórico da pesquisa.

Portanto, após todo o processo, sistematizamos, dando o leque de experiências exitosas desenvolvidas na comunidade que tem um vínculo com a economia criativa, a identidade quilombola. Porque se compreende que a riqueza nas experiências das produções locais e a economia criativa é uma conquista focada nas lutas dos movimentos sociais.

Com relação ao currículo escolar sabemos que é imprescindível construir uma proposta pedagógica que evidencie valores e interesses das comunidades Mutecho/Acutinga, relacionando-os aos projetos inseridos pela secretaria de educação, na relação entre sociedade e escola, onde possa contemplar aspectos geográficos, legado histórico cultural e religiosidade.

As ações e atividades deverão atender aos princípios metodológicos que englobem os critérios de interdisciplinaridade, apresentando elementos históricos culturais das comunidades quilombolas, enfatizando seus costumes e tradições, fomentando o entendimento da importância do estudo, explorando materiais didáticos e de editoras que abordem a temática de educação antirracista, assegurando ao educando uma educação quilombola com respeito às diferenças e peculiaridades.

É indispensável que, a abordagem curricular esteja inserida no projeto pedagógico da unidade escolar que atende ao grupo de remanescente de quilombos. A escola precisa ser um espaço de discussões e troca de saberes, onde se aprende a convivência respeitosa através de práticas que elenquem os aspectos étnicos históricos, antropológicos e culturais, com dinamismo, respeito e responsabilidade.

Portanto os critérios de avaliação deverão assegurar os princípios de participações efetiva nas atividades propostas, conforme realidade local, contemplando as análises individuais dos sujeitos, sua compreensão da temática pedagógica, com inclusão e diversidade, sua importância e transversalidade, fortalecendo o reconhecimento étnico e de pertencimento,

Esta escola por ocupar um lugar privilegiado na comunidade deveria estar comprometida com a evolução, o sucesso das ações e a compreensão do mundo globalizado, preparando o aluno para mobilizar saberes, atitudes e habilidades para solucionar com eficiência situações diversas da vida.

O calendário escolar é organizado com base em calendários fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, que por sua vez não apresenta nenhuma orientação didático pedagógica com foco na educação quilombola, ou alguma formação específica para quadro de professores e colaboradores da unidade educativa para que seja desenvolvido um programa educacional embasado na lei 10.639/2003 com o viés ideológico e metodológico da filosofia africana.

Portanto, enfatizamos a necessidade da utilização da cartilha formativa, criada como produto desse processo de pesquisa, para que a escola possa iniciar sua trajetória de compreensão e mudança que ofereça educação necessária, incluyente e transformadora no território.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: SANSONE, Livio e PINHO, Osmundo Araújo (org's). **Raça Novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

Ata da Associação Quilombola de Santiago do Iguape, ano de 2006 até o ano de 2009.

ARAÚJO, Tatiana Brito de. *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano*. Salvador: FIEB, 2002. Alberti, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005. ARAÚJO, Maria Paula.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é educação/** Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Brasiliense, 1996. - (coleção primeiros passos).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é educação/** Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Brasiliense, 2013. Pag.07- (coleção primeiros passos).

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Ensaio os vários Recôncavos e seus riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, Vol. 1 (1), 2007

BRASIL, **Programa Brasil Quilombolas**, 2005.

BRASIL. **Ministério da cultura. Plano da secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações**. Brasília, DF, 2011. Acesso em 17/10/2022

BRASIL. **Relatório de Economia criativa 2010: Economia criativa, uma opção de desenvolvimento—**Brasília: Secretaria da economia criativa / Minc: São Paulo: 2012

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n. 39, Out. de 2013, pp. 329-346.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CLOSS, Lisiane; OLIVEIRA, Sidnei Rocha. **Economia criativa e territórios usados; um debate baseado nas contribuições de Milton Santos**. Artigo junho 2017. Caderno Ebade.br. Acesso em 28/09/22.

CULTURA INDÍGENA /ARTIGOS DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL  
Marta Maria Azevedo -  
file:///C:/Users/ARTE%20E%20ALEGRIA/Documents/FORMA%C3%87%C3%83O/GR%C3%81FICO%20DA%20POPULA%C3%87%C3%83O%20INDÍGENA%20NO%20BRASIL%20DESDE%201500.pdf – 26/01/2022

**Educação quilombola: territorialidade, saberes e as lutas por direitos.** Organização e Givania Maria da Silva, Romero Antônio de Almeida Silva, Selma dos Santos Dealdina, Vanesa Gonçalves da Rocha, - São Paulo: Jandaíra 2021.

Flick, U. (2005a). **Métodos Qualitativos na Investigação Científica.** (2a ed.). São Paulo: Monitor.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; BOTELHO, Denise. **Colonialidade e Educação: O currículo de filosofia brasileiro entre discursos coloniais.** Revista Sul- Americana de Filosofia e Educação. Número 14: maio-out/2010, p. 66-89.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. P. 296.

FREIRE, P. Educação Pedagogia da autonomia: saberes necessários a pratica educativa. São Paulo: Paz e terra, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas:** mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Margarita Victória. **Círculos de cultura Paulo Freire: arte, mídia e educação-** São Paolo: Fundação Memorial América Latina- 2015.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** Porto São Paulo: Cortez, 2010, p. 119-129.

IPEA: **Panorama da economia criativa no Brasil.** Texto para discussão. João Maria Oliveira; Bruno Cesar de Araújo; Leandro Valério Silva. Rio de janeiro. Outubro 2013.

JESUS, Rita de Cássia Pereira de. História de vida e formação. In: NASCIEMNTO, Cláudio Orlando Costa do; JESUS, Rita de Cássia Pereira de. **Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais.** Curitiba: Progressiva, 2010.

LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica 5º Ed.** São Paulo: Atlas, 2001.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACEDO, R. S., GALEFFI, D. A., PIMENTEL, A. **Um Rigor Outro – Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa –** Educação e Ciências Antropossociais – Salvador – ADUFBA, 2010.

MACHADO, Vanda. **Tradição oral e vida africano, afro-brasileira.** In: Literatura Afro brasileira. Disponível em: [http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/literatura%20afrobrasileira\\_cIII.pdf](http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/literatura%20afrobrasileira_cIII.pdf). Acesso em 08 de outubro de 2022.

MINAYO, M. C. S., GOMES, S. F. D. R. **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**. 29. ed. Petrópolis – RJ, Vozes, 2010.

MONTAG, T. MAERTZ, CP. Baer, M. **uma análise crítica do espaço do critério de criatividade no local de trabalho**. 2012.

**Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas/ organização[ de] Selma dos Santos Dealdina**.- São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso (1982)** In: RATTTS, Alex, Eu sou atlântica Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra (1985)**, In: RATTTS, Alex, Eu sou atlântica Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 18: maio-out/2012, p.28-47.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: gráfica e editora popular, 2007, p 180-181.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1988.

PEREIRA, Fabio Batista. **Bacia do Iguape/cachoeira-Ba: notas preparatórias aos professores para uma excursão às comunidades remanescentes quilombolas com estudantes do ensino médio da educação básica**. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 206-221, 2020. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo, Itaú Cultural/Garimpo de Soluções, 2008. Disponível em: <http://garimpodesolucoes.com.br/wpcontent/uploads/2012/10/EconomiaCriativa>.

SANTANA, Adilton. **Educação, gestão e desenvolvimento local sustentável: o poder da escola pública na educação da periferia**. Curitiba: CRV, 2023.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 31-83.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1.ed.- São Paulo: da universidade de São Paulo, 2012.

SAQUET, Marcos. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: outras expressões, 2011.

SILVA, Denise Ferreira. **A Dívida Impagável**. Oficina da imaginação Política e Living Commons, 2019.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: Identidade e história**, 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **AQUILOMBAR-SE: Panorama sobre o Movimento Quilombola Brasileiro**. 1ª Ed. – Curitiba: Appris, 2016.

SOUZA, Thamires Vasconcelos de. **Quilombelas: economia criativa em favor da identidade do Recôncavo baiano- um estudo de caso-**, dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2017, 90f. Salvador – BA.

SCHMITI, Alessandra, MANZOLITURATTI, Maria Cecília, CARVALHO, Maria Celina Pereira de. Atualização do Conceito de Quilombo: **Identidade e Território nas definições teóricas**. In: Ambiente & Sociedade- Ano V. Nº 10- 1º semestre de 2002. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SEPPIR. Competências. s/d. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

\_\_\_\_\_Comunidades Quilombolas. s/d. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

VINHAS, Wagner. Revisitando Maria Beatriz Nascimento: a continuidade histórica entre os sistemas sociais negros do passado e os assentamentos em favelas urbanas e comunidades rurais da atualidade. **Revista da ABPN**,v. 10, n. 25, março/junho 2018

<https://www.google.com/search?q=cultura&oq=cultura&aqs=chrome.69i57j0i131i433i512l2j0i512j0i433i512l6.3520j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO APLICADO NAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

#### Bloco 1

- 1- O que significa para você Mutecho/ Acutinga?
- 2- Como se formou essa comunidade historicamente?
- 3- Qual o sentimento de pertencimento no território Cachoeira/ Santo Amaro. Porque?
- 4- O que significa para você essa comunidade de Remanescente Quilombola?
- 5- Com qual cor você se identifica?

#### Bloco 2

1. De onde vem a renda familiar?
2. Você ou alguém de sua família produz ou participa de alguma produção na comunidade?
3. Na comunidade há algum projeto de geração de renda? Quais?
4. Quais produtos são produzidos/ extraídos e comercializados pela comunidade?
5. Quais os locais que são comercializados esses produtos?

#### Bloco 3

- 1- Qual a sua escolaridade?
- 2- Quais as práticas culturais da comunidade?
- 3- Qual a sua prática religiosa?
- 4- A escola da comunidade desenvolve algum trabalho envolvendo os saberes locais?
- 5- Quais os parceiros e organizações estão envolvidos na comunidade?

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIOS CRIATIVOS:  
UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE MUTECHO/ACUTINGA –  
AUTORIZADA COM O PARECER COMITÊ DE ÉTICA Nº 6.665.521.**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

**1- NOME (OPCIONAL)** \_\_\_\_\_

**2- FAIXA ETÁRIA:**

( ) 20 a 30 ( ) 30 a 40 ( ) 40 a 50 ( ) 50 a 60 .

**3- NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

( ) GRADUAÇÃO ( ) ESPECIALIZAÇÃO ( ) MESTRADO ( ) DOUTORADO

**4. VÍNCULO EMPREGATÍCIO?**

( ) EFETIVO ( ) CONTRATO

**5 TEMPO DE ATUAÇÃO NA ESCOLA?**

\_\_\_\_\_  
**6- VOCÊ RECONHECE A ESCOLA COMO UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA QUE  
ESTÁ EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA?**

\_\_\_\_\_  
**7-A ESCOLA DESENVOLVE ALGUM PROJETO PEDAGÓGICO OU MODELO DE  
EDUCAÇÃO QUILOMBOLA?**

\_\_\_\_\_  
**8. A ESCOLA TEM ALGUM PROJETO PEDAGÓGICO COM ENFASE NA LEI  
10.630 E 11.645?**

\_\_\_\_\_  
**9.VOCÊ JÁ PERCEBEU OU REGISTROU ALGUMA OCORRÊNCIA OU FATOS  
RACISTAS NESTA INSTITUIÇÃO?**

\_\_\_\_\_  
**10. A ESCOLA JÁ REGISTROU ALGUMA OCORRÊNCIA ENVOLVENDO  
CONFLITOS SOBRE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA COM ALUNOS, FAMILIARES  
E OU PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO?**

\_\_\_\_\_  
**11. VOCÊ TEM CONHECIMENTO DO ALMANAQUE PEDAGÓGICO? SE SIM  
UTILIZA OU JÁ UTILIZOU EM SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?**

---

---

**12. A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO JÁ OFERECIU ALGUMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA OU MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA? SE SIM, QUAIS?**

---

---

---

**13. PARA VOCÊ QUAIS SÃO AS NECESSIDADES MAIS IMPORTANTES PARA QUE A ESCOLA POSSA IMPLEMENTAR UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA. COM SUCESSO?**

---

---

**ANALISE DOS DADOS DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM EQUIPE DE PROFESSORES DA ESCOLA:**

PROFESSORES - 12	FAIXA ETÁRIA	VINCULO	ATUAÇÃO ESCOLAR
	30-40 = 06	EFETIVO - 07	0-3 anos = 07
	40-50 = 05	REDA - 05	10-12 anos = 04
	50-60 = 01		34 anos = 01

**QUESTÕES RESPONDIDAS**

- 01 – Reconhece a escola como instituição quilombola – 100%
- 02 – A Escola Desenvolve projeto educ. quilombola – 90%
- 03 – A escola tem projeto na lei 10.639 – 90%
- 04 – Fatos racistas na instituição – Sim 02!
- 05 – Registros de intolerância Religiosa – 100% não
- 06 – Conhecem o Almanaque Pedagógico? 09 sim e 03 não!!!
- 07 – SEMED oferece material e formação? 100% sim
- 08 – Necessidades para a escola desenvolver uma educação quilombola de Sucesso
- 03 – Materiais pedagógicos + 06 Melhorar a relação da escola comunidade+ 3 formações continuada.

## ANEXOS

## ENGENHOS DOS TERRITÓRIOS CACHOEIRA E SANTO AMARO

<b>CÓDIGO IBGE</b>	<b>CIDADE</b>	<b>ENGENHOS</b>
BA 2904902	CACHOEIRA	BREJO DO ENGENHO DA GAUBA
BA 2904902	CACHOEIRA	BREJO DO ENGENHO DA GUAIBA
BA 2904902	CACHOEIRA	CAIMBONGO
BA 2904902	CACHOEIRA	CAIMBONGO VELHO
BA 2904902	CACHOEIRA	CAIOLE
BA 2904902	CACHOEIRA	CALEMBA
BA 2904902	CACHOEIRA	CALOLE
BA 2904902	CACHOEIRA	CAMPINAS
BA 2904902	CACHOEIRA	CAONGE
BA 2904902	CACHOEIRA	COIMBOFO
BA 2904902	CACHOEIRA	DENDE
BA 2904902	CACHOEIRA	DESTERRO
BA 2904902	CACHOEIRA	EMBIARA
BA 2904902	CACHOEIRA	ENGENHO DA CRUZ
BA 2904902	CACHOEIRA	ENGENHO DA PEDRA
BA 2904902	CACHOEIRA	ENGENHO DA PONTE
BA 2904902	CACHOEIRA	ENGENHO DA PRAIA
BA 2904902	CACHOEIRA	ENGENHO DA VITORIA
BA 2904902	CACHOEIRA	ENGENHO NOVO DO VALE DO IGUAPE
BA 2904902	CACHOEIRA	GUAIBA
BA 2904902	CACHOEIRA	IMBIARA
BA 2904902	CACHOEIRA	KAIMBONGO
BA 2904902	CACHOEIRA	KAONJE
BA 2904902	CACHOEIRA	OPALMA
BA 2904902	CACHOEIRA	SANTIAGO DO IGUAPE
BA 2904902	CACHOEIRA	FRANCISCO DO PARAGUACU
BA 2904902	CACHOEIRA	SAO TIAGO DO IGUAPE
BA 2904902	CACHOEIRA	TABULEIRO DA VITORIA
BA 2904902	CACHOEIRA	TOMBO
<b>CÓDIGO IBGE</b>	<b>CIDADE</b>	<b>ENGENHOS</b>
BA 2928604	SANTO AMARO	ALTO DO CRUZEIRO-ACUPE
BA 2928604	SANTO AMARO	BARRO VELHO
BA 2928604	SANTO AMARO	BARRO VERMELHO
BA 2928604	SANTO AMARO	CAEIRA
BA 2928604	SANTO AMARO	CAMBUTA
BA 2928604	SANTO AMARO	SAO BRAZ
BA 2928604	SANTO AMARO	SUBAE

FONTE: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA

### ALVARÁ DE LICENÇA

Nº Alvará		Nº Processo	
16			
Cód. Contribuinte 60788	Insc. Municipal 220201567	Área de Estabelecimento	Exercício 2021
Concedido a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO MUTECHO ACUNTIGA			
CNPJ / CPF 22.217.225/0001-37	Data Início Atividade 29/01/2021	R.G	
Nome de Fantasia ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO MUTECHO ACUNTIGA			
Horário de Funcionamento		Horário Especial	
Endereço POV CUCR ACUNTIGA Nº 85 Bairro: ZONA RURAL compl: TERREO ,Município: CACHOEIRA ,CEP: 44300000			
Descrição da Taxa SEM REGISTRO			
Atividade TFF 9901207 ATIVIDADE DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS LIGADAS À CULTURA E ARTE.			
CNAE Primário: 94.93-6-00 Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e arte			
Restrições / Observações Declaro sob as penas da lei serem autênticos os documentos apresentados e verdadeiras as informações prestadas. Saliendo também que: o(s) projeto(s) a ser(em) realizado no local acima discriminado são compatíveis como as legislações urbanísticas, de posturas e de ambientais. Declaro, ainda, estou ciente de que sou responsável civil, penal e administrativamente pela veracidade das informações prestadas a este Município e perante a terceiros.			
Aviso O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL			
Data de Emissão do Alvara 08/02/2021 08:49:28		Data de Validade do Alvara 31/03/2022	

SILVIA LETICIA DA SILVA  
 Silvia Leticia da Silva Sacramento  
 Chefe do Setor de Tributos  
 Decreto 26/2021



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DO TURISMO**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente Substituto da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, promulgada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação n.º 01420.012864/2016-61 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE MUTECHO E ACUTINGA**, localizada no município de Cachoeira/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 020, Registro n.º 2.784, fl. 007, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTE DOS QUILOMBOS.**

Eu, **Valeria Cunha Gonçalves Monteiro**, (Ass.).....  
 Diretora-Substituta do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro,  
 a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **02 de janeiro de 2020.**

O referido é verdade e dou fé.

**Sionei Ricardo Leão de Araújo**  
 Presidente Substituto  
 Fundação Cultural Palmares – FCP

CÓPIA COLORIDA

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE CACHOEIRA - BAHIA -  
 Rua Vergílio Damasceno, nº 23, email: notariopalmares@notariopalmares.com.br - Fone: (75)  
 33191-3392 - Centro - Cachoeira/BA

Justifico e dou fé, que a cópia e a reprodução, fiel do documento apresentado.

Em 02 de janeiro de 2020, em Cachoeira/BA, assinada por Valeria Cunha Gonçalves Monteiro.

Escritório Autenticador: A seguir as informações válidas:  
 Companhia de Cartas - CACHOEIRA - BA  
 432922 - Valor de Ato: R\$ 6,00 - Emissão: R\$ 2,90 - Taxa: R\$ 3,10

1772AR2020AS-9  
 SELO AUTENTICAÇÃO  
 www.tba.ba.br/autenticacao



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
Avenida Ulisses Guimarães, nº 640, - Bairro Centro Administrativo, Salvador/BA, CEP 41.213-000  
- <http://www.incra.gov.br>

## CERTIDÃO

Processo nº 54000.090404/2020-68

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA–INCRA**, nomeado pela Portaria/INCRA/Nº 314/2020, publicada no D.O.U. de 22 de setembro de 2020, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20 da Estrutura Regimental, aprovado pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, combinado com o Art. 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/Nº 531 de 23 de março de 2020, **CERTIFICA** que:

A Comunidade Quilombola de **MUTECHO E ACUTINGA**, localizada no município de CACHOEIRA/BA, reconhecida pela FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, conforme Certidão de Autodefinição emitida em **02 de janeiro de 2020**, se encontra com processo em tramitação nesta Autarquia Federal sob o nº **54000.090404/2020-68**, sendo objeto de Regularização Fundiária com fulcro no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – Constituição Federal de 1.988, Decreto nº 4.887/2003 e Instrução Normativa/INCRA/N.º 57 de 20 de outubro de 2009.

----- Assinatura Eletrônica -----

**Paulo Emmanuel Macedo de Almeida Alves**  
Superintendente Regional  
INCRA/BA



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Emmanuel Macedo de Almeida Alves, Superintendente**, em 07/10/2020, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7225475** e o código CRC **4A72B926**.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>22.217.225/0001-37</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>06/04/2015</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE MORADORES DO QUILOMBO MUTECHO/ACUTINGA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO DE MORADORES DO QUILOMBO MUTECHO/ACUTINGA</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>NUCR ACUTINGA</b>	NÚMERO <b>85</b>	COMPLEMENTO <b>: TERREO;</b>
CEP <b>44.300-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>CACHOEIRA</b>
		UF <b>BA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ECSRAIMUNDO@YAHOO.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(75) 3425-1868</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>06/04/2015</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/04/2022** às **09:50:37** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIOS CRIATIVOS: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE MUTECHO/ACUTINGA.

**Pesquisador:** JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 69562223.0.0000.0057

**Instituição Proponente:** Universidade do Estado da Bahia

**Patrocinador Principal:** UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.665.521

**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de um projeto de pesquisa vinculado ao PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS A EDUCAÇÃO - GESTEC MESTRADO PROFISSIONAL, da Universidade do Estado da Bahia, Campus I – Salvador.

O estudo tem como objeto de pesquisa o tema: ancestralidade, educação e sua inter-relação com a economia criativa dos remanescentes quilombolas da comunidade Mutecho / Acutinga. Tem como objetivo geral descrever modos de organização e reprodução social da comunidade quilombola Mutecho/ Acutinga observando os princípios da ancestralidade e sua Inter-relação com a perspectiva da economia criativa, e como objetivos específicos sistematizar as práticas pedagógicas e sua relação com os princípios da educação quilombola presentes na comunidade de Santiago do Iguape, descrever a reprodução cotidiana do quilombo Mutecho/ Acutinga observando os princípios da ancestralidade e sua co- relação com os pressupostos da economia criativa, construir uma cartilha com experiências das práticas, envolvendo educação quilombola, economia criativa e pedagogia ancestral dos remanescentes Quilombolas em Santiago do Iguape. Buscamos responder o seguinte questionamento como a comunidade Quilombola Mutecho/Acutinga organiza, gerencia e produz sua subsistência baseada em princípios de ancestralidade que venha fortalecer a economia criativa? E finalmente temos como resultado, produzir uma cartilha demonstrando os saberes locais quilombolas da comunidade Mutecho/ Acutinga com seu potencial

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos - site [www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br) **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)/[www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br)



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 6.665.521

de criatividade na produção e comercialização local de produtos nativos gerados a partir do conhecimento ancestral articulados à perspectiva da economia criativa.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Descrever modos de organização e reprodução social da comunidade quilombola Mutecho/Acutinga, observando os princípios da ancestralidade e sua inter-relação com a perspectiva da economia criativa.

Objetivo Secundário:

\*analisar registros documentais que informem a história da comunidade Mutecho/Acutinga.

\*Descrever os modos de organização social da comunidade em articulação com os princípios de ancestralidade e economia criativa.

\*Produzir uma cartilha demonstrando os saberes locais quilombolas da comunidade Mutecho/Acutinga.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

RISCOS:

Sabendo que em qualquer pesquisa pode ocorrer riscos, os riscos possíveis nesta pesquisa poderão ser de constrangimentos ou insatisfações de algum participante da pesquisa com as perguntas realizadas pela pesquisadora ou outro membro nos encontros com a técnica de grupo focal. Estes riscos serão descritos no TCLE cabendo ao participante aceitar ou recusar a participação.

BENEFÍCIOS:

Ao concluir esta pesquisa pretendemos construir uma cartilha demonstrando os saberes locais quilombolas da comunidade Mutecho/Acutinga com seu potencial de criatividade na produção e comercialização local de produtos nativos gerados a partir do conhecimento ancestral articulados à perspectiva da economia criativa.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Atende aos preceitos éticos

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade com a normativa;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;
- 3 – A autorização Institucional da proponente: Em conformidade

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos - site [www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br) **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)/[www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br)



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 6.665.521

- 4 – A autorização das instituições coparticipantes/ anuência: Apresentou autorização da UNEB.
- 5 - Folha de rosto: Em conformidade;
- 6 – Modelo do TCLE: Em conformidade
- 7 – Modelo do Assentimento: Verificar se existe a necessidade, conforme explicitado anteriormente.
- 8 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Apresentado dentro da eticidade;
- 9 – Termo de concessão: Em conformidade
- 10- Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Em conformidade

**Recomendações:**

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após a análise consideramos que o projeto encontra se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1995100.pdf	11/02/2024 19:00:56		Aceito
Projeto Detalhado	Projeto_atualizado.docx	11/02/2024	JESSICA ALVES DE	Aceito

**Endereço:** Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
**Bairro:** Água de Meninos - site [www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br) **CEP:** 40.460-120  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)/[www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br)



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 6.665.521

/ Brochura Investigador	Projeto_atualizado.docx	19:00:24	AMORIM SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	11/02/2024 18:48:01	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	Projeto0.pdf	02/05/2023 20:55:23	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	coparticipante.pdf	24/04/2023 21:44:18	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	concessao.pdf	24/04/2023 21:39:58	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	Apendices.pdf	23/03/2023 22:15:57	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	pesquisa.pdf	23/03/2023 22:14:15	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	confidencialidade.pdf	23/03/2023 22:12:40	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	pesquisador.pdf	23/03/2023 22:09:46	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	coleta.pdf	23/03/2023 22:06:51	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Outros	anuencia.pdf	23/03/2023 22:04:05	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Declaração de concordância	concordancia.pdf	23/03/2023 21:58:45	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	23/03/2023 21:56:30	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	23/03/2023 21:47:27	JESSICA ALVES DE AMORIM SILVA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 23 de Fevereiro de 2024

Assinado por:  
Aderval Nascimento Brito  
(Coordenador(a))

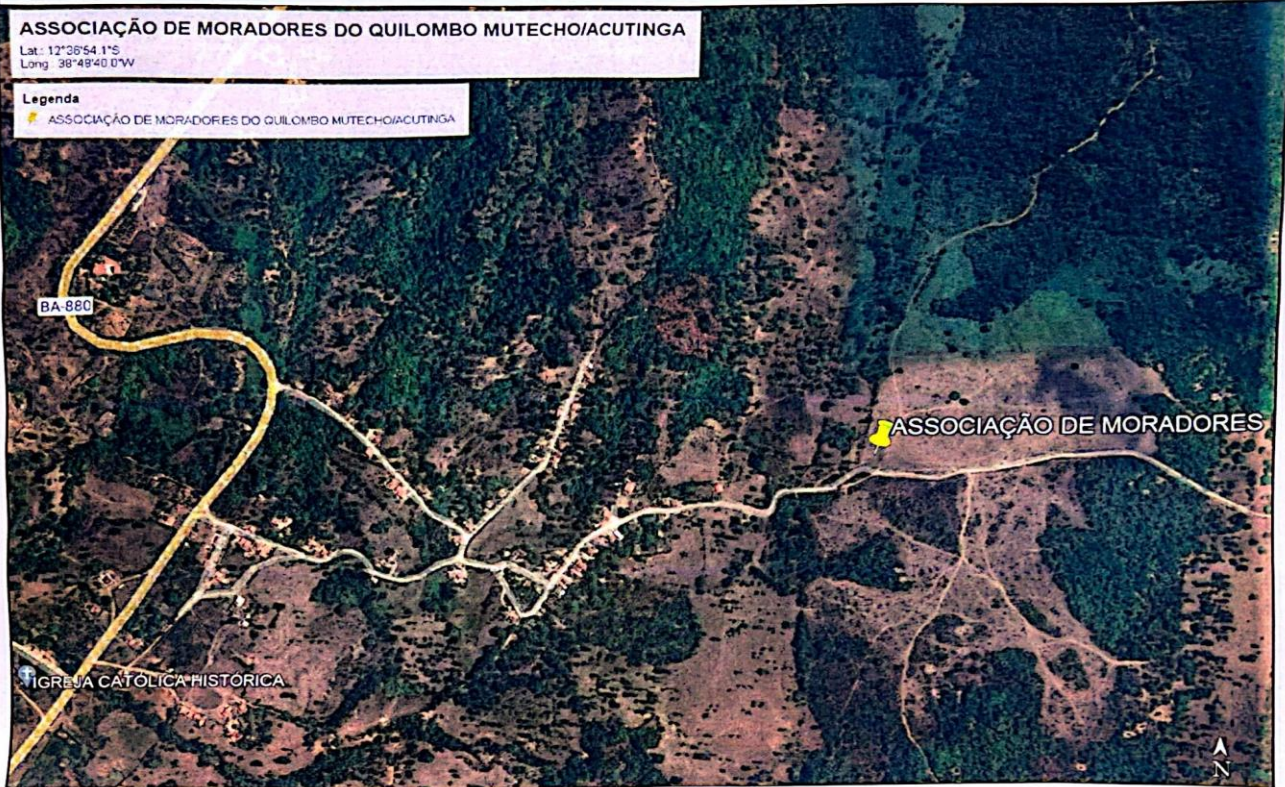
Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes 1122, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,  
Bairro: Água de Meninos - site [www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br) CEP: 40.460-120  
UF: BA Município: SALVADOR  
Telefone: (71)3612-1330 Fax: (71)3612-1300 E-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)/[www.cep.uneb.br](http://www.cep.uneb.br)

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO MUTECHO/ACUTINGA**

Lat: 12°35'54.1"S  
 Long: 38°48'40.0"W

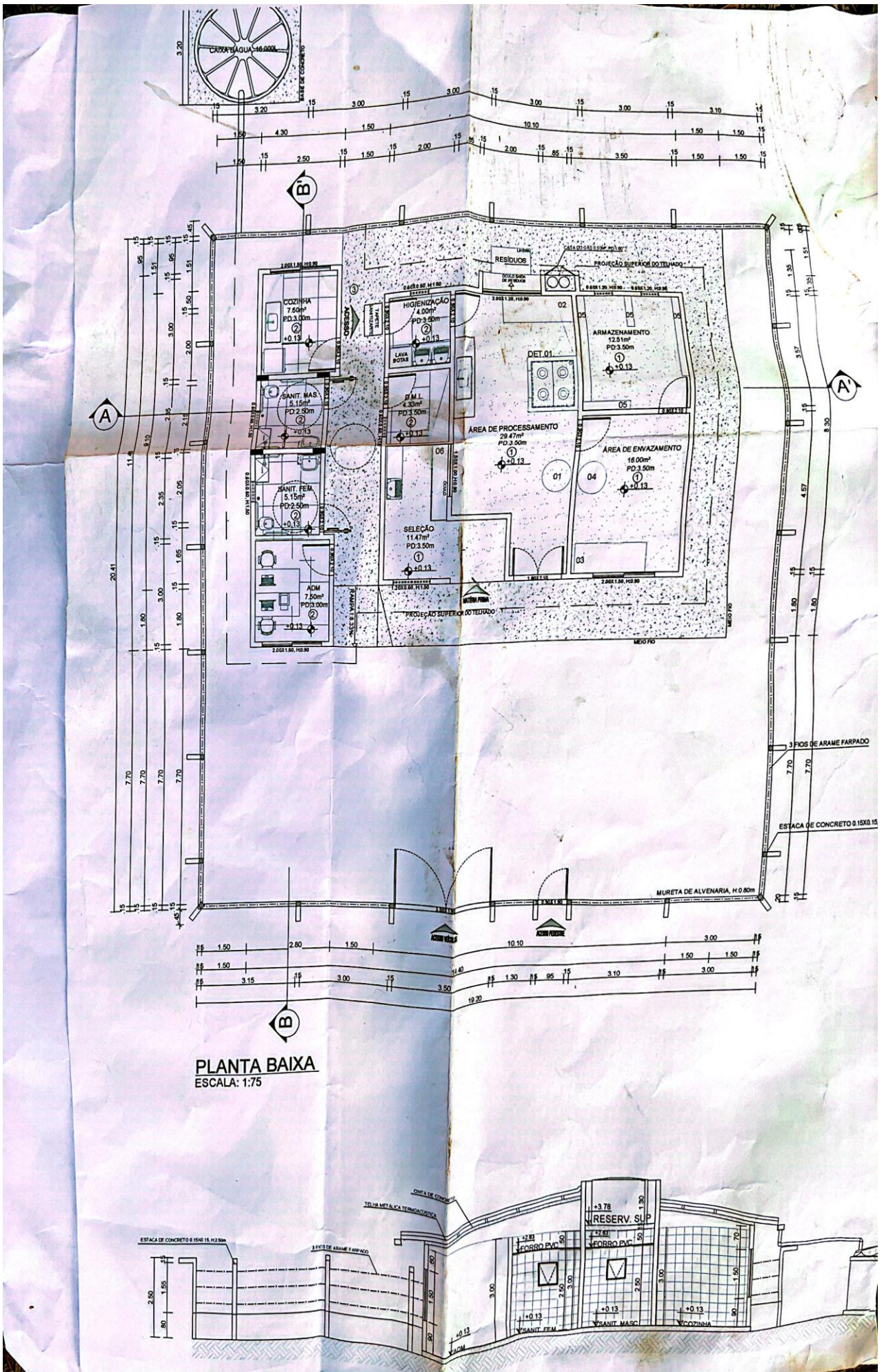
**Legenda**

■ ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO MUTECHO/ACUTINGA



**PROJETO MUTECHO-ACUTINGA**  
 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO QUILOMBO MUTECHO-ACUTINGA

PROJETO:			<b>01</b> /04
<b>ARQUITETÔNICO</b>			
PRANCHA:		PRANCHA:	
<b>PLANTA DE SITUAÇÃO</b>			
AUTORIA:		ATUALIZAÇÃO:	
<b>ALANA GROCHOWALSKI ARAÚJO</b>			
CREA-BA: 3000045206			
DESENHO:	REVISÃO:	ESCALA:	
<b>RODRIGO COSTA</b>	<b>OUTUBRO/2021</b>	<b>INDICADAS</b>	



PLANTA BAIXA  
ESCALA: 1:75

**ESCOLA GENERAL ALFREDO AMÉRICO DA SILVA**

Povoado Acutinga, Opalma, S/N

Tel.:75 981814211

Email: zanesantana4.0@hotmail.com

**PLANO DE AÇÃO  
GESTÃO 2023-2025**

**ELISANGELA GUIMARÃES SANTANA DE JESUS**

**CACHOEIRA – BA**

**2023**

## APRESENTAÇÃO

O crescimento das capacidades físicas, cognitivas, emocionais, sociais e democráticas dos alunos ocorre por meio da aquisição de conhecimentos e habilidades, visando capacitá-los a se tornarem cidadãos ativos em suas comunidades.

A Gestão Escolar desempenha um papel fundamental no contexto educacional, sendo o alicerce que sustenta o funcionamento de uma instituição de ensino. Ela engloba um conjunto de práticas, políticas e decisões que visam garantir a qualidade da educação, promover o desenvolvimento dos alunos e criar um ambiente propício para o aprendizado.

O gestor é responsável por estabelecer metas, planejar estratégias, administrar recursos, promover a formação continuada dos educadores e estabelecer uma conexão eficiente entre a escola, a comunidade e os órgãos educacionais. Em última análise, seu papel é contribuir para o sucesso e o crescimento constante da instituição de ensino, impactando diretamente a formação e o futuro dos estudantes.

Nesta perspectiva é que o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser elaborado corretamente para permitir que os envolvidos tenham consciência de seu caminhar, interfiram nos limites, aproveitem as potencialidades e resolvam as dificuldades detectadas com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança, contribuindo assim, para o desenvolvimento global do educando, sua identidade e autonomia baseada em valores e respeito, uma vez que, representa um roteiro detalhado que direciona as ações e metas da escola, abrangendo aspectos acadêmicos, administrativos e pedagógicos

Para que isso ocorra a gestão precisa ter um bom planejamento, realizando suas metas e objetivos com uma sistematização clara e definida, identificando os recursos necessários e a criação de estratégias para alcançar um ensino de qualidade e um ambiente propício ao aprendizado tornando-se mais eficiente e eficaz.

Com base nessas afirmações o plano de gestão é uma ferramenta estratégica essencial para a administração eficaz de uma instituição de ensino e tem por finalidade promover uma escola democrática e comprometida com o ensino aprendizagem, onde os envolvidos compreendam e assumam o seu papel como corresponsáveis no

processo educativo, qualificando a educação dos educandos de forma integral, embasada em princípios e valores, primando pela inovação do ensino com caráter de emancipação humana intersubjetiva, com nova base para o mundo de avanços tecnológicos e nova estrutura organizacional na gestão escolar.

### **IDENTIFICAÇÃO EQUIPE DIRETIVA**

#### **DIRETOR:**

Nome: Elisangela Guimarães Santana De Jesus

Formação: Licenciatura Plena Em Pedagogia

Pós-Graduação: Gestão Escolar em andamento

Endereço residencial: Povoado Acutinga S/N, Opalma, Cachoeira-Ba

Telefone: (75) 9 8181-4211

E-Mail: zanesantana4.0@hotmail.com

#### **COORDENADORA**

Nome: Cristiane Nascimento Da Conceição

Formação: Licenciatura em Pedagogia

Pós-Graduação: Matemática

Endereço Residencial: Rua O Guaraní, Nº20, Rosarinho Cachoeira-Ba

Telefone: (75) 9 9854-9296

E-mail: cristianedezeus@hotmail.com

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

A instituição escolar tem como objetivo primordial o progresso educacional dos alunos, e para atingi-lo, a presença de gestores atuantes como líderes é essencial. A Gestão da Educação é um tópico constante nas discussões educacionais contemporâneas e tem ligações diretas com o campo da administração (ARAÚJO, 2009).

A educação exerce papel fundamental, organizativo e formativo em qualquer sociedade, é uma "expressão cultural sempre presente na história da humanidade" e é por meio dos processos educativos e democráticos que se constroem objetivos em busca de conquistas. Para que isso possa acontecer a Constituição Federal Brasileira, em seu Artigo 206, inciso VI trata da importância da "gestão democrática

do ensino público", colocando como obrigatória em todo e qualquer órgão público de educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 ressalta e estabelece que as escolas precisam ser organizadas e administradas nos princípios da Gestão Democrática (Brasil,1996). Quando se fala em gestão escolar democrática, refere-se a um tipo de organização em que a participação do coletivo é priorizada. Nessa estrutura, todos os atores da comunidade escolar – professores, gestores, funcionários, pais, estudantes – podem participar ativamente das decisões da escola.

Dentre estas concepções podemos destacar que o processo de criação do projeto político pedagógico deve considerar a compreensão das relações interpessoais da organização e de todas as funções desempenhadas por todos os membros que realizam suas tarefas incluindo colaboradores, docentes e gestores, entendendo essa instituição como um ambiente dinâmico e participativo.

Contudo, vale salientar que o diretor representa a comunidade educativa, portanto, seu papel é apenas mediar e articular as ideias e decisões tomadas pelo grupo no contexto educacional. Assim sendo, Luck (2009) destaca que:

[...] a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização. (LUCK, 2009, p. 75).

A administração se entrelaça com inúmeras facetas da vida cotidiana e profissional. Qualquer organização, independentemente de seus objetivos financeiros, requer um líder para coordenar suas operações, tomar decisões e orientar sua equipe. O papel do administrador tem um impacto direto na dinâmica do trabalho em equipe, algo evidente no ambiente escolar. O gestor escolar desempenha um papel crucial ao supervisionar as diversas atividades da escola, já que, por mais qualificados que sejam os professores, a qualidade da administração é fundamental para maximizar o impacto educacional.

A função do gestor escolar exige um conjunto diversificado de habilidades, a capacidade de trabalhar em equipe e liderança. Isso ocorre porque a escola não é mais vista como um sistema fechado, limitado a funções predefinidas. Atualmente, a visão da escola é mais ampla, resultado das rápidas transformações pelas quais a sociedade tem passado.

O conceito apresentado por Oliveira e Menezes (2018) descreve uma mudança significativa no papel do gestor ao longo do tempo. Atualmente, o gestor não é apenas um administrador, mas alguém que desempenha um papel ativo em todos os aspectos da vida escolar.

Honorato (2012, p. 3) destaca que a gestão participativa abrange não apenas os professores e funcionários, mas também os pais, alunos e outros membros da comunidade interessados no aprimoramento do processo pedagógico.

Essa abordagem promove uma gestão mais participativa na escola, na qual as responsabilidades podem ser compartilhadas com todos os membros da comunidade escolar, sem eximir ninguém de suas obrigações.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Promover ações que viabilizem o bom andamento e participação da escola, bem como atividades que permitam a interação com todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem englobando educandos, familiares, comunidade e todas as dimensões democráticas e participativas e demais organizações sociais, constituindo uma escola democrática e comprometida com o ensino aprendizagem, buscando a formação integral do estudante.

## **3. DIMENSÃO PEDAGÓGICA**

Nossa escola por ocupar um lugar privilegiado na comunidade deve estar comprometida com a evolução, o sucesso das ações e a compreensão do mundo globalizado, preparando o aluno para mobilizar saberes, atitudes e habilidades para solucionar com eficiência situações diversas da vida. Tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho atendendo à formação cultural técnica e científica da população. O trabalho desenvolvido nessa instituição de ensino integra ao ato de educar, cuidar, respeitando a individualidade do aluno e valorizando seus avanços e suas conquistas.

## **4. DIMENSÃO ADMINISTRATIVA**

Escola General Alfredo Américo da Silva possui em seu quadro administrativo escolar todos os departamentos e funções necessárias ao funcionamento da Unidade Escolar: Direção (1), vice-diretor (1), orientadora pedagógica (1), Assistente Técnico Administrativo (1), Corpo Docente (14) efetivos e ACTs, e (5) Serventes, (1) Porteiro e (2) Merendeira, (3) Auxiliar de classe. O corpo docente efetivo é 100% formados com Curso Superior e Especialização nas suas respectivas áreas de atuação. Os Contratados em Caráter Temporário possuem graduação ou estão em especialização. Fazem parte também 1 motorista que realizam o transporte escolar de todos os educandos. A alimentação escolar também está contemplada dentro da dimensão administrativa e apresenta uma qualidade muito boa a qual interfere diretamente na aprendizagem dos alunos.

O calendário escolar é organizado com base em calendários fornecido pela Secretaria Municipal de Educação. Nessa esfera administrativa acontece o atendimento as famílias das crianças, e dos professores quando buscam documentos bem como fichas de matrículas. Toda documentação fica guardada na Secretaria da escola.

Neste Processo de gestão democrática, é importante que todos os segmentos da escola, (direção, professores, alunos, funcionários e pais) trabalhem em harmonia e juntos criem alternativas para melhorar o processo educativo oferecido aos educandos. O trabalho coletivo, além de ser mais eficiente, oferece maiores possibilidades de inovações no cotidiano escolar, pois com uma boa gestão escolar todos serão beneficiados. Para isso se faz necessário paradas escolares frequentes para avaliações e capacitações de todos os envolvidos.

## **5. DIMENSÃO FINANCEIRA**

Referente a questão financeira, a Unidade Escolar General Alfredo Américo da Silva tem autonomia em gerenciar seus recursos creditados pelo FNDE, de forma democrática e participativa, onde a Equipe Gestora juntamente com a Unidade Executora, Conselho Escolar e Comunidade, estão tendo autonomia para gerenciar tais recursos das seguintes receitas: PDDE e suas ações agregadas.

Os recursos arrecadados no decorrer do ano são destinados a aquisição de materiais e suportes pedagógicos, bem como para suprir necessidades básicas e

emergenciais da escola a fim de garantir um bom funcionamento tanto físico como pedagógico da escola.

Todos esses recursos são aplicados de forma coerente, democrática, transparente, responsável e ética, envolvendo sempre prestação de contas e esclarecimento a toda comunidade escolar. Ressaltando que reformas, ampliação e implementações maiores só são possíveis pela ação da Secretaria de Educação, através da Prefeitura Municipal com seus planos, verbas e recursos disponíveis.

## **6. DIMENSÃO HUMANA**

A constituição Federal de 1888 estabelece no seu art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Ainda de acordo com a Carta Magna brasileira, no capítulo VI art. 206, é explicitada a gestão democrática do ensino público, na forma da lei, como um dos principais princípios no qual o será ministrado.

Visando isso, a nossa Unidade Escolar preza pela vitalidade da escola, na promoção da educação e na qualidade, centra-se na competência das pessoas que a compõem e realizam o seu fazer pedagógico e em sua determinação em promover ensino de qualidade voltado para a formação e aprendizagem dos alunos. A nossa equipe demonstra competência, comprometimento e capacidade de ação coletivamente, o que fortalece o trabalho coletivo, a empatia e a criatividade.

A Escola General baseada na parceria família-escola, compromete-se com todos, enquanto comunidade e enquanto modelos e referências.

A dimensão humana concretiza e valoriza o contexto histórico educacional e social da comunidade escolar, propondo uma educação embasada na formação integral do ser humano atendendo o que preconiza os Pilares da Educação de Jacques Delors: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser. Com base nessa visão dos quatro pilares do conhecimento, pode-se prever grandes consequências positivas na educação.

## **7. DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA**

Essa unidade escolar funciona em dois turnos - matutino e vespertino, ofertando atualmente a educação infantil, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano do ensino anos iniciais e 6º 7º 8º e 9º ano dos anos finais. Com uma clientela diversificada, pois contempla alunos de diversas comunidades; Acutinga, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Cobi, Mutecho e Alto do Camelo. Sendo assim são grupos que vivem principalmente da agricultura familiar, da pesca, mariscagem, da fabricação do azeite de dendê e do subsídio do governo federal como o Auxílio Brasil, Defeso, Bolsa Verde para a sobrevivência.

## **8. AVALIAÇÃO DO PLANO**

A avaliação se dará de forma periódica, democrática, ao final de cada ano letivo, envolvendo toda comunidade escolar, elencando os pontos positivos e negativos da gestão, através de registro de sugestões e críticas para os anos seguintes. O Plano de Gestão Educacional também pode ser avaliado além da comunidade, em Assembleia de pais, também pelos professores e pelos Conselhos.

Portanto, a avaliação é também uma forma de permitir a melhor organização do coletivo da escola, com vistas a uma gestão participativa, que permita à comunidade escolar entender quais os pontos significativos e suas dificuldades da organização escolar, para poder mobilizar, criar e propor alternativas aos problemas que possam surgir.

## PRODUTOS



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC- CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS A EDUCAÇÃO- GESTEC  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**JÉSSICA ALVES DE AMORIM SILVA**

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIOS CRIATIVOS:  
Um estudo de caso da comunidade Mutecho/ Acutinga- BA**

**Cartilha INFORMATIVA E FORMATIVA  
Mutecho/Acutinga**

**Salvador-BA  
2025**

## **CARTILHA INFORMATIVA E FORMATIVA – MUTECHO/ACUTINGA**

### **APRESENTAÇÃO**

Esta cartilha é fruto de uma pesquisa sobre EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIOS CRIATIVOS: Um estudo de caso da comunidade Mutecho/Acutinga- BA, realizada pela autora com as contribuições de atores históricos da comunidade quilombola investigada, assim, apresentamos este documento como um produto para a disseminação do conhecimento científico.

Para comunidades quilombolas e periféricas, como a comunidade Mutecho/Acutinga, a memória opera como um dispositivo de sobrevivência identitária, permitindo a preservação de narrativas que contestam versões oficiais da história. MICHAEL POLLAK (1989) destaca que grupos subalternizados desenvolvem estratégias específicas de memorização, muitas vezes baseadas na oralidade, em práticas corporais e em espaços comunitários, como terreiros e associações locais. Essas memórias " subterrâneas" funcionam como contrapontos críticos aos discursos hegemônicos, que frequentemente invisibilizam ou distorcem as experiências das populações marginalizadas.

No contexto da educação formal na escola local a utilização desta cartilha como uma orientação pedagógica é, mas um ato de reparação simbólica, que reinscrevemos no espaço público a história de uma comunidade quilombola cuja trajetória havia sido sistematicamente negligenciada pelos registros oficiais. Essa ressignificação demonstra como a memória pode ser mobilizada como ferramenta de empoderamento, permitindo que grupos historicamente silenciados reivindiquem seu lugar na narrativa coletiva (Santos, 2007).

A Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares para Educação Quilombola (Brasil, 2012) fornecem o substrato normativo para essa transformação, mas sua efetiva implementação depende da capacidade das comunidades em ressignificar o espaço escolar, transformando-o em um locus de produção e reprodução de conhecimentos emancipatórios. Este material ilustra essa possibilidade, mostrando como a reapropriação da história e da cultura local com seus costumes e resistências são apenas o primeiro passo em um processo mais amplo de descolonização do currículo e das práticas pedagógicas;

Por fim, apresentam algumas atividades e reflexões com eixo teórico que se fundamenta nos marcos da educação quilombola (Brasil, 2012) e nas perspectivas decoloniais citamos (Walsh, 2013; MBEMBE, 2017), que questionam os paradigmas eurocêntricos dominantes no campo educacional. A educação quilombola não se limita a incluir conteúdos sobre cultura afro-brasileira no currículo; ela exige uma reestruturação epistemológica do processo educativo, centrando os saberes, as cosmovisões e as formas de aprendizagem próprias das comunidades negras e indígenas.

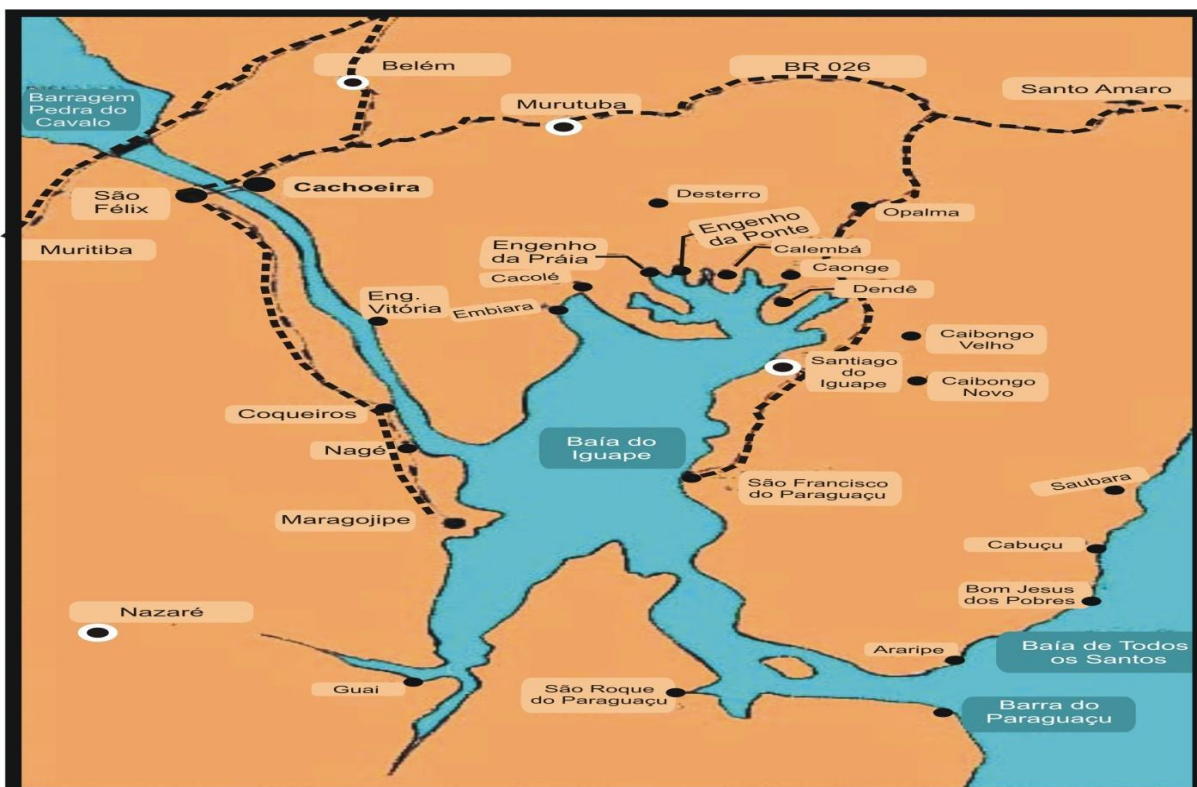
No contexto da comunidade Mutecho/Acutinga, isso se traduz em práticas pedagógicas que valorizam a oralidade, a relação com o território e os saberes tradicionais – como evidenciado nesta cartilha, que articula a história do recôncavo e da comunidade conhecida por Opalma, “antiga fábrica fechada” que fica na divisa da comunidade quilombola Mutecho/Acutinga, os saberes locais e conhecimentos ancestrais;

## **1. O RECONCAVO DA BAHIA MARCO HISTÓRICO ANCESTRAL**

O Recôncavo da Bahia, espaço de análise em questão, entre 1970/90 foi lugar de transformações socioeconômicas. BRANDÃO (2007) informa que até a primeira metade do século XX, o Recôncavo foi cenário de um complexo socioeconômico centrado ainda na produção e exportação do açúcar e do fumo, apesar de incluir várias outras atividades distribuídas entre diferentes segmentos da região.

Mas que, a partir de 1950, essa região foi perdendo progressivamente sua importância econômica e política, pois, ao contrário do ocorrido no período colonial, o Recôncavo não sediava atividade alguma internacionalmente significativa e que revelasse potencial para mudar o quadro da região.

### Localização da área em que está a comunidade (Mutecho/Acutinga)



Fonte: Acervo particular de Ivan Faria

Esta figura acima do território apresenta um arquipélago de engenhos que proporcionou a constituição de comunidades remanescentes quilombolas estudados na contemporaneidade, fruto de um processo histórico, de lutas e sobrevivências de um povo escravizado desde a diáspora africana.

O recôncavo baiano desde o período colonial apresentava-se com um território de crescimento e pujança econômica que predominou até o início do século XX, tornando a Bahia um cenário de resistência às invasões externas, desde o início das lutas pela independência do Brasil.

Em análise mais economicista, PEDRÃO (1988), argumenta que o Recôncavo passou a ser sinônimo de pobreza na segunda metade do século XX, em especial as regiões próximas ao estuário do Paraguaçu, principalmente pela falta de movimento econômico suficiente para produzir alterações significativas em extensão e duração que mobilizassem intensamente seus recursos humanos e naturais. Destaca, contudo, a continuidade do fascínio da região, principal detentora das tradições culturais do regime escravista.

Esse mesmo autor salienta que na segunda metade do século XX o

Recôncavo apresentava-se como região sem muitas perspectivas de emprego, resultando na migração de homens e mulheres, qualificados ou não, em busca de trabalho em outros locais.

E afirma ser esta a razão de a região ter sido excluída dos movimentos de urbanização e industrialização que atingiram a Bahia, a partir de Salvador, na década de 1950. Na sua análise, o período de lançamento da industrialização do estado foi também o de declínio mais brusco das agroindústrias canavieiras e do fumo, com os engenhos e as plantações de açúcar e fumo passando por processos de envelhecimento tecnológico.

Quanto a outras atividades econômicas como a pesca artesanal, a extração de vegetal e a pequena produção agrícola de alimentos, o autor ressalta que não sofreram muitas alterações.

Referente ao período do pós-abolição, FRAGA (1870-1910), que pesquisou acerca dos escravos e libertos da Bahia no pós-emancipação, buscou os caminhos trilhados por egressos da escravidão nos engenhos do Recôncavo da Bahia. Ele argumenta que muitos dos antigos engenhos do Vale do Iguape, no pós-abolição, transformaram-se em comunidades rurais de egressos da escravidão, que permaneceram nesses espaços por diversos motivos:

As informações colhidas sobre o Engenho Pitinga e sobre outros engenhos do Recôncavo mostram que as populações oriundas da escravidão nas localidades rurais formavam comunidades sólidas. Forjados ainda sob a vigência da escravidão, os laços comunitários, tecidos a partir do parentesco entre ex-escravos do mesmo engenho ou de engenhos vizinhos, foram fundamentais para os egressos da escravidão recompor a vida em liberdade. No pós-abolição, essas comunidades foram a base sobre a qual os ex-escravos e seus descendentes buscaram novas alternativas de sobrevivência. (FRAGA 1870-1910, p.296).

A ênfase do autor citado incide na permanência por “direitos” conquistados ainda no período escravista e na construção de laços familiares, a partir da perspectiva thompsoniana de “direitos costumeiros”. Para FRAGA (1870-1910), os territórios dos antigos engenhos representaram, para os egressos da escravidão e seus descendentes, a manutenção de “direitos” adquiridos ao longo do cativeiro. O autor ressaltou que os antigos engenhos se tornaram *locus* de comunidades negras, nas quais os vínculos comunitários e familiares forjados no período do cativeiro constituíram-se como importantes fatores de fixação nas localidades:

As comunidades eram socialmente diferenciadas. Os libertos emergiram da escravidão em situações diversas. A condição de acesso às roças foi

importante fator de diferenciação nas comunidades de ex-escravos. Os registros da época, quase sempre, faziam distinção entre roceiros e lavradores. A possibilidade de acesso a um lote de terra assegurava maiores alternativas de subsistência, embora os roceiros fossem obrigados a prestar serviços nas terras dos ex-senhores. Para estes, era possível ter acesso às feiras locais e diversificar o cultivo de gêneros de subsistência. Vimos que o direito a parcelas de terras talvez tenha sido o grande fator de permanência nos engenhos. (FRAGA 1870-1910, p.68).

Este historiador encontrou evidências de que aquela população egressa da escravidão formou comunidades sólidas no ambiente rural, sendo essas a base sobre a qual os ex-escravos, forros, libertos e seus descendentes criaram alternativas de sobrevivência no pós-abolição. Os dados do quadro 1 mostram que na região do Vale do Iguape, com o declínio dos engenhos, muitos povoados foram se formando.

Entre os séculos XVI e XX, o Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape-Recôncavo baiano, se destacou pelo processo de colonização do Brasil como centro de constituição e exportação de capital. Para PEREIRA (2020), esse destaque trouxe como base a economia e o regime agro-escravagista utilizando-se de atividades de produção e beneficiamento da cana de açúcar, exploração do fumo e comercialização de negros escravizados trazidos do continente africano.

Durante esse trajeto, observa-se embricado a trajetória histórica um percurso formativo de grupos comunitários quilombolas, que instiga a colaboração e a produção de novos conhecimentos. Por exemplo, observa-se a formulação de ações que tem por embasamento a troca de saberes, o respeito à diversidade e a construção de instrumentos que muito colabora para a organização destes povos.

Desta forma, considerando as tradições ancestrais exercidas até os dias de hoje, abarcamos como ponto importante de destaque durante esse processo as ações de conscientização e preservação dos modos de vida e o respeito aos saberes ancestrais dessas comunidades.

Os dados disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares, 11 em agosto de 2019, apontam para a existência de 55 comunidades quilombolas certificados, que se encontram distribuídas por nove municípios da Baía de Todos os Santos, conforme podemos analisar no quadro 1 especificado, a seguir.

**Quadro dos Quilombos Certificados pela Fundação Cultural Palmares nos  
Municípios da Baía de Todos os Santos, agosto de 2019**

Municípios	Quilombos
Cachoeira	• Brejo do Engenho de Guaíba; Kalolé; Engenho da Cruz; Engenho da Vitória; Imbiara; Kaibongo Velho; Kalembá; Kaonge; Dendê; Engenho da Ponte; Engenho da Praia; Engenho Novo do Vale do Iguape; Santiago do Iguape; São Francisco do Paraguaçu; Tombo
Maragogipe	• Angolá; Girau Grande; Quizanga; Tabatinga; Sítio Dendê; Buri; Enseada do Paraguaçu; Salamina; Zumbi; Guaruçu; Guerem; Porto da Pedra; Baixão do Guai;
Salinas da Margarida	• Conceição de Salinas
Salvador	• Bananeiras; Martelo; Ponta Grossa; Porto dos Cavalos; Praia Grande; Alto do Tororó
Santo Amaro	• Alto do Cruzeiro e Acupe; São Braz; Cambuta
São Felix	• Engenhoca; Pau Grande; Quilombo; Santo Antônio da Jaqueira; Subahuma; Terreno do Governo; Engenho São João; Santo Antônio; Vidal
São Francisco do Conde	• Monte Recôncavo; Porto de Dom João
Simões Filho	• Dandá; Pitanga dos Palmares; Rio dos Macacos
Vera Cruz	• Maragogipinho; Tereré

Fonte: adaptado da Fundação Cultural Palmares (2019).

Além dessas que já se encontram certificadas, segundo localização por município apresentada no quadro, neste momento, outras três já foram certificadas, sendo estas: Mutecho/Acutinga, no município de Cachoeira; Caboto, no município de Candeias; Topá de Cima, no município de Maragogipe.

Neste trabalho acadêmico iremos tratar especificamente da última comunidade certificada Mutecho/Acutinga, que são duas comunidades próximas pertencentes ao mesmo território e que construíram uma única associação de beneficiamento e desenvolvimento local sustentável.

Esse retorno à revisão no pós-abolição visa demarcar as comunidades do Vale do Iguape enquanto territórios historicamente ocupados por populações negras, descendentes do cativo. O mapa abaixo demonstra a localização dos antigos engenhos do Recôncavo da Bahia, focando-nos da Região do Iguape. Eles são, na atualidade, comunidades circunvizinhas que mantêm redes de relações socioculturais e econômicas.

## **2. Distritos da Bacia Santiago do Iguape**

A Bacia ou vale do Iguape envolve terras dos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, no Recôncavo da Bahia, abrangendo a região estuarina do Rio Paraguaçu que forma a Baía do Iguape, por sua vez inserida na Baía de Todos os Santos.

A Baía do Iguape constitui parte dessa região estuarina que abrange uma superfície de aproximadamente 10.000, hectares, incluindo extensas faixas de manguezais. Está localizada na foz do Rio Paraguaçu, sendo alimentada por dois grandes canais, o canal do Baixo Paraguaçu, responsável pela quase totalidade da água doce, e o Canal de São Roque, que permite o acesso da maré oceânica (GENZ, 2006; CRUZ et al, 2003).

O distrito, denominada de Santiago do Iguape é configurada como um arquipélago de quilombos no recôncavo da Bahia, fica às margens da Baía do Iguape, constituída por aproximadamente, 2.500 habitantes divididas em vários núcleos familiares que se interligam por laços de parentesco e afinidade. Santiago do Iguape já é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombos e está em processo pela titulação das terras quilombolas.

Santiago do Iguape comunidade remanescente de quilombo, lócus dessa pesquisa localiza-se a 40 Km do município de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia e a 110 Km da cidade de Salvador.

A comunidade Santiago do Iguape é um amplo distrito que possui energia elétrica, água tratada, telefone público e residencial, algumas ruas pavimentadas, nove Igrejas evangélicas, uma Igreja Católica que é uma das igrejas matriz da Bahia, um centro espírita, uma Igreja messiânica e uma casa de candomblé. Possui três

escolas sendo duas municipais e uma estadual, além de possuir um posto policial, porém está desativado, assim como um posto médico, programas sociais como o CRAS-Quilombola e o PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil). Disponibiliza um serviço de rádio comunitária, possui uma associação de moradores ACASI, (Associação Cultural e Artística de Santiago do Iguape), associação quilombola e uma associação de pescadores, além de existir na comunidade times de futebol, grupos de samba de roda, de dança afro e outras atividades culturais.

Santiago do Iguape, comunidade histórica teve na construção da Associação Quilombola de Santiago do Iguape, um papel central na organização coletiva, pois através dessa associação tornou-se possível a compreensão do processo de construção e consolidação de uma identidade quilombola na comunidade.

Conforme imagem da figura apresentada abaixo, observamos que a construção da CECVI (Conselho Quilombola do Vale do Iguape) teve uma ampla participação dos moradores da região envolvendo todas as comunidades certificadas e não certificadas para fortalecimento da luta pela regularização e valorização histórica do seu povo.

### **Comunidades Quilombolas da Bacia e Vale do Iguape.**



Fonte; acervo da Associação Mutecho/Acutinga ano 2015

Além desse importante equipamento, vale destacar a formação do CECVI (Centro de Cultura do Vale do Iguape) idealizado pelo Senhor Ananias Viana, coreógrafo, que trabalha com dança e com economia solidária em algumas comunidades remanescente da Bacia do Iguape. Através dos projetos do CECVI Viana concretizou-se à formação do Conselho Quilombola do Vale do Iguape, com a justificativa dos problemas econômicos que a comunidade estava passando, devido em especial ao declínio da Fábrica Opalma.

A Fábrica Opalma, localizava-se na comunidade de Acutinga, que atualmente leva o nome de Opalma, que produzia azeite, óleo e sabão. Segundo a presidente atual da Associação, moradora do Engenho da Ponte, 61 anos, os moradores da região do Vale do Iguape, em sua maioria trabalhavam para a fábrica muitos trabalhavam na plantação de dendê, outros na produção dos produtos industriais e até as mulheres e as crianças trabalhavam, de forma doméstica, quebrando coco de dendê. O fechamento da fábrica legalmente impulsionou a criação de grupos de produtores artesanais que perpetuam a cultura e as formas de gestão, geração e difusão de conhecimentos e produtos.

Dessa forma, podemos perceber a importância da formação do CECVI para a fundação do Conselho Quilombola de Santiago do Iguape que tem por objetivo agregar todas as associações quilombolas do Vale do Iguape, até as fundadas antes mesmo da formação do Conselho, fundadas por iniciativa do CECVI. Devido a essas discussões em comunidades circunvizinhas, que no ano de 2006 os integrantes do conselho quilombola começaram a pensar sobre o discurso de comunidades quilombolas em Santiago do Iguape.

A fábrica Opalma, fundada para produzir o azeite industrialmente, provocou um falso desenvolvimento na comunidade, pois no período em que funcionou apenas explorou a mão de obra local, sem produzir nenhum impacto social e ambiental positivo, e conseqüentemente seu fechamento ampliou a exploração das reservas por aventureiros e herdeiros ilegítimos do território. Desta forma, a associação foi criada para dar um novo sentido a comunidade, como também reconstruir historicamente e culturalmente o processo natural e ancestral da produção do azeite e de outras culturas locais.

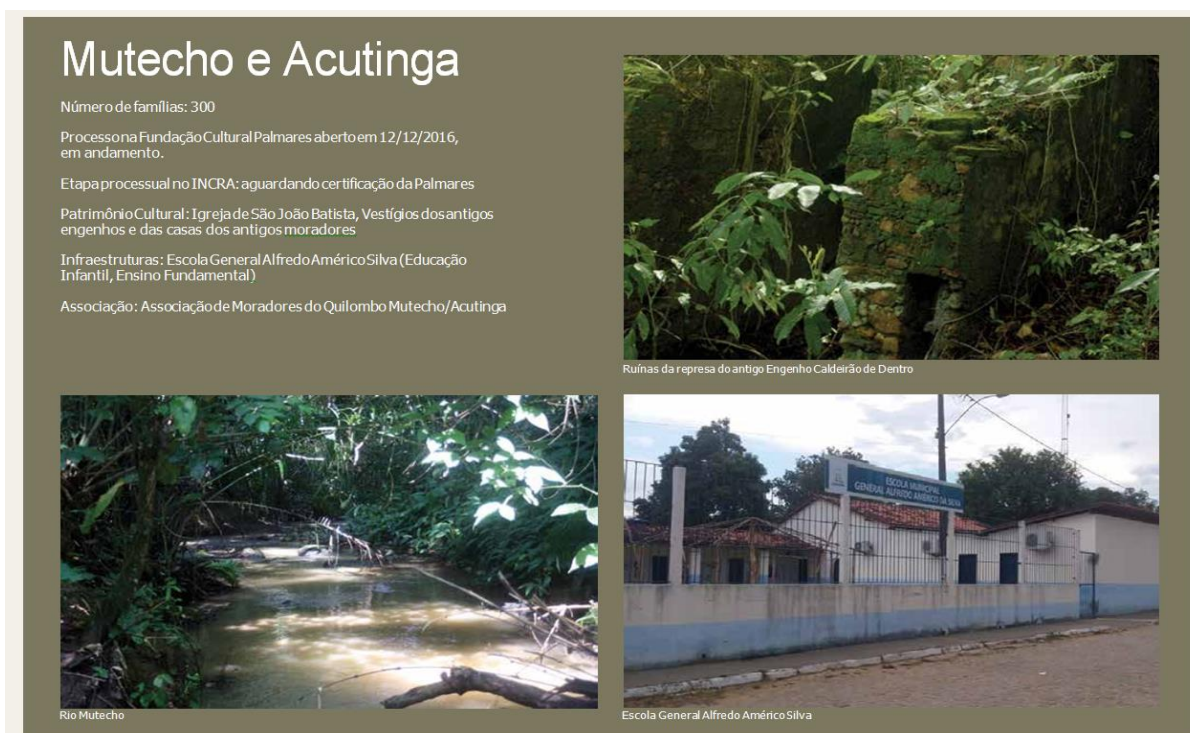
Portanto com a parceria e o apoio do CECVI e de apoiadores comunitários a associação encontrou uma base para se desenvolver e buscar alternativas para a

regularização do território como também sua demarcação e certificação que ocorreu recentemente.

### 3. COMUNIDADE MUTECHO/ACUTINGA

As comunidades Mutecho e Acutinga, com cerca de 300 famílias, constituem os membros mais recentes do Conselho Quilombola a última certificada pela Fundação Palmares.

#### Imagens do Rio e da Escola na Comunidade.



Fonte; acervo da Associação Mutecho/Acutinga ano 2015

Estas comunidades estão situadas nas margens da BA-880 (Acutinga, à direita e Mutecho, à esquerda, na direção São Francisco do Paraguaçu), na área do que antes era o Engenho da Acutinga, que sediou a fábrica de azeite Opalma, por isso, por vezes esses povoados também são denominados de Opalma, designação que os moradores não mais aceitam.

Com o declínio e posterior encerramento das atividades da Opalma, muitos moradores retornaram a desempenhar suas atividades de origem: a pesca e roça.

A comunidade certificada recentemente em 2020 é reconhecida pelos moradores que historicamente e culturalmente afirmam que significa o encontro do rio Mutecho que nasce na comunidade com o rio Acutinga que passa na própria comunidade, pois esta comunidade apresenta no seu território nascentes próprias e correntezas de rios que simplesmente passam.

Neste encontro e desencontro duas comunidades buscam seu sentido de existência e subsistência num mesmo território marcadas por uma história de exploração humana e do capital, transversalizada por um povo negro, resistente e histórico.

A comunidade Quilombola de Mutecho / Acutinga, localizada no município de cachoeira/ BA, e situada no território da Bacia e vale do Iguape, recôncavo baiano, teve sua certidão de auto definição pela Fundação Cultural Palmares no dia 02 de janeiro de 2020. As comunidades deram entrada pela primeira vez junto ao CECVI (centro de educação e cultura do vale do Iguape) em 26 de setembro de 2016.

As extensões territoriais das comunidades apresentam uma variedade de riquezas naturais que são preservadas pelos remanescentes quilombolas com o desenvolvimento de uma cultura da permanência, que de forma criativa e preservativa retiram da natureza sua subsistência para mais de 300 famílias na localidade.

As comunidades Mutecho/ Acutinga são uma só organização política, pois a certificação em nome das duas comunidades. Nas mesmas existiram engenhos de cana de açúcar, e no Mutecho ainda existem ruínas e alguns utensílios preservados.

O Mutecho está desenvolvendo a construção de uma unidade simplificada de beneficiamento do dendê, projeto sócio ambiental do Bahia produtiva. Há 06 anos o projeto de agricultura familiar desenvolvido com a ONG Humana Brasil atua de forma técnica e assiste aos núcleos produtivos como o projeto BABARZINHO voltado para mulheres da comunidade.

Beatriz do Nascimento (1989 sugere) assim como as lideranças da comunidade Mutecho /Acutinga nos ensina a definir quilombo. Ela cita que:

O Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. Nós temos direito ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é disso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. **A terra é meu quilombo.** Meu espaço é meu

quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. NASCIMENTO (1989, p.32).

Beatriz sugere que os quilombos, se organizam a partir do princípio da continuidade histórica mesmo com o fim da escravização não como uma sobrevivência puramente cultural, mas como uma autoafirmação, correção de nacionalidade, identidade étnica e possibilidade de revisão dos conceitos históricos estereotipados NASCIMENTO (1982). Quilombo não é escravidão, mas liberdade. É uma atitude na busca pela valorização, pelo lugar. É um olhar e uma "categoria ideológica". NASCIMENTO (1985).

É com esse auto reconhecimento que a comunidade Mutecho/Acutinga pensa na continuidade do aquilombamento e na ocupação do espaço em busca de realizações que sempre lhes foram negadas. Esse movimento de acolhimento, de autocuidado e auto aceitação, vem sendo construído pela associação de moradores do quilombo Mutecho/Acutinga sob a liderança de Josélia da Hora.

### CICLO PRODUTIVO DO AZEITE NA COMUNIDADE MUTECHO/ACUTINGA



Fonte: Rural produtivo TVE Bahia 2020

#### 4. CARACTERÍSTICAS, TERRITÓRIO POVO E CULTURA

As comunidades Mutecho/Acutinga apresentam um território rico em manguezais, bambuzais, árvores frutíferas diversas e uma rica variedade de palmeiras de dendê, ou coqueiros de dendê, conhecida como dendezeiros. É deste universo que é produzida uma das iguarias que mais fazem sucesso na culinária baiana. Conforme podemos observar na figura abaixo:

Figura - Azeite- iguaria da culinária baiana



Fonte: Rural produtivo TVE Bahia 2020

#### 5. RELIGIOSIDADE

Outra riqueza do território são as igrejas e especialmente a mais antiga delas Igreja São Joao Batista na Acutinga. Frequentada por católicos da comunidade grupos de irmandade, mãe rainha, terço dos homens e grupos de orações.

Fachadas da capela de São Roque.



Fonte: Produzido pela Autora

Apresentamos também Centro de matriz Africana e Umbanda São Roque. Que congrega a maioria dos moradores da comunidade e que perpetuam uma cultura religiosa iniciada pelos ancestrais no século XVIII.

Fachada do Centro



Organização Cultural



Fonte: <https://g.co/about/eprj2> acesso 19/04/23

## 6. ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS NA COMUNIDADE MUTECHO/ACUTINGA

*Mutecho/Acutinga, os ancestrais fizeram chegar até mim que as palavras Mutecho e Acutinga significam o encontro do rio que nasce com o rio que passa, no meu coração e nas minhas andanças como pesquisadora percebo que tem sentido, pois nasce um rio de possibilidades de descobertas e conhecimentos do território e passa uma mulher negra pesquisadora que redescobre o seu curso existencial e produz uma cartilha pedagógica coo legado dessa passagem.*

*Por Jéssica Amorim*

Com a promulgação da Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases e estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais, que se instituiu no país a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, exigindo novos posicionamentos, posturas e práticas das/os educadoras/es, as epistemologias negras ganharam visibilidade.

Nesse cenário, ganham destaque Mãe Stella d'Oxóssi, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Neusa Santos, Ana Célia Silva, Maria de Lourdes Siqueira, Sandra Petit, Mestre Didi, Henrique Cunha Júnior, Abdias Nascimento, Kabengele Munanga, Carlos Moore, Allan da Rosa, Renato Nogueira, Eduardo Oliveira, Wanderson Flor do Nascimento, entre tantas/os outras/os. Entre estes nomes, me encontro tentando sistematizar a episteme negra em um campo teórico-metodológico em construção. Eu a chamo de Pedagogia da Ancestralidade.

A Pedagogia da Ancestralidade é, antes de tudo, um posicionamento político contrário ao que se estabeleceu no país como uma lógica incontestável, direcionada ao branco, considerado a norma, enquanto o não-branco é o desvio. É uma pedagogia que se opõe ao colonialismo e à Colonialidade, que continuam reafirmando a desumanidade de negros e indígenas.

Ela se opõe à hegemonia epistemológica eurocentrada, propondo uma forma de ser-pesquisar-conhecer-pensar-juntar-articular-agir que reconheça o continente africano como o berço da humanidade e se dá a partir da criação ou recriação de laços e formas afeto-coletivas de acolher-ouvir-aprender-falar-trocar-compartilhar, protagonizada não só pelas/os mais velhas/os, mas também pelas crianças e jovens. A Pedagogia da Ancestralidade considera os conhecimentos ancestrais como elementos-chave para qualquer tipo de aprendizagem, que podem ser encontrados em plataformas diversas, como histórias de vida, memórias, provérbios, mitos, letras de músicas, literaturas, danças, gestualidades, poemas, performances etc., e tem no corpo-templo um território sagrado, consciente de que precisa ser reestruturado como um corpo-templo-resistência que seja capaz de combater o racismo institucional e a necropolítica cotidianos, em uma perspectiva sócio-cosmo-política.

Ela fundamenta-se, nesse sentido, nos seguintes princípios:

- 1) na consciência de que existe a colonialidade no e do poder;
- 2) na necessidade da emancipação epistêmica;
- 3) na luta por uma educação antirracista;
- 4) no entendimento da importância da formação para a educação das relações étnico-raciais.

## **7. A CONCEPÇÃO ANCESTRAL PARA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE MUTECHO/ACUTINGA**

A educação pensada, refletida e criada neste trabalho, fundamenta-se na perspectiva filosófica, epistemológica e metodologia “UBUNTU” e no dito popular africano que diz “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança” neste sentido orientamos que todo o trabalho pedagógico deve se desenvolver em círculos, diálogo e em grupos, porque construiremos uma cultura do “nos” em detrimento do “eu” Ubuntu é um conceito que expressa a filosofia de vida africana, originário dos diversos grupos étnicos da África subsaariana falantes das línguas bantu (Ramos, 2011).

Nas sessões anteriores desta cartilha trouxemos a histórica, a cultura local e a importância da força vital de uma pedagogia ancestral para comunidade. Agora introduziremos um conceito filosófico presente em muitas culturas africanas, o Ubuntu, que além de ser a filosofia de vida desses povos, também é uma das formas de expressões da força vital.

A filosofia Ubuntu, originária da África, enfatiza a interconexão e interdependência entre os seres humanos, resumida na expressão "eu sou porque nós somos". Ela promove a compaixão, o respeito, a solidariedade e a busca por harmonia coletiva, valorizando a comunidade e o bem-estar de todos os seus membros. Em essência, Ubuntu considera que a humanidade de cada indivíduo se manifesta na relação com os outros e na participação na vida comunitária.

Desta forma, todas as atividades pedagógicas devem ter como norte a cultura ancestral e sempre respeitando, valorizando os saberes locais, desde a religiosidade como a produção econômica além de envolver permanentemente as lideranças nas atividades culturais desenvolvida na unidade escolar.

Portanto, propomos a seguir algumas atividades e ações que surgiram das conversas formais e informais com a comunidade durante a pesquisa como também nos momentos dos encontros com a equipe de professores da escola para realização das entrevistas na pesquisa.

## **8. PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA CRIADO PARA SER DESENVOLVIDO NA ESCOLA E COMUNIDADE.**

Este plano serve como orientação didático pedagógico como uma contribuição formal da pesquisa desenvolvida a comunidade Mutecho/Acutinga, criada pela pesquisadora que tem experiência em coordenação pedagógica de escolas públicas municipais do recôncavo baiano.

### **8.1 A "Semana da Cultura MUTINGA"**

Mutinga é uma modelagem conceitual criada pela pesquisadora para conceituar a semana de atividades para reconhecimento, valorização e aprendizagens da cultura local. Poderá ser uma celebração semanal, mensal e até anual que visa promover e divulgar a cultura, tradições e contribuições das comunidades quilombolas para a sociedade. Essa iniciativa busca, através de eventos como seminários, palestras, exposições e atividades culturais, valorizar o patrimônio cultural quilombola e combater o preconceito e a discriminação.

O que é a Semana da Cultura Mutinga?

A Semana da Cultura Mutinga é um período dedicado à celebração e reconhecimento da rica herança cultural dos povos quilombolas, comunidades formadas por descendentes de escravizados fugitivos. Muito além da educação formal, as comunidades remanescentes quilombolas possuem conhecimentos e saberes educativos, sociais, culturais e políticos que são reconhecidos e valorizados como singularidade de um contexto histórico e geográfico referentes às suas origens.

### **8.2. Ela tem como objetivos principais:**

➤ **Promover a cultura:**

Apresentar a história, os costumes, as artes, a culinária e outras manifestações culturais da comunidade Mutecho Acutinga.

➤ **Combater o preconceito:**

Conscientizar sobre a importância do respeito às diferenças e à diversidade cultural, combatendo a discriminação racial, cultural e religiosa.

➤ **Fortalecer a identidade Quilombola**

Incentivar o sentimento de pertencimento e orgulho nas comunidades quilombolas, reafirmando sua identidade e história.

➤ **Incentivar a participação comunitária**

Promover a participação ativa das comunidades quilombolas na organização e execução das atividades da semana, garantindo sua representatividade.

**8.3 Atividades que poderão ser desenvolvidas no evento;**

➤ **Festivais de cultura e arte:**

Apresentações musicais, danças, teatro, exposições de artesanato e culinária tradicional.

➤ **Palestras e debates:**

Discussões sobre temas relevantes para as comunidades quilombolas, como direitos territoriais, reconhecimento cultural e combate ao racismo.

➤ **Oficinas e rodas de conversa:**

Espaços para troca de conhecimentos e experiências entre membros das comunidades e o público em geral.

➤ **Feiras de agricultura familiar:**

Oportunidade para os quilombolas comercializarem seus produtos e fortalecerem a economia local.

➤ **Visitas a outros territórios quilombolas:**

Proporcionar visitas de alunos, professores aos outros territórios quilombolas próximos para trocas de experiências e permitir que pessoas de fora conheçam de perto a realidade e a cultura da comunidade Mutecho/Acutinga.

**9. MODELO DE PLANEJAMENTO SEMANAL DE ATIVIDADES SEMANA DA CULTURA MUTINGA**

Sugestão de Desenvolvimento de atividades

Dias / Semana	Atividades	Metodologia	Componentes
---------------	------------	-------------	-------------

<b>Segunda-feira</b>	<b>Plantas que curam</b>	Pesquisar na comunidade as plantas (folhas, raízes. Cascas, flores, entrecascas) utilizadas para tratamentos de diversas enfermidades.	Português, ciências, história. Arte, geografia matemática, educação ambiental.
<b>Terça-feira</b>	<b>ARTE ANCESTRAL</b>	Montar um tangram quilombola do mapa local através das formas geométricas.	Português, ciências, história. Arte, geografia matemática, educação ambiental
<b>Quarta-feira</b>	<b>Artesania do Dedé</b>	Visita guiada a unidade de beneficiamento do dendê na comunidade.	Português, ciências, história. Arte, geografia matemática, educação ambiental
<b>Quinta-feira</b>	<b>Rodas de Saberes</b>	Convidar lideranças da comunidade para uma roda de conversa na escola.	Português, ciências, história. Arte, geografia matemática, educação ambiental
<b>Sexta-feira</b>	<b>Do quilombo para a mesa</b>	Pesquisar os alimentos oriundos das comunidades Mutecho/ Acutinga. Fazer uma exposição de alimentos.	Português, ciências, história. Arte, geografia matemática, educação ambiental

Fonte: Autora 2025

## 10. ALFABETO MUTINGA

O alfabeto Mutinga é uma estratégia pedagógica, criada pela autora para potencializar as aprendizagens culturais e ancestrais através do alfabeto apresentado, as palavras foram pesquisadas e analisadas para compor o alfabeto, pois pertencem ao universo vocabular da comunidade, que de acordo com as lideranças locais são as palavras mais conhecidas e que circulam no território.

**A-** Acutinga  
**B-** Bambu  
**C-** Comunidade  
**D-** Dendê  
**E-** Ervas

**F-** Farinha  
**G-** Ginga  
**H-** Hortaliças  
**I-** Iguape  
**J-** Jenipapo

**K-** Kaonge  
**L-** Liberdade  
**M-** Mutecho  
**N-** Negro  
**O-** Ostra

P- Pandeiro  
Q- Quilombo  
R- Remanescentes  
S- Senzala

T- Tradição  
U- Ubuntu  
V- Vale  
W- Wandê

X- Xodó  
Y- Yorubá  
Z- Zangão



Página do instagram





@comunidadeMutecho Acutinga

mutechoa...  



**@ Comunidade Mutecho Acutinga**

**3** posts   **59** seguidores   **54** seguindo

 **Mutecho Acutinga**  
**Núcleo Força Quilombola**  
  **Produzido com raiz, força e ancestralidade**  
 **comunidade viva, cultura que resiste.**

**Editar**

**Compartilhar...**

